

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Escola Superior de Educação Física
Programa de Pós-Graduação em Educação Física
Doutorado em Educação Física



Tese de Doutorado

**As consequências do ajuste fiscal e a formação em Educação Física na UFPel
a partir da implementação da Emenda Constitucional 95/2016**

Geovanna Caroline Zanini Dutra

Pelotas, 2023.

Geovanna Caroline Zanini Dutra

**As consequências do ajuste fiscal e a formação em Educação Física na UFPel
a partir da implementação da Emenda Constitucional 95/2016**

Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-graduação em Educação Física da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Giovanni Felipe Ernst Frizzo

Pelotas, 2023

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

D978c Dutra, Geovanna Caroline Zanini

As consequências do ajuste fiscal e a formação em educação física na ufpel a partir da implementação da emenda constitucional 95/2016 / Geovanna Caroline Zanini Dutra ; Giovanni Felipe Ernst Frizzo, orientador. — Pelotas, 2023.

148 f.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Escola Superior de Educação Física, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

I. Universidade pública. 2. Financiamento. 3. Ensino superior. 4. Formação em educação física . I. Frizzo, Giovanni Felipe Ernst, orient. II. Título.

CDD : 796

GEOVANNA CAROLINE ZANINI DUTRA

As consequências do ajuste fiscal e a formação em Educação Física na UFPel a partir da implementação da Emenda Constitucional 95/2016

Tese de Doutorado apresentada no programa de Pós-graduação em Educação Física da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação Física.

Pelotas 16 de Fevereiro de 2023.

Resultado:

BANCA EXAMINADORA:

Prof^o. Dr. Giovanni Felipe Ernst Frizzo (orientador)

Prof^a. Dr^a. Maristela da Silva Souza (Programa de Pós Graduação em Educação Física da UFSM)

Prof^a. Dr^a. Franciele Roos da Silva Ilha (Programa de Pós Graduação em Educação Física da UFPEL)

Prof^a. Dr^a. Valdelaine da Rosa Mendes (Programa de Pós Graduação em Educação da UFPEL)

Prof. Dr. Luís Carlos Rigo (Suplente - Programa de Pós Graduação em Educação Física da UFPEL)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho àquelas e àqueles que vieram antes de mim e que abriram caminho para a luta política na academia em defesa da Universidade pública, gratuita e socialmente referenciada na defesa da vida digna para o povo que vive do seu trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço com todo meu coração aos que fizeram comigo essa caminhada. Nunca foi fácil, mas sempre me senti bem acompanhada e fortalecida. Em especial quero lembrar dos meus professores e professoras que trilharam o caminho para que eu pudesse chegar até aqui. Um obrigada especial também ao meu orientador que confiou em mim e abraçou comigo esta luta.

Um grande abraço aos amigos e amigas que me ajudam a carregar o fardo que é viver nessa sociedade injusta e desigual. Não é terapia, mas faz toda diferença caminhar com vocês. Um muito obrigada também aos meus companheiros e companheiras de organização política que me ajudam a ver o sentido da vida.

Pai e Mãe, obrigada pelo apoio e amor incondicional.

E, por fim, ao meu companheiro Dudu, que me conforta com seu carinho e atenção nos dias mais difíceis.

RESUMO

DUTRA, Geovanna C. Z. **As consequências do ajuste fiscal e a formação em Educação Física na UFPel a partir da implementação da Emenda Constitucional 95/2016**. Orientador: Giovanni Felipe Ernst Frizzo. 2023. 145 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas, 2023.

Este estudo tem por objetivo apresentar as consequências da emenda constitucional 95/2016 para a formação em Educação Física na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) de 2016 a 2021, levando em consideração o investimento destinado aos serviços sociais e comparando com os gastos públicos destinados à dívida pública. Para tal, faz uma revisão bibliográfica analisando artigos científicos produzidos por pesquisadores da área sobre este período, analisa os Relatórios de Gestão e documentos internos da UFPel para produzir dados sobre o período e entrevista Reitor e Diretor da Escola Superior de Educação Física (ESES) da UFPel utilizando a metodologia de análise descritiva para produzir uma compreensão sobre o período. Parte do conceito de crise estrutural para compreender a saída para a crise por via do neoliberalismo, que também afeta as instituições de ensino, em especial as públicas, que têm seus recursos acachapados devido à reorganização financeira que os governos praticam para a contenção de investimentos em serviços públicos. Ao final, o estudo conclui que há uma defasagem de recursos financeiros para a UFPel, ao mesmo tempo que há fomento à rede privada de ensino superior, que cresce mais em relação às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Conclui também que, apesar do desinvestimento de recursos públicos para a UFPel, a ESEF ainda consegue seguir desempenhando um papel importante para a formação em Educação Física levando em consideração a sua importância para a formação gratuita de trabalhadores e trabalhadoras da área.

Palavras-chave: Universidade Pública; Financiamento; Ensino Superior; Formação em Educação Física

Abstract

The consequences of the fiscal adjustment and the formation in Physical Education at UFPel since the implementation of the Constitutional Amendment 95/2016.

This study aims to present the consequences of the Constitutional Amendment 95/2016 for the formation in Physical Education at the Federal University of Pelotas (UFPel) from 2016 to 2021, taking into account the investment destined to social services and comparing it with the public expenses destined to the public debt. To this end, we make a bibliographic review analyzing scientific articles produced by researchers in the area over this period, analyze the Management Reports and internal documents of UFPel to produce data about the period and interview the Dean and Director of the Physical Education College (ESEF) at UFPel using the descriptive analysis methodology to produce an understanding of the period. The study starts from the concept of structural crisis in order to understand the exit proposal to the crisis through neoliberalism, which also affects educational institutions, especially public ones, which have their resources squeezed due to the financial reorganization that governments practice to contain investments in public services. In the end, the study concludes that there is a lack of financial resources for UFPEL, at the same time, that there is fomentation to the private higher education network, which grows much more when compared to the IFES, Federal Institutes of Higher Education. It also concludes that, despite the withdrawal of investments from public resources for UFPel, ESEF still manages to continue playing an important role in the formation of Physical Education practitioners, taking into account its importance for the free training of workers in the area.

Keywords: Public University; Financing; University education; Formation in Physical Education

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 Pesquisa bibliográfica	17
1.2 Pesquisa documental	18
1.3 Entrevistas	29
1.4 Organização e Análise dos Dados	20
2 A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO, CAPITAL E ESTADO	22
3 ULTRALIBERALISMO, DÍVIDA PÚBLICA, AJUSTE FISCAL/EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016 E SUAS RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO CAPITALISTA	34
4 A EDUCAÇÃO CAPITALISTA NO ENSINO SUPERIOR	48
5 POLÍTICAS DE AJUSTE FISCAL PARA A UFPEL: DISCUSSÃO DA INVESTIGAÇÃO	60
6 POLÍTICAS DE AJUSTE FISCAL NA ESEF UFPEL E FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA: DISCUSSÃO DOS DADOS	84
7 CONCLUSÕES	95
REFERÊNCIAS	101
APÊNDICES	107
APÊNDICE A - Termos de consentimento e livre esclarecimento	107
APÊNDICE B - Transcrição da entrevista com Diretor realizada em 05 de dezembro de 2019.	109
APÊNDICE C - Entrevista com Reitor realizada em 8 de junho de 2021	119
APÊNDICE D - Entrevista Professor Doutor Eduardo Merino realizada em 18 de agosto de 2021.	135
APÊNDICE E: Banco de dados da pesquisa bibliográfica	144
APÊNDICE F: Protocolo de Dados Portal da Transparência	146

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Execução da despesa por Natureza de Despesa no ano 2022	39
Figura 2 - Execução da despesa por Natureza de Despesa no ano 2021	39
Figura 3 - Execução da despesa por Natureza de Despesa no ano 2020	40
Figura 4 - Execução da despesa por Natureza de Despesa no ano 2019	40
Figura 5 - Execução da despesa por Natureza de Despesa no ano 2018.	41
Figura 6 - Evolução das Despesas da União com as universidades federais (incluídos os hospitais universitários) por Grupo de Natureza da Despesa (GND): 2003-2020. Valores (R\$ 1,00) a preços de janeiro de 2020 (IPCA)	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Grupo de Natureza de despesa referente a gastos com amortização e refinanciamento da dívida pública e juros da dívida em Reais	38
Tabela 2 - Investimento destinado a Fundação UFPel via Ministério da Educação em Reais	58
Tabela 3- Detalhamento das despesas obrigatórias e discricionárias em Reais	70
Tabela 4 - Detalhamento das despesas discricionárias em Reais	71
Tabela 5 – Números equivalentes aos segmentos da comunidade acadêmica da UFPel.	74
Tabela 6: Relação Professor/aluno na UFPel.	75
Tabela 7 – Força de trabalho área fim.	76
Tabela 8 - Força de trabalho área meio.	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CADE; Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e Pesquisa

CF/1988: Constituição Federal da República Federativa do Brasil promulgada em 1988.

EaD: Educação à Distância

EC 95/2016: Emenda Constitucional nº 95 de 2016

ENE: Encontro Nacional de Educação

ESEF/UFPel: Escola Superior de Educação Física da UFPel

FURG: Fundação Universidade do Rio Grande

IES: Instituições de Ensino Superior

IFES : Instituições Federais de Ensino Superior

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa

IPCA: Índice de Preços ao Consumidor Amplo

LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA: Lei Orçamentária Anual

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MEC - Ministério da Educação

NRF - Novo Regime Fiscal

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PL - Partido Liberal

PNE - Plano Nacional de Educação

PT - Partido dos Trabalhadores

Reuni - Plano de Reestruturação das Universidades Federais Superiores

TBM - Taxa bruta de Matrícula

TCU - Tribunal de Contas da União

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSCPA - Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa

1 INTRODUÇÃO

A discussão que nos propomos a fazer nesta tese está cercada de uma realidade que no nosso entendimento não pode ser ignorada. Não há como investigar uma formação sem que se tenha um mapeamento de quais são as relações sociais que permeiam esta formação. Sendo assim, quem a ler encontrará no decorrer desta análise diversas relações que permeiam o fenômeno social que é a educação superior, e que são imprescindíveis para a sua compreensão.

No nosso entendimento toda a pesquisa deve estar socialmente referenciada e deve estar vinculada a um problema da realidade. Os problemas da realidade são concretos e possíveis de serem apreendidos e superados. Este é o serviço da ciência para a pesquisa marxiana, superar os problemas da sociedade fundada no modo de produção capitalista.

O período designado para a pesquisa foi escolhido por se tratar de um momento de grandes interferências e de grandes impactos na política educacional para o ensino superior. Tal conjuntura é composta de contradições que precisam ser apreendidas para serem solucionadas, pois não se constituem em um fenômeno isolado, pelo contrário, pertencem à totalidade das reformas que estão em curso na sociedade do capital, em especial com a crise, a reestruturação produtiva e os ajustes estruturais do Estado Neoliberal, que aqui denominamos de Ajuste Fiscal.

Deste modo pretendemos discutir as contradições que estão presentes e que são uma resposta à crise mundial da estrutura do capital desde os anos 1970, que para superar a crise, recuperar o crescimento econômico no Brasil e sua capacidade produtiva os governos determinaram que o Estado neoliberal deveria ser o modelo a ser seguido. Por conseguinte, estabeleceu-se como prioridade atender os setores privados, em detrimento dos setores públicos, e após a crise de 2008 mais ajustes foram demandados para conter a nova crise, e reestruturar a capacidade produtiva do país.

O cenário da educação superior no Brasil após os anos 2012, em meio a política de expansão do Reuni (Plano de Reestruturação das Universidades Federais Superiores), já contava com cortes orçamentários desde 2008, o que desde então gerava impacto nas demandas da formação superior. Em 2013 o Brasil viveu a maior jornada de lutas de seus últimos tempos. Milhares foram às ruas

contra os cortes e contra os ajustes. O cenário de crise econômica avançou em 2016 quando passamos a discutir Teto de Gastos, Reforma Trabalhista, Reforma da Previdência e Reforma Administrativa.

Os ajustes a que nos dirigimos aqui, e como veremos mais à frente, iniciaram em 2013, ainda no governo Dilma (PT) e se prorrogaram até os dias de hoje, passando então pelo governo Temer (MDB) em 2016/2017, o governo Bolsonaro (PL) e o atual governo Lula, que manteve até os dias atuais os ajustes implementados nestes anos. São reformas que basicamente se resumem a cortes no orçamento para a educação pública federal, ou seja, que afetam a educação do ensino superior federal em todo o país.

Tais políticas estão no bojo das respostas que os governos do mundo todo deram à crise que o capitalismo enfrenta desde 2008. Entretanto as crises não aparecem para todos os países no mesmo período, no Brasil ela toma corpo em 2013, quando imediatamente o Governo Dilma (PT) na época apresenta os cortes nos orçamentos sociais para dar uma resposta, que depois se mostrou insuficiente para a burguesia brasileira.

Em 2016, na tentativa de sanar os problemas do endividamento governamental e da falta de verbas para administrar o país, o Governo Temer aprovou a Emenda Constitucional nº 95 de 2016, conhecida como a Lei do Teto dos Gastos Públicos, que instituiu um Novo Regime Fiscal (NRF), no âmbito dos orçamentos Fiscal e de Seguridade Social de todos os poderes da União.

A EC 95/2016 está entre as medidas mais importantes do Governo Temer, que evidencia o corte de verbas para o setor público, o que já vinha sendo tentado por governos anteriores, restringindo o gasto público primário, destinado a direitos sociais fundamentais, como a saúde, a educação e a assistência social pelos próximos 20 anos (BRASIL, 2020). Todo investimento na educação pública superior passa pelas decisões orçamentárias de um governo, e esta emenda impede que essas decisões sejam tomadas a partir da demanda de investimento, mas sim pautada num teto de gastos que impede que novas demandas financeira sejam incorporadas.

Podemos considerar que o NRF tem por objetivo diminuir a responsabilidade da receita governamental com os percentuais dos investimentos constitucionais como saúde e educação, já que a Constituição Federal de 1988 (CF/1988) estabelece, no art. 212, a aplicação de, no mínimo, 18% da receita resultante de impostos da União na manutenção e desenvolvimento do ensino público

e ainda no art. 211 prevê que é responsabilidade da União o financiamento das universidades federais (BRASIL, 1988). Outro objetivo do NRF é instituir uma nova base de cálculo para os gastos com estes setores, tendo por base o mínimo aplicado em 2016, corrigido pelo Índice de Preços do Consumidor Amplo (IPCA) a cada ano, desde sua implementação até o ano de 2036.

Assim, o investimento público primário só poderá ser ampliado para cobrir a inflação do ano anterior, tornando escassos os recursos financeiros, visto que essa medida desconsidera o crescimento demográfico, a taxa de longevidade das pessoas e as demandas dos serviços públicos que mudam de um ano para outro. Porém, se durante o período do NRF a arrecadação da União no ano corrente, comparada ao ano anterior, superar o IPCA, em termos relativos, os investimentos com educação pública não acompanharão esse crescimento, pois não estarão mais vinculados ao mínimo constitucional, e sim ao NRF, ou seja, houve uma desvinculação da responsabilidade da União perante o que anteriormente estava definido pela Constituição Federal de 1988.

As universidades públicas federais, entidades da administração indireta do Estado, são constituídas sob a forma de autarquias ou fundações públicas. As universidades públicas federais são fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e têm seu controle interno exercido pelo Ministério da Educação (MEC). Sendo assim, todas precisam e dependem do financiamento público.

As universidades públicas federais no país somam 69 instituições, um número bem expressivo, mas não tanto quanto as universidades privadas. Em 2019 as matrículas dos estudantes no ensino superior, segundo Amaral (2016), somavam 8.603.824. Mas no caso, 70% das matrículas estão localizadas no ensino privado. Isto significa que destas, 6.022.676,8 estão alocadas no ensino superior privado.

Se pararmos para olhar só para as universidades federais no estado do Rio Grande do Sul encontraremos seis instituições. Na maior delas, que é a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), os estudantes chegam a ser mais de 25 mil membros de uma comunidade acadêmica que chega a pouco mais de 30 mil pessoas. Das universidades federais do Rio Grande do Sul só uma delas não têm curso de nível superior para formação em educação física, licenciatura e/ou bacharelado, a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). A Universidade Federal de Rio Grande (FURG) e a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) só tem curso de licenciatura em Educação Física. Já a Universidade

Federal de Santa Maria (UFSM), a UFRGS e a UFPel possuem cursos de bacharelado e licenciatura em Educação Física. Todas elas são custeadas, majoritariamente, através do financiamento público oriundo das receitas da União especificamente destinadas para o investimento na educação pública de nível superior.

A Universidade Federal de Pelotas (UFPel) foi criada em 1969, é uma IFES que possui 53 anos. Possui três cursos de educação física. Licenciatura e Bacharelado diurno, e um curso de licenciatura noturno. O motivo da escolha da UFPel se dá pelo fato de ser uma universidade do interior, que merece ser estudada, e que muitas vezes as universidades pequenas, por não serem instituições ditas de “excelências” acabam por não serem parte de pesquisas relevantes para entender o seu funcionamento e seu financiamento. O outro motivo da escolha pela UFPel se dá pelo projeto de tese estar sendo construído na referida universidade, no programa de pós-graduação da Escola Superior de Educação Física (ESEF) da UFPel. Gostaríamos de ter estudado também outras universidades do estado, mas o período de pandemia de COVID-19 acabou dificultando essa aproximação. Outra questão que dificultou a ampliação da pesquisa foi pela impossibilidade em obter bolsa de incentivo e financiamento para a pesquisa, que, embora tenhamos pleiteado o processo seletivo, não fomos contemplada. Desta forma, a pesquisa aconteceu em meio a um regime de trabalho de 40 horas em duas cidades (Porto Alegre e Veranópolis) e o acompanhamento das atividades do programa de pós-graduação em Pelotas, além da pandemia do Covid-19.

Vivenciamos inúmeras dificuldades financeiras durante esse período na UFPel. Em 2019 os ajustes levaram a um corte de 10 milhões na UFPel, sendo um período em que sequer podíamos ligar as luzes e ar-condicionado nas salas de aula. Sendo assim, achamos importante investigar a condição do ensino, da pesquisa, da extensão e das demandas orçamentárias na referida universidade desde o início da implementação da Emenda Constitucional 95/2016. Acreditamos que assim poderemos construir uma análise crítica das políticas de ajuste fiscal desde a implementação da Emenda Constitucional 95/2016 e suas consequências para a formação em educação física.

No ano de 2022 a reitoria da Universidade Federal de Pelotas foi para a rua no dia 26 de outubro para apresentar como os cortes e reduções de orçamento que a UFPel vem sofrendo podem afetar o funcionamento da instituição e, além disso, a própria inserção da UFPel na comunidade pelotense. Uma Aula Aberta aconteceu no

Largo do Mercado Central de Pelotas. A proposta do evento foi de mostrar a realidade enfrentada pela UFPeI, especialmente a partir do último bloqueio orçamentário, ocorrido no mês de outubro, que forçou a Universidade a encerrar o ano de 2022 com grande déficit, inclusive para honrar com o pagamento de suas contas.

Mesmo a UFPEL tendo uma interventora, que não foi eleita embora fazer parte da lista tríplice, na reitoria, ela se sentiu na obrigação de apresentar a situação trágica que a universidade vem enfrentando, pois corre o risco de não conseguir dar conta das demandas já firmadas via Lei Orçamentária Anual (LOA). Nesse sentido, a qualidade na formação do trabalhador e da trabalhadora é um interesse para nós.

Acreditamos que o ajuste fiscal tem uma interferência direta na qualidade da educação/ensino oferecido, nas condições de manutenção das próprias instituições, em questões mais estruturais como prédios, cursos, recursos humanos e nas condições efetivas de realizar e acessar a produção científica, como bolsas, laboratório, projetos de extensão, programas de pós-graduação. Todas estas questões apontadas necessitam de financiamento e contribuem diretamente para a qualidade na formação destes futuros trabalhadores e trabalhadoras da área da educação física..

Para que possamos ter uma ideia do grau de desenvolvimento de pesquisas com o mesmo objeto de estudo a respeito da emenda constitucional 95/2016, construímos um breve estudo bibliográfico. Queremos assim poder identificar não só a necessidade desse estudo, como também se ele já foi estudado por algum pesquisador ou pesquisadora. Fizemos então uma busca no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e Pesquisa (CAPES). Esta busca foi feita considerando registros catalogados até o ano de 2020.

A primeira busca foi feita com as palavras “ajuste fiscal” e “formação superior”. Encontramos um total de 832, dentre estas 542 dissertações e 205 teses. Ajustamos o filtro para teses e dissertações a partir de 2013, o número total diminuiu para 408, entre elas 220 dissertações e 134 teses. Embora seja um número significativo, a busca ficou ampla demais com as palavras chaves escolhidas, o que abriu um arcabouço de teses e dissertações muito diferentes do nosso objeto.

A segunda busca foi feita com as palavras “emenda constitucional 95/2016” e “formação superior”. Encontramos um total de 650 teses e dissertações. Eram 650 ao todo, 410 dissertações e 176 teses. Quando estabelecemos a partir do ano de 2013 o total passou a ser de 351, entre elas 184 dissertações e 120 teses.

Ainda, no nosso entendimento, a busca estava muito ampla visto que apareciam diversos temas.

Estabelecemos uma nova busca, agora com as palavras “emenda constitucional 95/2016” e “formação superior em educação física”. Conseguimos nos aproximar com temas mais interessantes do ponto de vista do nosso estudo. Ainda assim, determinamos uma nova busca com a data restabelecida a partir de 2013. Foram encontradas cinco dissertações e três teses. Estamos disponibilizando suas informações no anexo.

As dissertações que nos interessam, pois tem relação com nosso tema, são duas, e são da área do Direito. A dissertação de SILVA (2018) “A primazia da ordem financeira sobre a constituição econômica: um estudo da emenda constitucional 95/2016” e a de FALEIRO (2018) “Financiamento da saúde e retrocesso social: uma análise da (in)constitucionalidade da emenda constitucional 95/2016”. As duas serão usadas como aporte teórico para a nossa fundamentação. Já sobre as teses encontradas nos aproximamos apenas de uma, também devido sua relação com o tema, GOMES (2017), que tem por título “Análise de políticas fiscais de modelos dinâmicos de equilíbrio geral com agentes heterogêneos”, embora esta análise pouco nos ajude neste estudo devido a estar relacionada com o âmbito do direito.

A pesquisa aqui desenvolvida não se reduz ao exame sistemático das formas dadas de um objeto, com o pesquisador descrevendo-o detalhadamente e construindo modelos explicativos para dar conta desta tarefa. Por isso a necessidade de investigar a fundo as políticas educacionais para a UFPel, pois o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e concreta, independente dos desejos e anseios da pesquisadora em questão.

Nesse sentido toda teoria pode ser verificada se está correta tomando como base a sua prática social e histórica, ou seja, a prática como critério da verdade. Assim, a teoria é o movimento do real que passa a estar no pensamento humano em forma de ideia por ele reproduzido e interpretado.

Para o marxismo a análise do concreto primeiro tem de partir da sua forma mais complexa, para depois ser dividido em partes, em categorias que possibilitem explicar a sua totalidade. Esse movimento acontece enquanto a teoria é elaborada, para depois, quando finalizada, o todo também ser mais elaborado, pois nele estarão contidos elementos que não eram possíveis de serem vistos ou

identificados no primeiro momento de aproximação a aquela forma mais complexa, porém caótica.

Para Marx¹, o concreto final (compreensão final do objeto) é uma síntese de múltiplas determinações, que só é possível de ser apreendida após uma análise das particularidades e singularidades que compõem esse objeto. Por isso o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja também o ponto de partida, de forma menos elaborada e menos compreendida.

Para Acácia Kuezer (2012), a realidade é um todo indivisível de entidades e significados, e que por isso só é possível isolar uma dimensão para a análise através dele, através deste método de pesquisa. A teoria do conhecimento marxista na sua relação sujeito e objeto estabelece a necessidade da articulação entre as categorias de análise macro e microeconômicas, entre teoria e prática, e o prejuízo desta não articulação leva ao método positivista, que isola o sujeito da realidade.

O materialismo histórico-dialético ou marxismo entende que a verdade (resultado da pesquisa) deve ser entendida na forma de um processo dialético do próprio objeto da pesquisa. O objeto da pesquisa aqui está representado pela formação em educação física na UFPEL pós EC 95/2016. No processo dialético não podemos analisar formas isoladas, mas o estudo deve ser entendido através de um processo em que o ponto de partida da exposição, as categorias mais simples, só podem ser compreendidas a partir da categoria mais complexa. A categoria mais complexa é a formação no ensino superior na sociedade capitalista.

Engels (1990) quando escreve sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem, além de apresentar a centralidade da categoria trabalho para desenvolver o ser humano em sociedade e no desenvolvimento da sua produção social, ele também desenvolve a ideia da centralidade de o ponto de partida da discussão ter que ser a categoria mais complexa. Aqui estamos tentando apresentar o motivo de o homem poder ser uma categoria que nos explique que viemos dos macacos, mas o macaco não é uma categoria que explique o homem. Ou seja, se olharmos para o macaco, não chegaremos na discussão sobre a vida em sociedade, a criação da justiça, das leis e

¹ Marx apresenta sua concepção metodológica em diversas obras. Damos aqui atenção especial para "A ideologia alemã". MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 2ed. São Paulo: Martins Fonte, 1998.

da própria produção da existência. Mas se olharmos para o homem, encontraremos a produção da vida humana. No caso a anatomia do homem é a chave para compreender a anatomia do macaco, mas a anatomia do macaco não é a chave para entender a anatomia do homem, pois nesse processo a categoria trabalho se faz indispensável e macacos não trabalham, não produzem a sua existência de maneira articulada e consciente.

As categorias de análises de conteúdo são os elementos que estão presentes nas relações sociais que permeiam o objeto de pesquisa, e neste trabalho são elas: financiamento e formação no ensino superior. Financiamento devido à como esta categoria se mostrou central para a vida do ensino superior público, e a formação pelo seu desdobramento permitido, que engloba a verificação do papel da universidade em permitir o acesso ao ensino, a pesquisa e a extensão de qualidade. Neste sentido a categoria formação ela é determinante no sentido de ser um dos fundamentos da universidade, formar trabalhadores para o mundo.

Se o nosso objeto de estudo é o ajuste fiscal e suas consequências para a formação inicial em educação física e o nosso sujeito de pesquisa são os sujeitos que gerenciam o financiamento e a formação na UFPel, para tal análise temos que investigar as categorias que aparecem no meio desta relação social. Ou seja, a forma social que está presente nesta relação social. As mediações que estão presentes nestas relações.

Vejamos assim: O trabalho é uma forma social, mas ele o é de diferentes formas a depender do período histórico em que ele se encontra. O trabalho pode ser assalariado ou não, a depender deste período. Da mesma forma a educação, a depender de um período ela pode ser até jesuítica, mas hoje temos uma educação em uma sociedade capitalista, que reproduz formas sociais, valores e ideias presentes nesta sociedade. Mas o marxismo também é uma crítica à sociedade capitalista, pois quer transformar a sociedade, exatamente pela defesa de que o ser humano é o sujeito criador e transformador, e por isso também precisamos construir os elementos que nos ajudem a transformar, a nosso favor, a realidade social, a aqui a realidade da educação pública no ensino superior.

A pesquisa educacional que se pretende aqui, vislumbra elucidar e adequar-se aos fundamentos dos trabalhos científicos, desenvolvendo um rigor científico, bem como aproximando-se das bases epistemológicas que precisam ser referenciadas para que possamos fazer aproximações ao nosso objeto.

Compreendemos que a pesquisa científica deve, além de apresentar um caminho para chegar a sua resposta, contemplar a investigação dos elementos que são constituintes de si mesma.

Sendo assim, se queremos compreender as políticas de ajuste fiscal na formação inicial em educação física, não podemos ignorar as categorias menos complexas que nos levam à mais complexa. Desta forma analisar o capital que é parte fundamental da sociedade capitalista, também é parte fundamental para entender o ajuste fiscal e por isso se faz necessário ser explorado aqui. Assim como para entender a política de investimento na formação inicial também é preciso entender, anteriormente, a educação na sociedade capitalista.

O método que envolve as pesquisas no campo educacional invoca um estudo com base na epistemologia, ou seja, um estudo crítico dos princípios, da hipótese e dos resultados das diversas ciências, destinados a determinar sua origem lógica, seu valor, seus objetos (GAMBOA, 2006). Uma de nossas preocupações está em tentar apresentar esta base epistemológica das consequências dos ajustes e detalhar os pressupostos ontológicos, gnosiológicos, bem como teóricos, metodológicos e técnicos.

Nas ciências sociais como na educação, tanto o investigador, como os investigados (grupo de alunos, comunidade ou povo) são sujeitos; o objeto é a realidade. A realidade é um ponto de partida e serve como elemento mediador entre os sujeitos. Numa relação dialógica e simpática, como é o caso do processo da pesquisa, esses sujeitos se encontram juntos frente a uma realidade que lhes é comum e que os desafia para ser conhecida e transformada (GAMBOA, 2006, p.24)

Os pressupostos gnosiológicos tratam do conhecimento humano que foi desenvolvido até hoje a respeito no nosso objeto de estudo, já os pressupostos epistemológicos tratam do conhecimento científico desenvolvido pela comunidade científica e, por fim, a epistemologia das políticas educacionais trata do conhecimento científico sobre as políticas educacionais produzidos no seio da comunidade acadêmica. No conhecimento que então surgirá desta investigação deverá estar contida a análise da realidade, aqui entendida como ponto de partida e como elemento mediador. Como afirma Saviani (2017), uma epistemologia da política educacional deverá impor-se como sua principal tarefa resgatar a característica da política como ciência política. O discurso epistemológico encontra na ciência os seus objetos e na filosofia os seus princípios que o regem.

Assim, podemos afirmar que o postulado materialista contempla tanto o aspecto ontológico, no sentido de que a matéria, a concretude, é considerada como princípio explicativo do mundo; quanto o aspecto gnosiológico, no sentido de que esta objetividade concreta é o ponto de partida para a construção do conhecimento sobre o mundo. (GOMIDE; JACOMELI, 2016 p.70)

Acreditamos que este movimento se faz necessário para compreender que a educação também se transforma ao longo da reorganização da sociedade e do capital, bem como estabelece um projeto de formação humana com base nele. Todas essas discussões e procedimentos de investigação nos auxiliarão na compreensão das consequências que as reformas e ajustes vêm tendo na formação do trabalhador e trabalhadora, no caso de Educação Física.

Temos, então, como **Problema de Pesquisa**: quais as consequências do ajuste fiscal para a qualidade na formação nos cursos de educação física na UFPel a partir da implementação da emenda constitucional 95/2016?

Objetivo: analisar as consequências das políticas de ajuste fiscal, a partir da emenda constitucional 95/2016, na formação em educação física na UFPel.

Objetivos Específicos:

1. Apresentar as consequências das políticas de ajuste fiscal, desde a implementação da emenda constitucional 95/2016, na UFPel.
2. Analisar, desde a implementação da emenda constitucional 95/2016 os processos de financiamento dos cursos de educação física na UFPel

Este estudo se caracteriza por ser uma pesquisa qualitativa dentro de um estudo descritivo-analítico. Este estudo descritivo-analítico faz uso da análise bibliográfica, análise documental de relatórios, documentos institucionais, entrevistas produzidas com os sujeitos da pesquisa, sites e normativas relacionadas com o orçamento federal.

Embora o tema esteja diretamente ligado com a análise dos números contabilizados e valores investidos no ensino superior pelo governo federal e em como estes recursos são gerenciados pela administração e reitoria da UFPel, o intuito é mapear qualitativamente as consequências que o ajuste fiscal tem desdobrado na formação de trabalhadores e trabalhadoras, em especial na educação física.

O nosso interesse não consiste só em saber o quanto é investido, mas também identificar se os recursos destinados à universidade são suficientes para a garantia de uma formação de qualidade para os trabalhadores e trabalhadoras em formação. O nosso entendimento de pesquisa educacional está de acordo com o professor e pesquisador Augusto Trivínos, quando ele afirma que:

Nosso ponto de vista geral, em relação à função do pesquisador em educação, está baseado na necessidade de uma concepção dinâmica da realidade social. Achamos que não podemos prescindir, quando pesquisamos, da ideia da historicidade e da íntima relação e interdependência dos fenômenos sociais. Pensamos também que a pesquisa educacional nos países do Terceiro Mundo tem um objetivo maior: a de servir aos processos de transformação da essência da realidade social que experimentamos. (TRIVIÑOS, 1987, p.14)

[...]

A pesquisa qualitativa de tipo histórico-estrutural, dialética parte também da descrição que intenta captar não só a aparência do fenômeno, como também sua essência. Busca, porém, as causas da existência dele procurando explicar sua origem, suas relações, suas mudanças e se esforça por intuir as consequências que terão para a vida humana. (TRIVIÑOS, 1987, p.129)

Acreditamos que por este estudo ter sido realizado numa universidade federal, UFPel, que esse material possa ser uma ferramenta de informações e diagnóstico dos problemas que as universidades vêm enfrentando com o ajuste fiscal, e possam também estudar e atentar para os seus Campis.

A pesquisa constituiu-se em quatro momentos, conforme a seguir:

1.1 Pesquisa bibliográfica

Construiu-se um referencial teórico para que possamos identificar a produção já desenvolvida a respeito do tema. Pretendemos compreender a formação da sociedade atual, na sociedade capitalista, e as relações que nela se desenvolveram e ainda se desenvolvem. Queremos entender o ser humano em sociedade, o papel do trabalho e como se dá a produção e distribuição da riqueza, bem como compreender o modelo de produção e o papel do Estado na organização da sociedade.

Traremos autores como Marx, Engels, Lenin, José Paulo Netto, Marcelo Braz, e Virgínia Fontes etc., para nos ajudar nessas compreensões sobre a sociedade e os fenômenos mais gerais que a englobam, para que então possamos

entender as relações que a partir daí se estabelecem com a educação no ensino superior na sociedade capitalista.

Então, usando a referência de autores como Gaudêncio Frigotto, Nelson Amaral, Epitácio Macário etc., analisaremos as produções científicas dos movimentos e associações que discutem o financiamento público, as orientações para a educação pelo Banco Mundial, e as legislações vigentes que afetam a vida da formação do trabalhador e da trabalhadora, pois queremos estabelecer as relações mais gerais da sociedade com a educação capitalista e com a formação superior no ensino público federal.

1.2 Pesquisa documental

Nos permitiu a apropriação das dimensões do objeto. A pesquisa documental nos ajudou a encontrar as relações existentes entre a política para a formação no ensino superior e a realidade da formação na UFPel. Demonstrar a articulação governamental entre a Emenda 95/2016 e as consequências para a política de financiamento da universidade, onde analisou-se os seguintes documentos: Emenda Constitucional 95, de 15 de dezembro de 2016; Relatórios de Gestão da UFPel de 2016 a 2021; Plano de Desenvolvimento da Unidade da Escola Superior de Educação Física de 2019 a 2020; e o Portal da Transparência do Governo Federal.

A análise documental é outro tipo de estudo descritivo que fornece ao investigador a possibilidade de reunir uma grande quantidade de informação sobre leis estaduais de educação, processos e condições escolares, planos de estudo, requisitos de ingresso, livros-texto etc. (TRIVINÓS, 1987, p.111)

Neste estudo estamos fazendo uma investigação nos bancos de dados disponíveis nos sítios da internet administrados pela instituição UFPel. Neste banco de dados buscamos informações estruturais que nos permitam ver pelos bancos digitais como é essa realidade, como são seus recursos humanos, e ter uma caracterização da realidade que investigamos. A fim de verificar esses números e analisar a sua realidade de aplicação, buscamos os relatórios de gestão da UFPel

desde 2016. A busca foi feita no **portal da UFPel**, no link **institucional**, nele você clica em **relatórios de gestão**, e lá estão os relatórios separados por ano.

Também como materiais empíricos para a nossa pesquisa, nos valem de uma busca documental no que tange os dados e relatórios produzidos pelo Governo Federal no portal da transparência. A descrição desta pesquisa encontra-se no Anexo 2 deste trabalho.

1.3 Entrevistas

As entrevistas, no nosso entendimento, produzem um novo conteúdo, que nos auxilia a compreender o objeto e as impressões dos sujeitos envolvidos com o objeto. Segundo Gil (1987), são uma forma de interação social, de diálogo assimétrico, em que uma parte busca coletar dados e outra se apresenta como fonte de informação.

Nesse estudo os sujeitos das entrevistas foram os Reitores da UFPel e Diretores da ESEF UFPel que tiveram suas gestões entre o período de 2016 a 2020, tendo em vista o recorte do nosso trabalho sobre financiamento e formação. Houve um tempo que também queríamos incluir estudantes, pró-reitores e demais do administrativo. Entretanto a pandemia acabou interferindo na realização destas entrevistas, tendo em vista o isolamento, a dificuldade de contatar ou até mesmo criterizar quais estudantes seriam entrevistados. Sobre os reitores entrevistados apenas conseguimos contato com um deles, entre as gestões de 2016 a 2020. Não tentamos entrevistar a reitora que assumiu em 2021, pois antes o trabalho tinha a delimitação de 2016 a 2020, como solicitamos prorrogação da defesa, acabamos incluindo os relatórios de 2021 também, pois já estavam produzidos e disponíveis, mas a entrevista ficou prejudicada pelo tempo e por ser uma interventora e por isso não entrou nos nossos dados.

Sobre os diretores da ESEF gestões: 2014 a 2017; 2018 a 2021; conseguimos contato e realizamos a entrevista com eles. Infelizmente um deles veio a falecer antes de assinar o termo de aceite de publicação da entrevista, desta forma não foi possível incluir a entrevista no trabalho. Nos roteiros das entrevistas, tanto para reitores quanto para os diretores, foram utilizadas as categorias financiamento e

formação como base para a organização das perguntas elaboradas.

1.4 Organização e Análise dos Dados

Segundo esta metodologia é preciso investigar como a ideologia, a lógica e a racionalidade estão expressas nos documentos de política educacional, mas que não são prontamente assimiláveis ou aplicáveis. Para tal compreensão é necessária uma reescrita das prescrições, o que coloca para os estudiosos a tarefa de compreender a racionalidade que os informa e que, muitas vezes, parece contraditória, fomentando medidas que aparentam ir em direção contrária aos que propõem (SHIROMA, 2005, p.430 e 432).

Para dar conta desta perspectiva de análise levaremos em consideração os elementos da sociedade que levam a uma hegemonia do pensamento que vai de encontro a defesa do ensino público de qualidade, mas que pelo discurso, pelos documentos expressos, muitas vezes não é percebida. A origem destes pensamentos e destas intensões nem sempre estão visíveis a quem tenta compreender.

Essa análise nos permite compreender as relações existentes entre a política pública de financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e estabelecer uma linha de análise com as políticas de financiamento da UFPel. Leva em consideração também a conjuntura política de crise de acumulação do capital para orientar as discussões sobre as medidas adotadas pelos governos, no formato de ajustes fiscais, que visam reestruturar os investimentos do Estado nos setores públicos.

Queremos entender como as políticas globais e nacionais influenciam as políticas para financiamento no ensino público superior. Acreditamos, como Shiroma (2005), que os documentos que regulam, orientam e decretam um tipo de política educacional não carregam apenas orientações a serem adotadas, mas também trazem os discursos que justificam as reformas ali encomendadas. Por isso é necessário investigar como a ideologia, a lógica e a racionalidade que dão sustentação a estas reformas, se articulam com os interesses de quem emite os referidos documentos. Os textos e documentos geram diversos tipos de interpretações, pois as palavras têm um sentido para cada pessoa. Entretanto as relações formadas pelas palavras em um contexto contribuem para gerar um discurso de hegemonia.

Sobre o quesito de investimento, fizemos uma análise de documentos que nos possibilitaram averiguar o montante investido no período de 2016 a 2021 e onde foram investidos esses recursos, cabendo aí também entrevistas com Reitor e diretores de centro. Verificamos e comparamos indicadores que impactam diretamente na vida do estudante como, por exemplo: recursos para permanência e assistência estudantil; evasão e retenção no curso; quantidade de bolsas etc.

Queremos então, a partir dos dados empíricos aqui levantados, conseguir apresentar o real tomando diretamente a sua aparência e indiretamente a sua essência, de modo que essa análise nos possibilite o entendimento e o desvelamento dos processos presentes nos fenômenos aqui estudados, distinguindo assim aquilo que é aparente daquilo que é essencial apreender no processo desta investigação, conforme Gomide e Jacomeli (2016) nos explicam.

2 A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO, CAPITAL E ESTADO

Analisando as categorias que mediam o nosso objeto de estudo, precisamos partir das formas sociais que estão presentes na atividade do trabalhador e da trabalhadora em educação física, não pelo mercado de trabalho, mas pela importância do trabalho no desenvolvimento do ser social, no caso o trabalho na sua uma forma ontológica².

O trabalho é fonte de toda a riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O Trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem. (ENGELS, 1990, p.4)

A premissa de que o trabalho criou o próprio homem e a mulher parte do fundamento de que o homem e a mulher, o ser humano, são os únicos seres que têm a capacidade de dominar os instrumentos, e melhorar os instrumentos no decorrer de sua história. O outro fundamento que permite essa transformação ativa da natureza parte de que o ser humano também é o único ser que dispõe da capacidade teleológica, que é a possibilidade de poder pré-visualizar na sua cabeça a ideia do que vai existir depois da transformação da natureza, antes dessa transformação existir. Ou seja, projetar na sua ideia o que ainda não existe, para que depois, com a sua habilidade possa vir a existir.

A diferença do João de barro para o engenheiro, é que o João de Barro faz a mesma casa de barro desde sempre, e o engenheiro projeta em sua cabeça vários tipos de casas e edifícios, de acordo com a região, com o clima ou com o desejo do comprador.

Enquanto a abelha e a aranha “trabalham” por puro instinto – as colmeias e as teias são as mesmas há mais de mil anos –, o homem trabalha com um plano prévio em sua cabeça do que irá executar: desde a utilização da pedra para cortar até a utilização de um computador para pôr um satélite artificial em órbita. Esse fenômeno está presente em toda a história do trabalho humano, capaz de transformar a natureza. (COGGIOLA, 2021, p. 28-29), grifos do autor.

Assim entendemos que os animais não trabalham, mas desenvolvem uma atividade com a natureza que é feita por puro instinto. O único ser social que trabalha e que modificou e transformou sua realidade social através do trabalho foi o

² A ontologia do trabalho refere-se à perspectiva do trabalho enquanto fundante do ser social. Não só o homem fundou o trabalho, como o trabalho fundou o próprio homem humanizado.

ser humano. O trabalho é então fonte de valores que cria a riqueza social. É a atividade econômica que permite a produção e distribuição dos bens que satisfazem as necessidades humanas. O trabalho então é uma qualidade natural do ser humano.

Esse processo de trabalho é um patrimônio comum a todas as sociedades, que existem por meio do trabalho e graças a ele. As forças produtivas de todas as sociedades – o grau de desenvolvimento da técnica e da organização social do trabalho – são sempre as forças produtivas do trabalho social. (COGGIOLA, 2021, p. 28)

As forças produtivas de uma determinada sociedade estão sempre vinculadas ao grau de desenvolvimento do trabalho em uma determinada organização social. A depender da sociedade vamos ter um tipo de trabalho e um tem interferência no outro. Uma sociedade que não domina a lança, vai ser diferente da sociedade que já domina e esculpe a pedra para fazer a lança, que vai ser diferente da sociedade que já domina o ferro, e assim por diante. O trabalho consiste na atividade de produzir seus próprios instrumentos e transformar a vida dos que ali vivem, a depender do tipo de organização social em que este trabalho se encontra.

[...] Enquanto o caçador e o agricultor primitivos repartiam e consumiam com seus semelhantes o produto de seu trabalho, enquanto o escravo trabalhava para o consumo direto do seu dono e, secundariamente, dele mesmo, enquanto o artesão trocava ou vendia, de forma autônoma, os produtos de seu trabalho, João, o operário moderno, trabalha sob o controle de um capitalista, ou de seu representante (gerente ou capataz), que faz ele e seus companheiros produzirem para depois levar ao mercado o produto deste trabalho: produtos que não possuem nenhum valor de uso para o seu dono, o capitalista, mas têm valor para outros, seus compradores no mercado. (COGGIOLA, 2021, p.28-29)

Marx define mercadoria como a forma social específica que se cobre o produto do trabalho. É um feito de um produto do trabalho que não serve ao consumo do próprio produtor ou a trocas apenas eventuais, e quando já é produzido para o mercado (GRESPLAN, 2021) Assim surgem as mercadorias, para satisfazer uma necessidade material da vida com base nas necessidades socialmente referenciadas, mas também para satisfazer as necessidades criadas por vontades secundárias, subjetivas ou dos outros.

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão. Tão pouco se trata aqui de como a coisa satisfaz tal necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente como meio de produção. (MARX, 2017, p. 113)

Historicamente, a mercadoria existiu em várias sociedades anteriores à sociedade capitalista atual, mas se é sobre a predominância do trabalho assalariado que ela mais se generalizou, em comparação às outras formas de se produzir”. (GRESPLAN, 2021, p.31) Para que a gente possa entender melhor a mercadoria, precisamos entender o que Marx chama de duplo caráter do trabalho na sociedade capitalista.

O trabalho gera um produto. O produto do trabalho na sociedade capitalista, quando não tem valor de uso e é produzido para gerar trocas é conhecido, tratado e revestido na sociedade capitalista como mercadoria. O trabalho então é uma atividade para gerar dois tipos de valor, valor de uso e valor.

[...] a mercadoria é uma unidade de objetivação do processo de trabalho humano, determinada pela relação dialética entre valor e valor de uso. A criação de valor e de valor de uso só pode ser então, proveniente do próprio trabalho humano. Por isso o duplo caráter do trabalho. Este, ao se relacionar com a natureza e se objetivar, tomando assim, uma forma, cria, simultaneamente, o valor e o valor de uso. (TAVARES, 2021, p. 47).

O trabalho gera a mercadoria, e esta tem valor de uso e valor. O valor de uso é quando o produto trabalho serve para quem produziu. O valor é quando ele possui um valor de troca. Marx conclui que, como a única qualidade comum a todas as mercadorias é a de ser produto do trabalho humano, é o trabalho humano que cria o próprio valor. Mas o trabalho não cria valor porque isso é uma qualidade física ou por seu dispêndio de energia física e mental. Mesmo que haja o desgaste de energia no trabalho, o valor aparece e tem significado em uma sociedade na qual ocorrem trocas e que, por isso, necessita de um abstrato palpável para estabelecê-las. (GRESPLAN, 2021)

Assim são as duas dimensões do trabalho, concreta e abstrata. A dimensão concreta do trabalho está baseada na particularidade de seus materiais e operações, produz valores de uso, isto é, qualidades que conferem ao produto uma utilidade específica. A dimensão abstrata é baseada na força física e mental despendida em graus distintos por qualquer trabalhador. O trabalho é abstrato porque resulta da abstração de qualquer particularidade que lhe é conferida pelos instrumentos que emprega, por sua finalidade ou pelo material utilizado na sua produção; consiste, também, na pura energia gasta pelo trabalhador em uma unidade de tempo, por exemplo, uma hora, um dia ou um mês para produzir essa

mercadoria. Essa dimensão abstrata é a dimensão que fundamenta o valor e permite a troca entre as mercadorias. (GRESPLAN, 2021)

Segundo Tavares (2021, p.23) “a mercadoria, na sociedade capitalista, mais do que uma simples coisa, representa a mais elementar relação social. Se quisermos ir ainda além, a mercadoria é a materialização mais simples da própria sociabilidade humana, pois é pela mercadoria, que passa a produção e a realização da valorização do valor na sociedade capitalista. É na produção do valor que a própria mão de obra se valoriza. Por isso precisamos de cada vez mais mão de obra desvalorizada para poder pagar menos por ela. É sob a extração de mais valor que se produz o lucro, que obscurece o sobretrabalho incorporado pelo capital, coisificando uma aparência puramente econômica (FONTES, 2010). E Tavares aprofunda:

O valor, enquanto selo que determina que uma coisa foi produzida por trabalho humano em abstrato, se manifesta socialmente quando comparado com outra coisa que também é produto do trabalho humano em abstrato. Nesse sentido, o valor assume uma forma social quando comparado a outra mercadoria, ou seja, no processo de troca [...] duas mercadorias só podem ser trocadas por serem valores (TAVARES, 2021, p. 49).

A forma de valor comum da mercadoria é o dinheiro. A mercadoria ao se relacionar com outra mercadoria desprende de seu valor de uso, pois nesta relação o que importa é o seu valor de troca. O dinheiro nada mais é do que uma mercadoria, como outra qualquer. Possui valor e valor de uso, mas lhe é atribuída uma função social específica, pois o dinheiro reduz as mercadorias aos seus valores e as obriga a se relacionarem exclusivamente através dele. Essa qualidade se dá por o dinheiro aparecer como a personificação do valor, do trabalho abstrato, na sociedade capitalista.

A utilização da mercadoria dinheiro faz com que na relação de troca entre mercadorias o trabalhador não perceba que o que se está trocando ali é representado pelo trabalho humano objetivado, ou seja, não se percebe o trabalho humano. As mercadorias quando se relacionam aparecem tendo vida própria, tendo em vista que ali não se vê que há uma relação entre seres humanos, entre trabalho humano objetivado.

A acumulação de riquezas na sociedade não é, na verdade, uma acumulação de valores de uso. A riqueza na sociedade capitalista, embora apareça sob a forma mercadoria, traduz na verdade uma enorme massa materializada de trabalho humano objetivado. A forma que este trabalho objetivo assume para se constituir como riqueza é determinada pela forma valor. O dinheiro por ser uma personificação do valor, faz com que todas as

mercadorias sejam permutáveis por ele. Uma acumulação, portanto, de uma mercadoria que não a mercadoria dinheiro, se constitui de fato como riqueza, afinal, são todas mercadorias, possuidoras de valor. Porém, é pela qualidade do dinheiro de ter sido eleito socialmente o representante universal do valor, que a riqueza se configura, antes de tudo, na forma dele. (TAVARES, 2021, p.60)

Quando duas mercadorias são trocadas, elas exercem um papel diferente. Apenas uma tem valor de troca. A primeira mercadoria tem valor de uso para quem faz a troca (compra), mas a segunda mercadoria tem valor, que equivale ao valor da primeira mercadoria. “São duas formas de expressão no valor da troca direta entre mercadorias, formas que Marx chama de relativo e equivalente [...] O dinheiro é o equivalente geral porque as outras mercadorias projetam nele seu valor e se apresentam como se fossem simples valores de uso, como se o dinheiro, desse modo, é que lhes atribuisse valor” (GRESPLAN, 2021, p.34).

Embora todas as mercadorias possam ter função de troca, uma delas se destacou com seu valor equivalente único e geral, que é a mercadoria dinheiro. O dinheiro é a transação de pagamento que se perpetuou na sociedade mercantil. É por intermédio do dinheiro que os diferentes produtores podem comprar aquilo que outros produziram, depois de eles mesmos terem vendido suas próprias mercadorias (GRESPLAN, 2021, p.35)

Desta forma os produtores precisam vender para comprar. Eles são os donos privados dos meios de produção e se relacionam pela troca das mercadorias que produziram. Embora todos trabalhem individualmente, todos eles acabam se relacionando com a esfera do consumo, pois esperam que os compradores consumam o seu produto, o que o faz com que eles dependam também da circulação de seus produtos. Ou seja, não há uma independência da esfera da circulação e do consumo e da produção. Quanto mais especializados forem os produtores, quanto menos variedade produzirem, mais dependerão da esfera da circulação para acessar o consumo.

Essa relação de independência e dependência entre as esferas de consumo, produção e circulação corresponde à figura dialética de oposição, que corresponde à quando opostos se diferenciam, mas depois se encontram na posição de um ser determinante do outro. Dinheiro e mercadoria também são pares. Mas estas relações constituem a forma simples da mercadoria, pois elas também podem ser bem mais complexas, até porque nem todos são proprietários dos meios de

produção. Quem não é proprietário é trabalhador ou trabalhadora, que são empregados pelos proprietários e recebem um salário pago em dinheiro.

O dinheiro como mercadoria universal, agora realiza o pagamento de uma outra mercadoria, a mercadoria força de trabalho. O valor pago em dinheiro corresponde ao valor da força de trabalho.

O assalariado trabalha utilizando matérias-primas e instrumentos que pertencem ao capitalista. Por isso, não é a ele, mas ao capitalista que pertencerá o produto e o dinheiro da sua comercialização. Ao assalariado caberá apenas o salário. É nessa desigualdade que Marx detecta o surgimento do excedente de valor que explica a lógica do capitalismo. (GRESPLAN, 2021, p.37)

Se o valor da mercadoria produzida pelo trabalhador ou pela trabalhadora, quando vendida, paga o salário daquele e daquela, quando a jornada de trabalho do trabalhador ou a trabalhadora produz várias quantidades de mercadorias, quando elas se realizam, ou seja, são compradas, sobra um valor excedente para o capitalista, que não é repassado para o assalariado. Esse excedente é o que Marx chama de mais-valor ou trabalho não pago.

Marx aponta que essa diferença entre o valor da força de trabalho e o valor de seu produto produzido durante a jornada de trabalho como uma vantagem para o capitalista. Isso quer dizer que o capitalista não precisa nem se sentir na condição de tirar vantagem, pois o próprio sistema já garante isso sem que ele tenha que interferir no sistema de produção de capital, “o mundo é injusto assim mesmo”.

O objetivo da mercadoria no início era a satisfação das necessidades do homem e da mulher, mas ela foi transformada de forma que pudesse gerar mais-valor, para gerar lucro. O mais-valor é o capital que se valoriza. O dinheiro para ser capital deve incorporar valor ao longo do seu processo de realização, deve se reproduzir, se valorizar, saindo de uma circulação valorizada. O processo que torna dinheiro capital deve criar valor novo, não apenas redistribuir o valor já existente. O dinheiro só se torna capital quando incorpora valor. Por isso, para produzir capital não se pode comprar qualquer mercadoria, mas sim uma mercadoria que produza valor quando é consumida. Sem comprar força de trabalho não há produção capitalista. A mercadoria que produz valor é a força de trabalho. O capitalista, ao organizar a mercadoria força de trabalho com meios de produção no processo de produção de mercadorias, terá uma massa de valor maior que a inicial.

O lucro, de quem paga pela força de trabalho, está vinculado ao valor da mão de obra e o tempo que o trabalhador ou trabalhadora leva para fazer aquele trabalho. Tirando, dessa relação, o custo (investimento) da matéria prima a ser transformada. A troca que acontece entre o proprietário dos meios de produção e os proprietários da força de trabalho se apresenta no mercado como uma troca entre equivalentes, como uma a troca entre qualquer mercadoria, como se ali se tratasse de homens livres, possuidores de mercadorias, dispostos trocá-las por seus respectivos valores de troca.

Entretanto, a única mercadoria que o proprietário da força de trabalho tem para trocar é a sua própria força de trabalho. Ele vende a sua capacidade de produzir valor. Esta relação de venda aparenta uma troca de equivalentes, e por isso o produto que é resultado da força de trabalho não lhe pertence, e sim ao comprador dessa força de trabalho. “A objetivação do trabalho humano a partir do consumo da força de trabalho comprada pertence ao próprio comprador, não ao produtor da mercadoria. É aqui que vemos possível teorizar o surgimento da produção de mais valor”. (TAVARES, 2021, p.67)

O valor da troca de uma mercadoria é determinado pela quantidade de horas de trabalho humano abstrato socialmente necessário para produzir aquela mercadoria, e assim, o valor da mercadoria força de trabalho é quantificado pelo custo da reprodução dessa força de trabalho, pelo consumo necessário deste trabalhador precisa para produzir a sua própria existência e a sua capacidade de trabalhar todos os dias da sua jornada de trabalho.

A contradição é que muitas vezes nem dois empregos não são suficientes para manter e satisfazer as necessidades concretas de uma família. Mesmo a vida sendo um compilado de necessidades afetivas, intelectuais, fisiológicas e psicológicas, o que importa é o tempo de venda da força de trabalho e o valor que é pago por ela. E o tempo livre que sobra serve para o trabalhador ou trabalhadora recuperar sua força de trabalho, a sua capacidade de produção, e voltar a desenvolvê-las da melhor forma possível no dia seguinte. Entretanto, o tempo sem venda da força de trabalho, não é livre: os que não conseguem vender sua capacidade criativa sequer podem suprir suas necessidades. (FONTES, 2019) pois, nesta sociedade, vender ou não a sua força de trabalho não se trata de uma opção.

O que se apresenta como clara troca entre equivalente se configura, em essência, ao analisarmos o conteúdo desta troca, é a venda forçada da própria condição de homem de um determinado sujeito social. A venda da força de trabalho reflete a plena alienação da sociabilidade humana em troca de sobrevivência. Por isso, temos que o capital se configura, sobretudo, como relação social de exploração do ser humano, onde o trabalho humano é apropriado por uma classe em relação àquela que o produz. (TAVARES, 2021, p. 68)

A reprodução e ampliação do capital necessita impulsionar as modalidades de subordinação e opressão dos oprimidos para ampliar a massa de valor extraída dos trabalhadores e trabalhadoras. Uma forma de ampliar essa massa de valor é oferecendo e se tornando até um gerenciador do salário dos próprios trabalhadores. Os bancos aparecem com uma nova função, a de crédito para o processo produtivo ou de capital de comércio de dinheiro (FONTES, 2010). A autora conclui que os bancos, através de seu sistema, passaram a ser um multiplicador da extração permanente de valor, convertendo-se em coadjuvantes da exploração capitalista.

O capital monetário converte seus mutuários em agentes funcionantes para a extração de mais-valor: mesmo quando se concede crédito a um homem sem fortuna – industrial ou comerciante – isso ocorre confiando que com o capital emprestado, se apropriará do trabalho não pago. Ele recebe crédito na condição de capitalista em potencial (ROSDOLSKY, 2001, p. 324 apud FONTES, 2010, p.24)

A especificidade fundamental do capital portador de juros (ou monetário) é a conversão do próprio capital em mercadoria (e não simplesmente em capital de crédito) e seu papel social de impor a conversão de massas de dinheiro em capital. (FONTES, 2010). A concentração de massas de capital monetário em poucas mãos de proprietários é o que dá origem ao capital fictício.

O crédito é uma das formas corriqueiras da formação de capital fictício, à qual vale incorporar as demais formas, como a circulação de letras de câmbio como meio de pagamento, e a dívida pública, a qual designa originalmente um comprometimento futuro do Estado com a produção de recursos inexistentes no presente que lastreiam a emissão de títulos da dívida (FONTES, 2010, p.37).

O capital fictício é formado pelas “ações, obrigações e outros títulos de valor” que não possuem valor em si mesmo, representam apenas um título de propriedade, que dá dinheiro a um rendimento. As transações financeiras tornam-se desproporcionais em relação à produção real de valores, que viram especulativas. Os rentistas e os possuidores do capital fictício extraem ganhos sobre valores frequentemente imaginários – e só descobrem isso quando nas crises do mercado financeiro, explicam Netto e Braz (2011). O relativo isolamento dos grandes

proprietários de capital monetário (portador de juros) diante do capital funcionante (extrator de mais valia) não significa a redução deste último, mas sua maior expansão. Os juros são uma parte do lucro produzido. (FONTES, 2010)

A forma como a nossa sociedade se organiza é sempre um resultado das relações estabelecidas entre as pessoas e a natureza em uma determinada época histórica. É esta relação fundamental que determina o nosso modo de produzir a vida. Se olharmos para trás, veremos que há muito tempo a nossa sociedade é dividida em classe sociais. Mesmo que a formação das sociedades não se dê de forma linear, e que ao longo dos anos tenhamos algumas mudanças na organização dessa sociedade, ainda assim o que predomina e se repete são as classes, que outrora aparecem como senhores e escravos, servos e vassallos e depois burgueses e proletários, uns donos dos meios de produção e outros assalariados. Por mais que as denominações e algumas relações entre elas se alterem ao longo da história, a essência que determina um sobre o outro continua existindo. Conclui-se, então, que a sociedade atual sempre apresenta resquícios das suas formações anteriores.

Em todas essas formações sociais, e inclusive na atual, se expressa uma luta entre as classes que ali existem. Já dizia Marx, a história de todas as sociedades até agora tem sido a história da luta de classes.

Nas anteriores épocas da história encontramos quase por toda a parte uma articulação completa da sociedade em diversos estados [ou ordens sociais — Stände], uma múltipla gradação das posições sociais. Na Roma antiga temos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média: senhores feudais, vassallos, burgueses de corporação, oficiais, servos, e ainda por cima, quase em cada uma destas classes, de novo gradações particulares. [...] A moderna sociedade burguesa, saída do declínio da sociedade feudal, não aboliu as oposições de classes. Apenas pôs novas classes, novas condições de opressão, novas configurações de luta, no lugar das antigas. (MARX; ENGELS, 2008, p.09).

Temos, então, o confronto entre duas classes. Cada uma dessas classes expressa a luta por suas condições objetivas, e sempre há uma hegemonia de uma classe sobre a outra. Tomaremos como ponto de partida, para nossas análises, o período da já então analisada sociedade de mercado, a sociedade capitalista. Na década de 1860, conforme Hobsbawm (1996), uma nova palavra entrou no vocabulário econômico e político do mundo, essa palavra seria “Capitalismo”. Era “o triunfo de uma sociedade que acreditou que o crescimento econômico repousava na competição da livre iniciativa privada, no sucesso de comprar tudo no mercado mais barato (inclusive trabalho) e vender no mais caro”.

Esta sociedade incorporou o Estado como uma instituição que organizasse a luta de classes de uma forma que parecesse uma instituição neutra. Mas Estado e mercado não são pólos antagônicos, são apenas manifestações sociais diferentes de um mesmo fenômeno: a sociabilidade capitalista. O Estado é uma categoria da Economia Política e deve ser compreendida dentro do próprio modo de reprodução da sociedade. O Estado é uma relação social, e se faz necessário para o desenvolvimento do capital. Em uma análise materialista do Estado ele não pode ser visto só como parte da estrutura da sociedade capitalista, ele é uma forma social necessária para que os conflitos sejam vistos como independentes. Ele ganha e assume um papel importante, substituindo as monarquias que até então tinham o poder perante a organização social e a arrecadação dos impostos, mas que já não continha mais as mobilizações sociais por uma vida melhor para os trabalhadores.

O Estado é o produto que surge das relações entre as classes daquela época, ele é produto de uma relação inconciliável entre elas, e para garantir que a sociedade funcione da forma estabelecida pelo capital, o Estado aparece. É a forma que uma classe encontrou para perpetuar as relações de produções do modo econômico que beneficia a sua própria vida. Engels nos explica esta questão da seguinte forma:

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é "a realidade da ideia moral", nem "a imagem e a realidade da razão", como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da "ordem". Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. (ENGELS, 2018, p.61).

Enquanto atual política de Estado, o ultraliberalismo continua favorecendo “os grandes proprietários, definindo-os como destinatários privilegiados dos benefícios fiscais, das rendas derivadas das dívidas públicas, além de garantir, através de intensas pressões, a redução seletiva de impostos para os grupos dominantes”, Fontes (2020, p.13). Para a autora, a doutrina liberal estimula as classes dominantes a inventar caminhos por dentro do Estado para apropriar-se de

bens e de atividades públicas como espaço próprio e pasto de lucros e de retornos privados.

Assim sendo, o Estado gerencia seus interesses do ponto de vista da classe social à qual ele pertence. Então, o Estado pertencendo aos grandes empresários e as grandes e abastadas famílias, no caso, detentoras dos grandes meios de produção, como latifundiários, banqueiros, grandes empresários da indústria e do comércio se utilizam deste poder estabelecido pelo Estado na sociedade, para imprimir nela as leis, normas e padrões que, por uma relação de hegemonia, perpetuem. Hegemonia, nesta sociedade, é a capacidade que a classe dominante tem de alcançar adesão e convencimento das grandes massas para a construção do seu projeto de sociedade (DANTAS; PRONKO, 2018).

Essa contradição, de viver numa condição de opressão e mesmo assim acabar defendendo as ideias daqueles que te exploram, só pode ser superada com a luta de classe impelida pela classe oprimida.

O Estado então nasce da necessidade de reprimir as contradições das classes, mas como nasce, ao mesmo tempo no seio do conflito dessa mesma classe, ele é, em regra, o Estado da classe mais poderosa, da classe que domina economicamente, e que, com a ajuda dele, se torna também a classe economicamente dominante, adquirindo assim novos meios para dominar e explorar a classe oprimida. (LENIN, 1970, p.15)

As relações econômicas de uma classe são, então, favorecidas pelo gerenciamento dessas relações por parte do Estado. A classe dominante então aumenta gradualmente o seu poder e domínio para com as relações econômicas e entre os próprios trabalhadores, revelando-se parte de uma tendência à mundialização do capital, onde esse período passa a ser chamado de capitalismo concorrencial (NETTO; BRAZ, 2011).

É a necessidade de conquistar novos mercados e ampliar seus lucros que faz com que a classe dominante expanda para o mundo todo as suas mercadorias. Nesse momento começam a surgir os monopólios industriais e os bancos ganham uma importância na economia mundial. Mais adiante, essa relação entre os monopólios bancários e os monopólios industriais vão dar origem ao capital financeiro, que instaura uma nova fase para o capitalismo, denominada fase imperialista. Conforme Lênin, a fase monopolista do capitalismo, tem cinco elementos característicos:

1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os próprios monopólios, os quais

desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancários com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; e 5) o termo partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LENIN, (1977, p.641-642) apud NETTO; BRAZ, 2011, p.180).

Os capitalistas passam então a cada vez mais concentrar suas forças na expansão dos lucros, na mundialização do capital. Os bancos se fundem com os grandes empresários da indústria e do comércio.

3 ULTRALIBERALISMO, DÍVIDA PÚBLICA, AJUSTE FISCAL/EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016 E SUAS RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO CAPITALISTA

O cenário de crise sistêmica do capital já foi analisado por Mészáros (2011, p. 96), onde ele anuncia que o capital é uma forma incontrolável de controle sociometabólico, que possui uma “estrutura totalizadora de controle à qual tudo o mais, inclusive os seres humanos, deve se ajustar, e assim provar a sua viabilidade produtiva, ou perecer, caso não consiga se adaptar”. O capital, enquanto relação social, ganha a aparência de algo dado, inexorável e imutável.

Desde o início dos anos 1970, ainda segundo Meszáros (2011), vivemos uma depressão contínua, que apresenta as características de uma crise estrutural, e agora, o que estamos vivenciando é a precarização estrutural do trabalho e a destruição da natureza para aumentar as taxas de lucro, que caíram devido à crise do capital. “Essas crises são evidências da reação das camadas sociais menos favorecidas à política neoliberal que as exclui, cobrando delas o preço do crescimento econômico” (GHIDINI; MORMUL, 2022, p.340).

Por anos e anos os capitalistas tentam se salvar das crises do capital construindo soluções por dentro do capitalismo. Por isso as reformas são sempre bem-vindas a estes. Desde a década de 1970 eles vêm reinventando práticas e modelos para salvar um modelo econômico denominado Liberalismo. A liberdade do mercado, o Estado mínimo, que não deu certo, e precisou ser readaptada, para surgir o então surge o neoliberalismo.

O liberalismo é uma filosofia e uma prática política que de início ajudou na superação das monarquias, mas que depois foi sendo utilizada para defender que essa é a forma natural das relações de produção funcionarem. Como bem explica Fontes (2020, p.12), o liberalismo “tornou-se uma ladainha voltada para a naturalização do capital, e seus desdobramentos agem para fantasiá-lo de maneira inocente, como se espelhasse a natureza humana”, como se não houvesse outra forma melhor de produzir a nossa própria vida em sociedade.

O pensamento liberal, de fundo a-histórico e contraditório, é a defesa e justificação da separação do produtor e o resultado do seu trabalho, e se ergue na defesa da propriedade privada, mas da propriedade privada específica de um setor,

a propriedade do capital. Basta observar o extermínio dos indígenas e a perseguição aos quilombolas, a expropriação unilateral do campesinato e a retirada de direitos que seguem em curso, como bem nos lembra Fontes (2020, p.12), e ainda diz que o liberalismo, que embora hoje tenha diversos desdobramentos, “trata-se unicamente de defender a propriedade do capital, e sua pressa feroz em extrair mais-valor, pisoteando sobre as massas trabalhadoras.”.

Para Fontes (2020), o neo, o pós-neo e agora o ultraliberalismo, reforçaram os instrumentos de blindagem, a propaganda e as instâncias coercitivas do Estado, o qual trataremos logo a seguir. Sua intenção é bloquear qualquer opção proveniente dos setores populares, mesmo que estes lutassem apenas para fazer cumprir a própria Constituição.

O neoliberalismo é a faceta mais avançada da liberdade para proprietários dos meios de produção, onde o Estado fica relegado a garantir, pela violência ou não, o direito à propriedade privada, mas de nada deve ter responsabilidade pelos direitos sociais, que devem ser o quanto antes transformados em mercadorias, cedidos ou terceirizados aos grandes capitalistas para que possam produzir lucro com estes serviços. Por isso o Estado precisa existir, para fazer a mediação entre os interesses e os conflitos que possam surgir entre a burguesia e a classe trabalhadora. Outro motivo da necessidade do Estado para os neoliberais é que como eles sabem que o capitalismo vai, uma hora ou outra apresentar as suas crises, precisa-se então do Estado para salvar o Capital. Vide todas as crises dos últimos anos, onde o Estado investiu dinheiro em todos os bancos privados, seja no Brasil ou nos Estados Unidos da América.

No neoliberalismo, cortar os direitos sociais é a primeira medida. É um processo de convencimento, mesmo que haja resistência, de que a saída para a crise que se instaura, quando o governo gasta mais que arrecada só pode ser resolvido com estabelecimento de metas e ajustes nos setores que garantem os direitos sociais. Os direitos sociais são um conjunto de benefícios que os trabalhadores recebem pela contribuição que fazem ao Estado quando trabalham, compram, e destinam parte de seus salários e taxas de produtos para essa receita.

Seja na Europa, seja na América Latina, de forma desigual e combinada, a superação da crise passa por planos de austeridade que vêm sendo implementados para que as taxas de lucro sejam retomadas pelos grandes capitalistas. Essas medidas envolvem cortes de direitos que vêm sendo aplicados de

maneira drástica, e no Brasil, por já ser um país que apresenta uma desigualdade grande entre as classes sociais, estas medidas não são senão formas de ampliar estas desigualdades.

Nos últimos períodos, diversos governos já passaram pela administração do Estado brasileiro, e todos têm se ajustado ao padrão neoliberal de acumulação de capital. Nesta lógica neoliberal o Estado tende a abandonar a sua função de provedor e mantenedor dos direitos sociais e expandir seu papel de gerenciador dos interesses do mercado.

Estes ajustes a serem implementados são elaborados com base e sob o ponto de vista da classe que organiza a sociedade e dirige o Estado, e que quer receber o pagamento dos juros e amortização da dívida pública. O Estado, para conseguir fechar essa conta que nunca para de crescer, tem de cada vez fazer cortes e ajustes em outros setores que têm acesso à receita federal. Desta forma o Estado capitalista sempre opta, e recebe orientações do Banco Mundial para fazer essas alterações, pelos setores que têm relação direta com os serviços sociais.

Então cortar dos direitos sociais significa diminuir o montante que aquela área recebe, e que mantém o seu funcionamento com um certo nível de qualidade. Obviamente, à medida que essa verba vai diminuindo, essa qualidade também diminui. Por exemplo, se cortam verbas para a saúde, pode-se ter que fechar postos, demitir funcionários, etc.. Se os ajustes são feitos na educação, da mesma forma, diminuem a quantidade de escolas, de professores, e assim vai.

O neoliberalismo brasileiro tem graus diferentes no que tange a participação do Estado nos negócios e na promoção de políticas sociais. A primeira fase do neoliberalismo brasileiro seria do final dos anos 1980 a 2002, a segunda fase, que compreende os governos petistas, marcadamente de 2006 a 2013 e a terceira assinalada pela emergência do ultraliberalismo sob comando de um governo de extrema direita, fase que deu os primeiros sinais em 2014, segundo Macário (2020).

Queremos aqui apontar para o último período no qual tivemos, no Brasil, uma luta intensa para se aprovar medidas que enxugam a responsabilidade do Estado e das grandes empresas, ex: reformas da previdência, reformas fiscais, privatizações, reforma trabalhista, EC 95/2016 e agora a reforma administrativa que está em pauta. Desde 2016 essas reformas vêm se agravando e aprofundando, embora haja diversas leituras sobre esse período da conjuntura e luta política no

país, achamos que esse mapeamento é necessário para compreender as manobras da burguesia com os poderes do Estado legislativo, executivo e judiciário. Os governos ultraliberais carregam como premissa a expropriação de direitos que um dia já foram concedidos pelo capital, mas que no intuito de aumentar o poder de acumulação precisam ser retirados.

Essa agenda ultraliberal vem sendo implementada desde então, e embora desde março de 2020 estejamos vivenciando uma pandemia, em nada ela foi recuada. Ao contrário disso, ela foi a oportunidade de evidenciar a parte mais perversa do capitalismo, que é proteger os lucros ao invés das vidas. Essa premissa colocou o país em situação de catástrofe, principalmente no que tange os setores mais pobres, que tiveram que aceitar a morte de seus familiares e amigos pois era preciso salvar a economia do país. Nesse caso, para salvar a economia, tivemos que conviver com medidas genocidas do governo Bolsonaro. Como bem nos dizem Behring, Cislaghi e Souza (2020), a pandemia desnudou a agressividade do ultraliberalismo.

Mas a perspectiva ultraliberal só se desenvolveu porque teve um amplo espaço de desenvolvimento entre os períodos de governos Lulo/petistas (2002 a 2015). A agenda neoliberal está no nosso cenário há muitos anos e já encontrou diversas formas de se reproduzir. Uma das formas das quais o neoliberalismo encontrou para se perpetuar ideologicamente na sociedade foi se infiltrando nos meios educacionais institucionais. Sistemáticamente foi desenvolvendo e implementando suas teorias e hoje é uma referência com a pedagogia das competências em diversas orientações e diretrizes educacionais.

Outra questão que também aparece no conjunto desta agenda foi a expansão do ensino superior de 2008, através do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que ampliou significativamente as matrículas nas IFES mas que essa expansão não teve um equilíbrio nos investimentos. Assim, em 2016 as IFES contavam com uma expansão gigantesca nas matrículas e um teto de gastos a enfrentar.

O eixo central deste assunto, é entendermos que os ajustes eles servem para estabelecer uma nova forma de organizar as contas para pagar a dívida pública, ou os juros dela, e seus credores. Mas é preciso também entender de que forma esses ajustes afetam essas áreas, ou se realmente não há outra forma de resolver esse problema. A Dívida Pública é um consórcio que os grandes empresários e banqueiros fazem com o governo público, onde passam a ser os credores e por isso a ter

exigências à economia, à educação, e à reestruturação produtiva do capital. Empréstam ao governo sob juros altos, e recebem o valor do empréstimo mais os rendimentos.

Os novos capitalistas financeiros passam a ter o poder de barganha na política, com a sua dominância no capital financeiro, conseguem, via políticas, organizar o Estado para conseguir mais dinheiro. Eles fazem isso da seguinte forma. Os capitalistas não pagam impostos, portanto acumulam mais dinheiro, e ainda usam o dinheiro que economizam não pagando impostos para emprestar para o Estado que precisa de dinheiro já que não recebe o suficiente pois os ricos não pagam impostos.

Na tabela abaixo encontraremos os valores despendidos nos últimos anos com a dívida pública. Importante apontar aqui que o motivo da tabela demonstrar os valores a partir de 2016, é que para realizar uma pesquisa padrão no portal da transparência só conseguimos encontrar até o ano de 2016. Anterior a esta data, a metodologia da pesquisa seria de forma diferente, o que nos impossibilita de estabelecer um padrão na metodologia e no protocolo da produção dos dados. Aqui também trabalhos com os dados até 2021, devido a que o orçamento de 2022 ainda não havia finalizado no período da realização da pesquisa. Conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Grupo de Natureza de despesa referente a gastos com amortização e refinanciamento da dívida pública e juros da dívida em Reais.

	Amortização/refinanciamento	Juros da dívida	Relativo ao todo (%)
2021	1.704.609.799.129,46	256.213.259.606,01	52,45
2020	1.036.043.438.509,72	346.683.477.200,01	40,45
2019	752.472.830.876,16	285.094.343.405,82	39,20
2018	786.352.057.791,95	279.373.243.880,66	42,24

Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal. **Nota:** Protocolo da pesquisa encontra-se no anexo 2.

A tabela demonstra que dívida pública compromete mais da metade do orçamento que teríamos para investir em serviços públicos sociais no nosso país. Além disso demonstra que os gastos com a dívida pública aumentaram 10% nos últimos anos. Esse aumento demonstra, pelo menos dois fatores: 1) Que os ajustes fiscais em curso dentro dos planos de austeridade fiscal não contribuem para diminuir os problemas econômicos do país, pelo contrário, atendem às demandas de mãos de banqueiros e empresários, onde os valores que deveriam ir para as demandas sociais vão diretamente para as mãos deles; e 2) que a reestruturação das taxas de acumulação de riqueza da burguesia de um país num governo ultraliberal perpassa pela manutenção da demanda de pagamento dos juros e da amortização e refinanciamento da dívida mais do que nas outras despesas recorrentes, como veremos na tabela abaixo, retirada do portal da transparência do governo federal. A auditoria da dívida, embora prevista na Constituição Federal de 1988 (CF/1988), nunca foi realizada.

Figura 1 - Execução da despesa por Natureza de Despesa no ano 2022

Distribuição por Grupos de despesa ✕

GRUPO DE DESPESA	VALOR	% RELATIVO AO TODO
Outras Despesas Correntes	R\$ 1.689.886.658.579,89	43.18%
Amortização/Refinanciamento da Dívida	R\$ 1.632.350.446.489,20	41.71%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 270.889.410.231,43	6.92%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 247.021.269.541,68	6.31%
Inversões Financeiras	R\$ 55.647.699.432,67	1.42%
OUTROS	R\$ 17.729.207.730,41	0.45%
Total	R\$ 3.913.524.692.005,28	100,00%

Fonte: Portal da Transparência: <https://portaldatransparencia.gov.br/despesas?ano=2022>. Acesso em: 16 Jan 2022.

Figura 2 - Execução da despesa por Natureza de Despesa no ano 2021

Distribuição por Grupos de despesa



GRUPO DE DESPESA	VALOR	% RELATIVO AO TODO
Amortização/Refinanciamento da Dívida	R\$ 1.704.608.583.244,84	45.53%
Outras Despesas Correntes	R\$ 1.433.997.201.349,27	38.30%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 267.794.605.293,95	7.15%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 256.214.475.490,63	6.84%
Inversões Financeiras	R\$ 64.748.141.729,01	1.73%
OUTROS	R\$ 16.425.830.157,81	0.44%
Total	R\$ 3.743.788.837.265,51	100,00%

Fonte: Portal da Transparência: <https://www.portaltransparencia.gov.br/despesas?ano=2021>. Acesso em: 14 Nov. 2022

Figura 3 - Execução da despesa por Natureza de Despesa no ano 2020

Distribuição por Grupos de despesa



GRUPO DE DESPESA	VALOR	% RELATIVO AO TODO
Outras Despesas Correntes	R\$ 1.637.396.669.158,53	47.87%
Amortização/Refinanciamento da Dívida	R\$ 1.034.851.418.538,75	30.25%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 346.683.852.485,35	10.13%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 263.668.017.151,21	7.71%
Inversões Financeiras	R\$ 117.713.662.983,72	3.44%
OUTROS	R\$ 20.471.829.903,35	0.60%
Total	R\$ 3.420.785.450.220,91	100,00%

Fonte: Portal da Transparência: <https://portaldatransparencia.gov.br/despesas?ano=2020>. Acesso em: 25 Nov. 2022

Figura 4 - Execução da despesa por Natureza de Despesa no ano 2019

Distribuição por Grupos de despesa



GRUPO DE DESPESA	VALOR	% RELATIVO AO TODO
Outras Despesas Correntes	R\$ 1.235.769.366.486,59	47.40%
Amortização/Refinanciamento da Dívida	R\$ 752.469.365.930,00	28.86%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 285.094.343.405,82	10.94%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 254.657.631.983,51	9.77%
Inversões Financeiras	R\$ 63.300.614.800,86	2.43%
OUTROS	R\$ 15.740.481.912,16	0.60%
Total	R\$ 2.607.031.804.518,94	100,00%

Fonte: Portal da Transparência: <https://portaldatransparencia.gov.br/despesas?ano=2019>. Acesso em: 25 Nov. 2022

Figura 5 - Execução da despesa por Natureza de Despesa no ano 2018.

Distribuição por Grupos de despesa



GRUPO DE DESPESA	VALOR	% RELATIVO AO TODO
Outras Despesas Correntes	R\$ 1.132.968.398.124,55	44.91%
Amortização/Refinanciamento da Dívida	R\$ 786.352.057.791,95	31.17%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 279.373.243.880,66	11.07%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 243.777.078.130,16	9.66%
Inversões Financeiras	R\$ 61.535.225.597,66	2.44%
OUTROS	R\$ 18.845.482.097,22	0.75%
Total	R\$ 2.522.851.485.622,20	100,00%

Fonte: Portal da Transparência: <https://www.portaltransparencia.gov.br/despesas?ano=2018>, Acesso em: 14 nov. 2022.

Segundo as figuras acima, comparando o ano de 2018 e 2022 o governo Federal aumentou em 10,54% os valores do orçamento da união destinados à “amortização e refinanciamento da dívida pública”, e reduziu os montantes investidos em “outras despesas recorrentes”, onde incluem os investimentos sociais, em 1,73%. Se compararmos o ano de 2018 com o ano de 2021, o valor dos gastos com “amortização e refinanciamento da dívida” chega a um acréscimo de 14,36%. Já os investimentos em “outras despesas recorrentes” há uma redução em 6,61%. Há um padrão de crescimento no pagamento em “amortização da dívida pública”. Nota-se que há uma lógica não proporcional na prioridade nos investimentos sociais. É importante apontar aqui que o pagamento da dívida pública se dá sem auditoria, contrariando a previsão da CF/1998 e restringindo o financiamento das políticas sociais, com prejuízo para a classe trabalhadora em especial.

Trata-se, então, de um Estado que tem mínimas responsabilidades sociais, mas que tem máximas relações com o capital. Suas ações são sempre pensando no mercado financeiro, nas condições de ampliar a acumulação de riquezas, para aquele 1% dos que detém a riqueza. Para os serviços públicos sobram poucas opções, embora haja resistência por parte daqueles que combatem e enfrentam estas políticas de austeridades.

Mas para os capitalistas, para os governos, para o Banco Mundial, esta conta não está fechando. O montante de verba disponível para a educação não pode mais ser da educação. Pois o mercado e os credores, precisam ter um retorno dos seus investimentos na dívida pública. Para sanar este problema, nos últimos período foram implementadas uma série de políticas e ajustes pelos governos do

Brasil. Aqui vamos nos debruçar em especial numa delas, na EC 95/2016 que estabelece o congelamento dos investimentos públicos sociais por 20 anos.

A emenda ainda estabelece que para o exercício de 2017, o valor despendido seria à despesa primária paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário, corrigida em 7,2% (sete inteiros e dois décimos por cento); e para os exercícios posteriores, será o valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, e assim sucessivamente.

Nesse período não se pode aumentar os investimentos com os serviços essenciais, não se pode abrir crédito suplementar ou especial que amplie o montante total autorizado, também é proibido conceder qualquer reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado; está vedada a criação de cargo, emprego, ou alteração de plano de carreira que implique aumento de despesa; está proibida a admissão ou contratação de pessoal, ressalvadas as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa e aquelas decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios; não se pode realizar concursos públicos, exceto para as reposições de vacâncias; ficam vedadas também a criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, bem como a remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídios e subvenções e a concessão ou a ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

Estas medidas, no nosso entendimento terão um impacto na sociedade, nos serviços que a sociedade acessa, e que são importantes para ela. No caso da educação, um congelamento de investimento pode determinar e comprometer a qualidade deste serviço.

A redução orçamentária incidiu significativamente sobre a educação, que foi uma das áreas mais atingidas. O governo Bolsonaro extinguiu cerca de 27.500 cargos em universidades públicas e vedou a abertura de concursos para 68 cargos, por meio do Decreto 10185/2019, objetivando o sucateamento da educação superior pública. Em reportagem realizada por Carta Capital, é possível ter noção do deletério quadro imposto por Bolsonaro à educação, por meio de cortes de mais de R\$ 2 bilhões de reais no orçamento do FIES para o ano de 2020. Além de cortes no investimento na educação básica, profissional e superior, cujo orçamento caiu de R\$ 2.2 bilhões para R\$ 1.9 bilhões em 2020. Tivemos a paralisação de 7 cursos do PRONERA 10, destinados à educação dos trabalhadores em 4 Estados. Neste mesmo ano, houve ainda cortes das bolsas ofertadas CAPES de mais de R \$2,1 bilhões de reais em relação ao ano anterior. (FREIRE; CORTES, p. 41, 2020)

Cabe destacar que essa Emenda é fruto de um longo período de tentativas de reduzir o tamanho do Estado, desde a década de 90 do século 20, com o advento do neoliberalismo, em que ocorre desmonte dos serviços públicos. A grande diferença do período anterior à aprovação da EC nº 95/2016 e o posterior é que antes cada governo tinha liberdade para definir sua política econômica de maneira a dar maior prioridade aos investimentos com Saúde e Educação, por exemplo, ou definir uma política de diminuição dos gastos primários, priorizando o pagamento da dívida pública. Após a aprovação da EC nº 95/2016, no entanto, não cabe mais ao governo eleito essa definição, pois, por 20 anos, os investimentos públicos não podem ultrapassar o teto estipulado na Emenda (HENNING; BRITTES, 2021, p.374).

Um dos reflexos desta emenda na educação é que ela fortalece o setor privado de ensino na medida em enxuga o investimento nas demandas sociais para que os serviços privados possam suprir este mercado. Assim, “o território dos direitos sociais e dos bens públicos vem sendo devassado pela lógica mercantil, tornando-se nicho mercadológico muitíssimo interessante para o investimento privado” (MACÁRIO, 2021, p.24).

A educação sempre aparece então, nessa sociedade, como um espaço de disputas, utilizado inclusive para a perpetuação dessa hegemonia burguesa sobre a classe que contribui com seu trabalho e seu salário para o funcionamento dos serviços públicos da sociedade. Por isso, vamos agora procurar identificar quais são os interesses dessa hegemonia para com a educação e com o seu financiamento.

Já vimos que os serviços indispensáveis à população não tem sido a prioridade dos últimos governos, e nem serão, que é preciso economizar no orçamento e poder destinar mais verbas para o pagamento da dívida pública. Para elaborar uma proposta de como responder a esta demanda, o governo federal, então, solicitou ao Banco Mundial uma análise aprofundada dos investimentos nos últimos períodos, e apontamentos para a crise.

Dos diversos apontamentos feitos pelo Banco Mundial, alguns para nós se destacam, pois tangem a educação. Mas o eixo central da aferição do Banco Mundial é a necessidade urgente de fazer cortes e ajustes. Apresentaremos aqui algumas dessas medidas que o Banco Mundial “recomenda” ao governo brasileiro.

A recuperação da sustentabilidade fiscal e a reconstrução de proteções fiscais; prestação mais eficiente dos serviços públicos; reformulação das políticas de apoio às empresas para fomentar o investimento, emprego e aumento da

produtividade; e aumento da equidade nas despesas públicas e na tributação (BANCO MUNDIAL, 2017).

Para chegar nessa projeção, o Banco Mundial chegou, com a sua análise, a alguns apontamentos sobre a eficiência dos investimentos públicos, entre eles que o governo gasta mal, e gasta mais que pode, e que estes gastos têm sido agravados pela queda da receita e o aumento da dívida pública, e que para isso seria necessário fazer um ajuste gradual dos investimentos públicos nos próximos dez anos. Para o Banco Mundial é necessário fazer uma análise profunda dos programas sociais existentes e algumas reformas, pois a redução dos investimentos é uma condição necessária, no caso para o Brasil ser visto como um bom credor aos olhos do Banco Mundial e dos financiadores da dívida pública.

Para isso, aplicar a reforma da previdência era uma medida urgente, se constituindo a fonte mais importante do ajuste fiscal, porém ela não é suficiente, aponta o documento, ainda outras medidas se fazem necessárias, como reduzir ainda mais as taxas de reposição, e desvincular o valor mínimo do salário mínimo com a aposentadoria, remover as vantagens dos servidores públicos que tiveram a sua efetivação antes de 2003, mexer na aposentadoria dos setores rurais, reduzir a massa salarial do funcionalismo público, reduzir as bonificações salariais dos servidores públicos, melhorar os métodos de aquisição pública de bens e de serviços, ajustar as despesas com as políticas de apoio às empresas que não se tem ao certo a garantia do retorno e da eficiência, implementar reformas nos programas de proteção social, reorganizar as despesas públicas com o ensino fundamental, médio e superior, pois hoje representam uma ineficiência, desvincular o gasto constitucional de 25% da receita dos municípios em educação e reorganizar as despesas na saúde com economia e fim dos créditos tributários.

Vemos então que não são poucos ajustes que são solicitados pelo Banco Mundial, e que o governo brasileiro já está atento a reorganizar as finanças, pois vem anunciando ajustes fiscais a cada governo que se elege, independentemente do partido que seja. Reforma da previdência está na pauta faz tempo, já esteve em 2003 onde foi implementada, e agora a demanda é aumentar os ajustes na previdência. Recentemente foi aprovada também uma Emenda Constitucional que “Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal”, e dá outras providências.

"Art. 106. Fica instituído o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por vinte exercícios

financeiros, nos termos dos arts. 107 a 114 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias."

"Art. 107. Ficam estabelecidos, para cada exercício, limites individualizados para as despesas primárias: (BRASIL, 2016, p.1)".

Trata-se de impor ajustes para os próximos vinte anos para o Poder Executivo; para o Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Conselho Nacional de Justiça, da Justiça do Trabalho, da Justiça Federal, da Justiça Militar da União, da Justiça Eleitoral e da Justiça do Distrito Federal e Territórios, no âmbito do Poder Judiciário; para o Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União, no âmbito do Poder Legislativo; para o Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público; e para a Defensoria Pública da União.

Por isso o debate sobre a educação pública é um debate fundamental. São 20 anos com os recursos congelados. Acreditamos que o caráter público está estritamente vinculado à gratuidade do acesso à educação, bem como ao seu financiamento pelo Estado para garantir a sua qualidade e sua perpetuação. Educação pública, então, pressupõem um financiamento e gestão pública, de acesso gratuito.

Para mensurar a qualidade da formação é preciso pensar sobre o objetivo que foi estabelecido à medida que se propôs a aquela tarefa, quanto tempo para aquela formação, ou, numa perspectiva mais ampla, que projeto de pessoa se quer estabelecer. Se a educação não fosse uma parte de acesso direto à construção da consciência dos trabalhadores, ela certamente só seria acessada por aqueles que dominam as grandes fortunas, e gestam a sociedade. Mas pelo contrário, ela é uma ferramenta fundamental, tendo em vista que o capital exige certas demandas de técnicas e habilidades para que possa funcionar.

Na educação da sociedade capitalista, cada trabalhador faz parte do processo de produção e é pensado como um fator de produção. A formação é o processo de conversão da inteligência humana em uma peça da engrenagem, como diz Leher (2018), ao caracterizar a Teoria do Capital Humano, desenvolvida para formar a classe que vive do trabalho para as demandas de uma sociedade Toyotista. A teoria do capital humano aparece mais especificamente na década de 1950, quando Theodore Schultz desenvolve uma concepção de educação que enxerga nos trabalhadores um capital em potencial. Um maior investimento em determinadas capacidades corresponderia a um aumento da produção.

Esta concepção entende a educação como uma possibilidade de ser um instrumento a serviço da economia, do mercado, dos negócios. A educação é um veículo de disseminação de valores e produtora de capacidade de trabalho, além de ser um mercado em potencial. A classe dominante, no uso da sua hegemonia na educação, se apropria cada vez mais dos espaços disseminadores de cultura e educação, para implementar uma rede de formação em massa que atenda às suas principais demandas.

Desta forma, os aparelhos hegemônicos do Estado, se inserem e inserem a sua política em programas de governo, em projetos de governo para construir pontes de conexão da sua pretensão de formação para o trabalhador e para a trabalhadora com as necessidades que suas empresas apontam. A educação faz parte dos planos estratégicos traçados para o período, pela classe dominante. Em projetos como o Todos pela educação, a classe dominante veicula e dissemina as ideias que quer ver reproduzida por todos. Há quem pense a educação básica, profissional, técnica, científica numa perspectiva de classe, que além de formar com base a sua concepção de interesse, se reporta como um organizador coletivo, articula as pessoas que estão a sua volta para reproduzir as suas tarefas.

Essa é uma discussão de fundo, pois está estabelecida de acordo com o projeto de ser humano que se quer formar. A educação formal a qual estamos nos referindo pertence a um conjunto de habilidades básicas no plano do conhecimento, de técnicas e valores, gestão e atitude que elevem a capacidade de produtividade do trabalhador e da trabalhadora, possibilitando algum tipo de competitividade para a disputa de vagas no mercado de trabalho. Os parâmetros que estabelecem esses níveis e graus de capacidades a serem desenvolvidas são estabelecidos, como já vimos, por aqueles que estipulam e ajudam a regular o padrão produtivo, no caso o Banco Mundial e outras organizações internacionais.

Como não há emprego para todos, é preciso criar a ilusão de que o desemprego é gerado pela falta de competitividade do trabalhador e da trabalhadora no mercado de trabalho, criando um espectro de que o que falta é uma habilidade para se ter um emprego. A empregabilidade, é essa capacidade de se ter uma formação que o habilite a disputar em vários nichos deste mercado. De ser competitivo. Mas na sociedade capitalista, sempre vai faltar emprego, pois as relações são organizadas para serem assim, não é por acaso que há uma ampla massa de desempregados/desempregadas e trabalhadores e trabalhadoras executando

trabalhos informais. Desta forma, a depender de que classe pertence, ter acesso a um determinado grau de formação é um privilégio.

O neoliberalismo é a defesa da liberdade para proprietários dos meios de produção, terceirizando a responsabilidade pelos direitos sociais, que devem ser o quanto antes transformados em mercadorias, cedidos aos grandes empresários para que possam germinar mais lucros com estes serviços, que agora são pagos. Trata-se “de um conjunto de relações sociais que resultam do conflito das classes incrustadas na estrutura da sociedade” (MACÁRIO, 2021, p.25), e estas relações também estão presentes nos projetos apresentados para o financiamento da educação.

Mas defender o direito à escola pública não é uma tarefa fácil. Há um movimento dos governos para atrelar projetos e programas educacionais aos setores privados. Precisamos de mais mercados, a educação é uma mercadoria. É um conjunto de políticas educacionais apresentadas com uma perspectiva de educação baseada na mercantilização e na precarização do trabalho e do ensino.

4 A EDUCAÇÃO CAPITALISTA NO ENSINO SUPERIOR

Já vimos o quanto o trabalho é importante, a ponto de ser parte fundante, para o ser social. Mas assim como o trabalho varia a depender da sua época, a escola também se adequa. A escola existe, desde sempre, para propiciar a aquisição de instrumentos que possibilitam acesso ao saber elaborado. Temos, então, vários tipos, graus e níveis de escolarização. Escola melhores e escolas não tão boas.

A luta pela educação, por projetos de educação, existe porque é sabido que ela é um espaço de acesso aos conhecimentos que são necessários para a reprodução, manutenção e ampliação das relações de produção na sociedade. Na sociedade capitalista, em especial, é pela educação que passa a formação dos atributos e requisitos necessários para a perpetuação e reprodução da nossa capacidade de produção para os moldes do próprio capitalismo. É pela educação que perpassa a reprodução cultural dos valores e habilidades necessárias aos trabalhadores e trabalhadoras.

Embora a educação pudesse ser uma alavanca para desenvolver uma sociedade com menos desigualdade, ela é utilizada como um meio para construir e legitimar valores que produzem a desigualdade e reproduzem a opressão. Ela é o acesso aos conhecimentos necessários para a reprodução da força de trabalho, bem como a falta de acesso também é utilizada para a queda do valor da mão de obra.

A educação segundo a Constituição Federal do Brasil, de 1988, deve ser acessada por todos, sendo então pública e gratuita. Deve ser laica e de qualidade socialmente referenciada, em todos os níveis de ensino. Uma educação de acesso universal que possibilite condições democráticas de ingresso e permanência.

Hoje em dia estas medidas particulares encontram a sua linha estratégica no Plano Nacional de Educação (PNE). O Plano Nacional de Educação determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional e vem sendo construído e debatido na sociedade desde a década de 80. Hoje temos um PNE vigente que foi construído em 2014 e vigorará até 2024, pois eles têm validade de 10 anos. A discussão do PNE foi um espaço de muita disputa, perante as demandas orquestradas pelas entidades federais em contraposição a oposição que se fazia na época com relação às metas propostas.

O PNE se baseia em quatro questões principais: 1) metas estruturantes que garantam o acesso à educação básica; 2) metas de redução das desigualdades e valorização das diversidades; 3) metas de valorização dos profissionais da educação; 4) metas que se referem ao ensino superior. Para além dessas metas, o Ministério da Educação estabeleceu um planejamento estratégico com as demais instâncias representativas do setor educacional para que eles elaborem um Plano Plurianual (PPA) que vigora por quatro anos, o atual iniciou em 2020 e vai até 2023, ele é composto por três camadas: a estratégica, a tática e a operacional, com base nas metas e estratégias do PNE.

Apoiado amplamente pelo setor empresarial, este documento apresenta várias questões que apontam para a privatização e o sucateamento da educação pública, pois considera como investimento público a compra de vagas em instituições privadas, nacionais ou estrangeiras, em todos os níveis da educação.

O PNE é uma legislação que retira da educação o caráter de direito social, garantido constitucionalmente, e privatiza o espaço da educação pública, através das parcerias públicas-privadas na perspectiva limitada a taxas de escolarização, intensificando a precarização do ensino. [...] A mudança no conceito de que educação pública pode ser oferecida sem o compromisso do Estado na universalização do atendimento e do processo educacional com qualidade. Desta forma, o Estado se isenta do compromisso de garantir a universalização do direito à educação. Aprofunda a precarização do trabalho com expansão sem adequadas condições. (ENCONTRO..., 2017, p. 19).

O PNE (2014-2024) estabelece na sua meta de número 12 que o Brasil deve “Elevar a Taxa Bruta de Matrículas na educação superior em 50%”. A Taxa bruta de Matrícula (TBM) é definida como sendo a razão entre o total de matrículas na educação superior, independente da faixa etária, e o quantitativo de jovens com idades de 18 a 24 anos na população brasileira (BRASIL, 2014)

Segundo Amaral e Ferreira (2021) teríamos que até 2024 ampliar em 3.095.986 matrículas para atingirmos a meta, tendo em vista o número de 8.603.824 matriculados até 2019. Mais adiante veremos que o movimento que acontece na IFES como a UFPel é exatamente o contrário, houve uma redução no número de matrículas em 2 anos. Nesse sentido, das duas uma. Ou não vamos atingir a meta, ou o governo está contando que este aumento se dê através das universidades privadas.

As universidades públicas poderiam ser grandes polos de conhecimento em potencial, e poderiam aumentar e promover mais melhorias para a nossa

sociedade se fosse esse o objetivo da formação das graduações. Entretanto, atualmente nem o diploma é suficiente, pois muitas vezes falta a liderança, a criatividade, o trabalho em equipe, atributos pautados pelo mercado e/ou pela vaga oferecida, que pertencem à pedagogia das competências e à teoria do capital humano, que discutiremos no decorrer deste trabalho.

Para cada vez mais tornar a educação um mercado, amplia-se então as vagas nas instituições privadas ou privatiza-se a universidade pública. A educação superior brasileira é predominantemente privada. Ela detém 75,3% das matrículas de graduação. No setor público há cerca de dois milhões de alunos e alunas. A tendência à mercantilização e à privatização desse bem social –que é a educação em todos os níveis– aprofundar-se-ia com o advento do padrão neoliberal de acumulação professado desde fins dos anos 1970 por vários organismos privados de hegemonia vinculados à burguesia brasileira (MACÁRIO, 2021, p. 32).

Conforme Amaral (2016), no período de 1964 a 2011, a educação superior brasileira passou de 142.386 estudantes matriculados para 6.739.689. Uma ampliação significativa e expressiva, mas que também deve levar em consideração a expansão do ensino superior na rede privada, que desde 1970 tem a prevalência de oferta de vagas no ensino superior, constituindo-se então no setor que concentra o maior número de matrículas.

Dois movimentos concomitantes têm caracterizado a recente expansão da educação superior privada no Brasil, de um lado, a financeirização do setor privado, com forte presença do capital estrangeiro, de outro, a concentração das empresas educacionais, formando grandes conglomerados educacionais. Exemplo disso, a fusão da Anhanguera Educacional com a Kroton Educacional, ocorrida em abril de 2013 e aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em maio de 2014 (SANTOS, 2016, p.90).

Após a fusão com a Anhanguera, a Kroton passou a contar com 125 unidades de Ensino Superior, presentes em 18 estados e 83 cidades brasileiras, além de 726 Polos de Graduação EAD credenciados pelo MEC localizados em todos os estados brasileiros e também no Distrito Federal. [...] Por fim, a fusão com a Anhanguera adicionou ao portfólio mais de 400 polos de cursos livres e preparatórios (KROTON, 2022, n.p.).

Em 2013, segundo os estudos de Sguissardi (2016), de um total de 2000 IES privadas, apenas 11 empresas possuíam 39% do total de 5.448.730 matrículas,

que na época correspondia a 70% das matrículas em IES. Segundo último Censo da Educação Superior do Ministério da Educação, em 2019 tivemos 8.603.824 de estudantes matriculados, entre universidades públicas e privadas (AMARAL, 2016).

Quando analisamos a educação superior por categoria administrativa, constatamos que dentro das IES há as Universidades, os Centros Universitários, as Faculdades e os Institutos Federais. Dentro da esfera do ensino superior privado esse crescimento se dá nos Centros Universitários e Faculdades, o que segundo Lima (2016), restringe a possibilidade de os e as estudantes estarem envolvidos com a iniciação científica e o desenvolvimento da pesquisa.

No decreto nº. 5773 de 9 de maio de 2006, que regulamenta e institui as prerrogativas das categorias administrativas das IES, não há a exigência de desenvolver atividades de pesquisa em Centros Universitários e Faculdades, categorias por meio das quais o setor privado vem expandindo. O que implica afirmar que as possibilidades de acesso à pesquisa pelos estudantes que ingressam nas IES privadas são mínimas (LIMA, 2016, p.225).

E ainda é possível dizer que está em processo a substituição do ensino presencial na iniciativa privada pela Educação à Distância (EaD). Do total de 2,4 milhões de matrículas ofertadas na modalidade à distância, 94% (2,3 milhões) estão na iniciativa privada e apenas 6% (157,6 mil) são ofertadas pelas IES públicas, segundo o censo realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) referente ao ano de 2019 (MACÁRIO, 2021, p.39).

Mas como vimos, a mercantilização da educação superior não é um fato novo, pois engloba as políticas mais gerais para a educação superior, entendida aqui como um campo em disputa. O campo das políticas educacionais envolve análises conjunturais, pois embora a educação sempre reflita a política mais geral de um tipo de governo, também são alvo de lutas sociais por aqueles que a defendem.

A educação superior é aqui analisada como território disputado por interesses privados e públicos, como empreendimento empresarial visando lucros ou bem social. Estamos falando aqui de “um terreno transpassado por ideologias e forças políticas conflitantes: umas que atuam na defesa de sua subsunção à lógica do padrão neoliberal de acumulação de capital e outras que lutam por torná-la um bem social público garantido pelo Estado” (MACÁRIO, 2021, p.03). Com base nesta orientação, estes governos elaboraram políticas de financiamento público para o campo educacional, aqui abordada através da educação pública superior, que como

parte de um projeto de recuperação da crise sistêmica do capitalismo, sofreu ajustes.

A educação, segundo a Constituição Federal do Brasil de 1988, deve ser acessada por todos, constituída como um direito social. Já as universidades públicas federais, entidades da administração indireta do Estado, são constituídas sob a forma de autarquias ou fundações públicas. As universidades públicas no Brasil são em sua maioria federais e têm seu controle interno vinculado ao Ministério da Educação (MEC) que define o orçamento para cada matriz ou atividade das IFES.

O orçamento para os serviços públicos faz parte das leis orçamentárias, elaboradas pelo MEC que são enviadas ao congresso nacional para serem apreciadas e depois sancionadas ou vetadas pelo presidente da república. Em 2010 as IFES passavam pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24/04/2007, que vigorou até 2012. O Reuni foi parte de um processo de expansão da educação superior no Brasil.

O projeto de expansão iniciado gerou uma demanda de custeio, pessoal e investimento que entrou em conflito com as políticas neoliberais de enxugamento do orçamento do Estado para os serviços públicos. Em 2010 tínhamos 60 IFES e até janeiro de 2022 havia 69 IFES. Este crescimento demandou mais custeio e mais investimentos, o que levou à aprovação da EC 95/2016 que estabeleceu um limite anual de despesas no âmbito do orçamento fiscal que vigorará pelos próximos 20 anos.

O principal objetivo foi ampliar o acesso e a permanência de estudantes na educação superior no nível de graduação, aproveitando a estrutura física e de recursos humanos das universidades federais, com meta de elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e a redução da relação aluno/professor para dezoito, possibilitando a criação de campi para o interior do País, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das universidades (OLIVEIRA, 2018, p.47).

As despesas das IFES são organizadas por: pessoal e encargos sociais, que são os custos de salário, vantagens e aposentadorias; custeio, que são os gastos para a manutenção da instituição, hospital, restaurantes, luz etc.; e investimento/capital, que é a verba que a universidade recebe para investir em si mesma, como materiais, ar-condicionado, formação etc. Percebe-se que o setor de

investimentos foi a fatia mais afetada. A demanda de gastos com pessoal aumentou e o custeio também, pois o número de universidades também cresceu. Entendemos que essa falta de investimento acaba sendo um empecilho para a promoção de uma educação pública de qualidade.

Figura 6 - Evolução das Despesas da União com as universidades federais (incluídos os hospitais universitários) por Grupo de Natureza da Despesa (GND): 2003-2020. Valores (R\$ 1,00) a preços de janeiro de 2020 (IPCA)

ANO	PESSOAL	CUSTEIO	INVESTIMENTOS	TOTAL ¹
2003	18.817.731.020	2.406.419.011	225.902.062	21.827.738.454
2004	21.011.110.763	2.984.837.531	313.934.183	24.724.203.442
2005	19.887.930.430	3.167.364.854	428.912.289	23.877.818.414
2006	24.656.749.511	3.511.129.594	612.907.746	29.266.265.831
2007	25.654.283.500	4.093.093.831	1.161.226.589	31.419.580.452
2008	27.656.247.748	4.449.583.936	1.172.993.609	33.820.323.601
2009	31.119.727.728	5.396.034.453	2.693.813.334	39.829.498.434
2010	35.378.201.948	6.995.387.052	2.873.072.680	45.953.004.318
2011	36.822.836.216	7.566.516.281	3.923.391.801	49.035.008.626
2012	37.240.641.857	8.180.429.356	3.870.578.933	50.055.888.115
2013	40.392.327.713	9.888.804.484	3.676.725.381	54.780.051.475
2014	42.806.713.492	9.247.946.807	2.933.436.580	55.838.692.258
2015	43.231.226.914	7.931.202.805	864.037.764	52.874.373.293
2016	43.027.168.213	8.174.818.013	755.018.987	52.967.041.469
2017	46.737.788.750	7.598.729.143	548.093.079	55.792.502.342
2018	47.047.356.087	7.521.178.890	344.139.145	55.830.290.539
2019	48.644.018.978	7.123.033.264	182.274.168	55.975.559.228
2020	46.409.394.285	8.361.978.407	704.394.095	55.654.136.651
Δ 2003–2019	158,50%	196,00%	-19,31%	156,44%

Fonte: REIS, Luiz Fernando; MACÁRIO, Eptácio. Dívida pública e financiamento da/s universidades federais e da ciência e tecnologia no Brasil (2003-2020). **Práxis Educacional**, v. 16, n. 41, p. 20-46, 2020.

Aqui queremos atentar que embora o valor total de recursos tenha aumentado ao longo dos anos, esse valor concentra-se no montante destinado a pagamento de pessoal, que é uma demanda da universidade, pagar os trabalhadores e trabalhadoras que ali estão. O custeio também não se altera muito ao longo dos anos, mas não podemos deixar de analisar que as IFES cresceram nos últimos anos, desde 2008, e que a manutenção dessa expansão também gera um custo para as IFES, que cresceu da mesma forma que cresceram as IFES. Já o

setor de investimentos teve uma queda significativa, que demonstra que o investimento que poderia ser direcionado para que as IFES continuassem expandindo em estrutura e produção de investimento não vem sendo aplicado, o que leva a um sucateamento desde 2013, pois não comporta a demanda das universidades federais.

Essa preocupação é latente no âmbito das universidades, sendo partilhada pelos dirigentes das Instituições de Ensino Superior/IES em audiência pública, que, entre os principais problemas, pautou a falta de orçamento, e de recursos humanos e de infraestrutura, que estão inviabilizando a qualidade da educação superior do país. Além de não haver qualidade no ensino, há prejuízos na realização da extensão e da pesquisa, dissociando o sustentáculo da universidade pública: ensino, pesquisa e extensão (SILVA, 2019, p. 34).

O motivo para tais medidas é justificado pelos cortes oriundos da EC 95/2016, constatando que após a emenda, teremos uma restrição orçamentária, onde o próprio funcionamento das universidades estaria ameaçado. Segundo o relatório, "a radiografia do ensino superior brasileiro espelha uma injustiça que precisa ser corrigida tanto pela ampliação de acesso quanto pela maior distribuição de recursos" (MARTINS, et. al, 2018 p. 14). Em 2016 1,9 milhão de estudantes acessaram a rede pública, já na rede privada, foram 4,7 milhões de matrículas, "das quais 2,7 milhões contaram com algum tipo de apoio, sendo que, dessas, apenas 530 mil foram contempladas com bolsas integrais" (Martins; et al., 2018 p. 14).

Precisamos, a um só tempo, ampliar a oferta de vagas, para atingir as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), e enfrentar crescentes restrições orçamentárias impostas pelo encolhimento da arrecadação tributária e pela PEC nº 95, de 2016, que definiu um teto de gastos para o governo. Se tomarmos como referência padrões internacionais, o alcance do ensino superior no Brasil – 17% da população entre 18 e 24 anos – está abaixo do desejável. A resposta a essa condição precária deve ser, de acordo com o PNE, o esforço para ampliar a participação desses jovens no ensino superior para 33%, até 2024. Além disso, projeta-se que a rede pública de ensino deva participar com pelo menos 40% dessa ampliação. (MARTINS; et al., 2018, p. 13)

O ensino superior, em números de 2016, atingiu com o ensino público 1,9 milhão de estudantes na rede pública, e teve 4,7 milhões de matrículas na rede privada, das quais 2,7 milhões contaram com algum tipo de apoio, sendo que, dessas, apenas 530 mil foram contempladas com bolsas integrais. O próprio relatório aponta que a medida que permaneça o teto dos investimentos nas universidades públicas, ficará comprometido o funcionamento das mesmas.

Desde os anos 70 do século passado, o ensino em nível superior tem sido utilizado amplamente pelas instituições privadas de ensino, o que demonstra que é uma área em crescimento para o empresariado da educação. De 1997 a 2016 o número de instituições privadas no ensino superior cresceu 167%. Em 1997 tínhamos um total de 211 escolas públicas e 689 escolas particulares de ensino superior. Em 2016 chegamos a um total de 296 escolas públicas e 2.111 escolas particulares de ensino superior. Enquanto o ensino público aumentou 140%, o ensino privado cresceu 306%.

O financiamento das instituições de educação superior públicas se realiza, fundamentalmente, pelos recursos do fundo público, recursos arrecadados pela União e pelos estados, Distrito Federal e municípios. Quando os recursos disponibilizados são insuficientes, as universidades públicas podem se dirigir às atividades de prestação de serviços ou ao financiamento privado de projetos. Na CF/1988 está estabelecido, no artigo 212, uma vinculação entre os recursos do fundo público e a educação. É lei que a União aplique nunca menos de 18%, e os estados, Distrito Federal e os municípios 25%, valor do montante de impostos existentes em cada uma dessas esferas de governo. (BRASIL, 1988).

Para o financiamento das Instituições públicas do ensino superior há um cálculo feito para determinar os custos que existiram para que as universidades públicas federais funcionem no decorrer do ano letivo seguinte. Esse cálculo vai consolidar a Lei Orçamentária Anual (LOA), em geral, elaborada ao final do primeiro semestre para o exercício subsequente, com base em limites definidos pelo MEC para cada ação/atividade ou matriz que compõem o orçamento.

O valor do orçamento é aquele que consta da LOA para cada Unidade Orçamentária. Corresponde, portanto, ao chamado crédito orçamentário ou dotação orçamentária. Os créditos orçamentários suplementares correspondem às solicitações da Universidades Públicas Federais ao MEC para aumentar ou alterar o valor do crédito orçamentário definido na LOA – solicitações que podem ou não ser atendidas.

O financiamento dos serviços públicos faz parte das leis orçamentárias que são enviadas ao congresso nacional pela presidência da república. O congresso nacional discute, vota e altera essa proposta, quando necessário, que entra em vigência após concordância do presidente. Os Créditos Adicionais podem ser: suplementares, quando o orçamento anual poderá autorizar o presidente a editar

decretos para a abertura de crédito suplementar sem necessidade de autorização do congresso; especiais, quando complementa programas de trabalhos não mencionados no orçamento, quando tratam de situações excepcionais, imprevistas ou urgentes, consignados por meio de medida provisória; ou extraordinários.

As leis orçamentárias correspondem ao Plano Plurianual (PPA) que é o orçamento do governo para os próximos quatro anos; as Diretrizes Orçamentárias (LDO) que são encaminhadas anualmente, constando ali as prioridades do governo federal para o referido ano; ao Orçamento Anual (LOA) que é orientado pela LDO e aos Créditos Adicionais que são propostas para modificar a LOA.

A administração pública organiza os orçamentos a partir de seis grupos de natureza de despesas: 1) pessoal e encargos sociais; 2) juros e amortização da dívida; 3) outras despesas correntes; 4) investimentos 5) inversões financeiras; e 6) amortização da dívida. As instituições federais de ensino superior e os institutos federais de educação profissional e tecnológica realizam despesas quase exclusivamente em três grupos de naturezas e despesas recorrentes (custeio); e investimento.

O Centro de Estudos e Debates Estratégicos feito pela consultoria legislativa a partir da câmara dos deputados da gestão 2015 a 2019 construiu um relatório no qual são feitas considerações a respeito das alternativas existentes para o financiamento da educação superior no Brasil. Segundo o relatório, os desafios são imensos, mas ele é utilizado para justificar a necessidade de ampliação de captação de recursos para o financiamento das universidades através da cobrança de mensalidade, por exemplo.

No ensino público o valor que cada escola recebe e junto com a quantidade de estudantes corresponde a um investimento/aluno. Cada curso, de diferentes áreas, tem investimentos diversos por várias razões, particularmente pela exigência ou não de laboratórios e pelo nível de complexidade. A partir da quantidade e disposição dessas exigências, os recursos são alocados.

A Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais (ANDIFES) sistematizou os dados sobre o financiamento das instituições federais no ano de 2019. Nestes dados constam como orçamento previsto para as instituições federais o valor de 6,99 bilhões de reais. Entretanto, o valor repassado foi 2,12 bilhões de reais a menos, apresentando um corte de 30,33% no valor do orçamento previsto.

Em 2019 foram contabilizados 1.333.826 milhões de estudantes matriculados, e foram ofertadas 398.100 mil vagas na graduação. As universidades federais somam 69 instituições, atendendo 298 municípios. Entre as universidades somam-se 199.244 mil estudantes de mestrado e doutorado. (MARTINS; et al., 2018)

Entre as instituições federais do Rio Grande do Sul, que somam seis: UFRGS; UNIPAMPA; UFPEL; UFSM; FURG; e UFSCPA atendendo 26 municípios da região. Foi orçado o valor de 605,52 milhões de reais para o ano, porém o valor repassado foi de 422,49 milhões, apresentando um corte de 183,03 milhões (30%). No RS há um total de 113.358 mil estudantes matriculados sendo ofertadas 38.592 mil vagas na graduação em 472 cursos de graduação. As vagas ofertadas no mestrado e doutorado totalizam 22.242 mil.

Dentre o orçamento para o custeio, que compete às despesas permanentes, destina-se a cobrir despesas relacionadas à aquisição de material de consumo (materiais de expediente, limpeza, construção etc.) e contratação de serviços (manutenção hidráulica, elétrica, jardinagem etc.). Já no que compete ao orçamento das universidades no quesito de investimento de capital deve ser empregada na aquisição de materiais permanentes (eletrodomésticos, computadores, mobiliário etc.) ou ampliação de centros e cursos.

O levantamento leva em conta majoritariamente as despesas não obrigatórias, ou seja, despesas que podem ou não sofrer cortes, tendo em vista que o governo não é obrigado por lei a efetuar os repasses. Os valores já foram corrigidos pela inflação, usando como base de cálculo o IPCA médio. O corte ainda vem sendo reajustado, o orçamento segue sendo revisto. há alterações a medida do tempo, mas historicamente representa uma porcentagem significativa para as universidades.

Para compreender a fundo os investimentos via ministério da educação, e tentar compreender as reformas já estabelecidas, vamos investigar as informações disponibilizadas no portal da transparência do governo federal, site onde devem constar as informações a respeito do uso dos recursos públicos financeiros. A nossa pesquisa objetivou identificar o investimento do governo federal com a UFPEL de 2016 até 2021. A busca constituiu em investigar o investimento destinado a UFPEL via Ministério da educação. O passo a passo da busca está no anexo II deste trabalho.

Tabela 2 - Investimento destinado a Fundação UFPel via Ministério da Educação em Reais

Ano	Investimento destinado a Fundação UFPel via Ministério da Educação em R\$
2016	628.779.520,97
2017	688.055.049,19
2018	672.666.587,08
2019	703.799.761,37
2020	744.796.609,98
2021	736.149.193,54

Fonte: Portal da Transparência, protocolo no anexo B.

Analisando a tabela 2 percebemos que os valores destinados via Ministério da Educação para a UFPel a partir do ano de 2018 tem uma margem de crescimento muito inferior e até negativa nos anos posteriores. Tendo em vista que segundo a EC 95/2016 os valores destinados deveriam ser reajustados de acordo com a inflação, percebe-se que esta medida sequer vem sendo cumprida, o que demonstra que há uma política de desinvestimento e precarização em curso.

Mesmo com o investimento escasso, é importante apontarmos que, de acordo com pesquisas, mais de 40% dos(as) discentes das universidades públicas sempre pertenceram às faixas de renda inferior a um salário-mínimo e meio. Mais de 65% dos(as) alunos(as) que ingressaram entre 2013 e 2015 nas instituições públicas de ensino superior vieram de escola pública. Significa que se esse ensino não fosse público e gratuito, dificilmente estes estudantes frequentariam o ensino superior.

Dentro das universidades os recursos são alocados divididos entre as áreas da educação superior (humanas, biológicas e exatas). Cada unidade, centro ou faculdade tem seus recursos específicos e são determinados pelo nível de complexidade, estrutura, laboratórios etc., porém existe a orientação de que não se perca de vista um tratamento isonômico entre estes. Segundo estudos feitos pelo ANDES (2018) os recursos se dividem de maneira proporcional (1:2:4), separados em três grupos: os que têm laboratórios complexos, com equipamentos e seres vivos (medicina, por exemplo); os cursos que possuem uma complexidade intermediária (algumas engenharias, por exemplo); e os que as atividades não

exigem equipamentos e/ou pessoal técnico-administrativo especializado em grande proporção (exemplos: humanidades, matemática, economia etc.).

Por isso temos a ideia de que há uma relação diretamente estabelecida entre o investimento e a qualidade da formação. O investimento na educação corresponde ao maior grau de capacidade de produção de conhecimento e formação ampla do trabalhador. Mesmo com os requisitos necessários para a capacidade de produção para o mercado de trabalho. No próximo capítulo nos debruçamos a investigar de que forma esses recursos foram direcionados na UFPel.

5 POLÍTICAS DE AJUSTE FISCAL PARA A UFPEL: DISCUSSÃO DA INVESTIGAÇÃO

A Universidade Federal de Pelotas, criada em 1969, compõe o quadro das Instituições de Ensino Superior do país vinculadas ao Ministério da Educação. É uma Instituição Federal de Ensino Pública que depende do financiamento público, e que tem autonomia administrativa, financeira, pedagógica e disciplinar.

É uma Fundação de Direito Público, dotada de personalidade jurídica como órgão da Administração Federal Indireta, com autonomia administrativa, financeira, didático-científica e disciplinar, de duração ilimitada, regendo-se pela legislação federal do ensino, pelas demais leis que lhe forem atinentes, pelo Estatuto da Fundação e pelo Regimento Geral. (UNIVERSIDADE..., 2017, p. 20).

Segundo o relatório de gestão de 2016, bem como os seguintes:

[...] constitui-se como unidade de caráter não competitivo, tendo suas atividades pautadas pela qualidade acadêmica e pelo compromisso social. Os compromissos assumidos pela Universidade estão pautados pela qualidade na formação de profissionais, na produção de conhecimento e nas relações com a comunidade, visando contribuir para o desenvolvimento cultural, científico e socioeconômico da região e país. (UNIVERSIDADE..., 2016, p. 34)

Desde 2004, com o advento da Lei 10.861/2004, cada instituição de ensino superior deve apresentar um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) contendo o seu planejamento estratégico, que deve estar de acordo com as instituições do seu ambiente externo, entre eles o Governo Federal e seus órgãos, que estabelecem as políticas e diretrizes que orientam as ações na UFPEL. Já os órgãos controladores e fiscalizadores da execução dos recursos são o Tribunal de Contas da União e a Controladoria Geral da União.

Diferente de universidades que têm suas estruturas concentradas em poucos lugares, a UFPEL possui uma estrutura imobiliária descentralizada, possuindo vários imóveis (próprios e alugados) distribuídos na cidade de Pelotas e um Campus na cidade vizinha do Capão do Leão. Esta situação faz com que a UFPEL demande um operativo maior para suprir as necessidades da academia e da administração, o que impacta no contingente de pessoas para realizar a manutenção e o funcionamento destas atividades, entre elas a portaria, a vigilância, limpeza, serviços

gerais, motorista etc. Além disso, a UFPEL também opera a manutenção da barragem eclusa, que também representa um custo orçamentário alto e possui também um Hospital Universitário.

A origem das receitas na UFPel provém basicamente de três fontes, sendo a principal oriunda de transferências financeiras da União, que são destinadas para garantir a manutenção do ensino, pesquisa e extensão. Como segunda principal fonte destacam-se as originárias de convênios firmados para execução de projetos. Já como terceira fonte de recurso, a captação de recursos próprios, tais como cobrança de valores de taxas de concurso, serviços administrativos entre outros. Em relação a despesa do órgão, sua execução está atrelada a execução orçamentária, a qual é definida por meio da matriz orçamentária gerida pela Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAN).(UNIVERSIDADE.... 2018, p. 150)

Segundo o Reitor entrevistado a maior parte das demandas do orçamento já vem previsto para ser aplicado à uma necessidade já encomendada, seja em pessoal, custeio ou capital. Ainda aponta que esta relação dificulta bastante quando o investimento em capital é diminuído ou contingenciado, tendo em vista que as demais rubricas já estão direcionadas a uma demanda específica, causando dificuldade para construir alternativas financeiras para as ações que já existem e que surgem a partir das atividades da universidade.

O orçamento da universidade, às vezes, a pessoa quando tá de fora ela pensa assim, ah, a universidade vai receber não sei quantos milhões e pode fazer o que quiser com o dinheiro, mas isso é uma completa falácia. Na verdade, o orçamento da universidade ele é todo calculado e já distribuído entre rubricas. Então assim, basicamente a onde a gente tem um pouco mais de flexibilidade é no orçamento de capital, orçamento de investimento. Esse é um orçamento que a gente tem praticamente flexibilidade total, então a gente pode decidir onde a gente vai despende, tá, e uma fatia mínima do orçamento de custeio a gente também pode escolher onde vai investir. [Informação oral] (REITOR, 2021)

Essa é a condição posta para todas as IFES, que também passam pela mesma forma organizativa, ou seja, existe uma dificuldade de gestar uma universidade quando os recursos são poucos e ainda vem direcionados somente ao que já foi empenhado. A respeito da estrutura e comunidade acadêmica o Relatório de Gestão (UFPEL, 2016) apresenta que:

Quando iniciamos a gestão, estava em fase final de implantação o Reuni, programa de expansão das universidades federais, que aumentou em 120% o número de alunos e em 80% o número de cursos. (UFPel, 2016, p.177-178)

[...]

Se de um lado o Reuni fez crescer o número de estudantes e os investimentos no patrimônio da UFPel, por outro, este crescimento, ocorrido até 2012, ocorreu de forma não planejada e não resolveu os problemas de

falta de espaço físico na Instituição. Pelo contrário, gerou outros, como a necessidade de uma estrutura de segurança e de manutenção para prédios ainda sem uso (UNIVERSIDADE..., 2016, p.180)

Ou seja, o Reuni, embora sua proposta de expansão da universidade, o seu investimento não acompanhou às demandas que foram surgindo ao longo da sua implementação, tendo em vista que em 2016, oito anos após o seu início, ainda demandava um investimento que não vinha sendo incorporado no custeio, e nem no investimento em capital para a UFPel. A respeito da vivência após o Reuni por parte da reitoria, o balanço feito se apresentou da seguinte forma, conforme nosso entrevistado:

[...] o Reuni ele veio e tinha injeção de recurso grande, no caso da UFPEL foi muito mal utilizado, aliás, mais concretamente as restrições orçamentárias que sucederam ao Reuni, mataram o Reuni de uma forma ou de outra, embora os benefícios estejam aí, tem mais gente, tem mais universidade, tem mais acesso, tem mais tudo. Mas na prática o Reuni foi um amplo programa de reestruturação e expansão que precisava de um orçamento compatível para seguir. Quando eu assumi, Geovanna, o curso de jornalismo tinha seis professores, um curso com 400 alunos e que não tem evasão. Quando eles me contaram que no final do ano, quando ia organizar o TCC que eram 80 alunos, eles pegavam os 80 alunos e dividiam por 6 professores, eu não acreditei. Claro, a gente conseguiu, os cursos menores foram muito beneficiados na nossa gestão, por essa lógica, que a gente também adotou como gestão que é fazer gestão para quem mais precisa e não para quem mais tem. Então assim, o curso da TO, por exemplo, dobrou o número de professores durante a nossa gestão, Psicologia, Jornalismo, todos esses cursos, Relações Internacionais, eles aumentaram muito a quantidade de professores e claro, alguns tiveram que perder. E, isso que é o perverso da história, já que tu não tem nova vaga, tu tem que tirar. Claro que tu vai tirar de quem mais tem, mas existe o argumento justo dos outros, que é “pombas, vão nos sucatear para fazer os outros cursos”. E se torna uma luta, mas claro, a gente foi por essa lógica de gestão, nós precisamos fazer gestão para quem mais precisa e não para quem mais tem, e essa lógica nos guiou durante quatro anos [Informação oral] (REITOR, 2021)

No nosso entendimento, essa é uma lógica perversa que se instaurou na universidade pós Reuni, devido ao fato de que os alunos e alunas já estão matriculados, os novos cursos já existem, mas muitas vezes não tem professor, não tem estrutura de prédios para comportar os cursos, e o recurso do Reuni acabou em 2013, como veremos mais à diante. Não é só um problema de gestão, é um problema que o próprio governo criou mas não conseguiu sustentar diante da demanda de também destinar recursos para o pagamento da dívida pública.

O programa que aumentou em 120% o número de estudantes da UFPel, são estudantes que já estão dentro da universidade, mas que a universidade não recebe a verba que precisaria para dar conta desta nova demanda. Ainda segundo o

Relatório de Gestão de 2016, desde o REUNI a UFPel “requer grandes investimentos para adequar a infraestrutura acadêmica ao crescimento, bem como recuperar a infraestrutura pelo desgaste do uso e pela manutenção deficiente ao longo dos anos” (UFPEL, 2016, p.311). Em 2016 já constava no relatório dificuldades de repasses financeiros para o pagamento de despesas liquidadas.

Quanto a recursos, a UFPel teve R\$ 18,5 milhões contingenciados em 2014 e 2015 e teve necessidade de realizar remanejamentos de capital para custeio, com vistas a compatibilizar despesas e receitas. Em 2016, R\$ 8,5 milhões foram remanejados para custeio. “O volume total de recursos alocados e não executados em capital acabaram por retardar ou inviabilizar soluções para importantes problemas” (UNIVERSIDADE..., 2016 p. 148)

As principais deficiências, que exigem atendimento urgente, são relativas à área física para espaços de trabalho, salas de aula de uso comum, laboratórios, bibliotecas, restaurantes, moradia estudantil, áreas de vivência e almoxarifado envolvendo ampliações, reformas e reciclagens. A UFPel vem apresentando desequilíbrio entre receitas e despesas que tem requerido ações de gestão com vistas a reduzir despesas sem o risco de inviabilização de serviços essenciais. Deve-se destacar que, finalmente e após continuados esforços, o Hospital Escola atingiu o equilíbrio entre receitas e despesas. Este fato é muito significativo visto que desobriga a UFPel a cobrir os déficits verificados. Nos últimos quatro anos, R\$ 24,4 milhões foram usados para esse fim, recursos estes que foram retirados do funcionamento da Instituição, cuja matriz não contempla o Hospital. [...] É relevante destacar que o esforço de racionalização de serviços terceirizados realizados ao longo dos últimos anos e, especialmente, em 2016, trouxe redução significativa no custo da vigilância. Com a implantação do sistema de monitoramento por câmeras houve redução de custos que, projetados para 2017, significarão R\$ 7,8 milhões a menos na despesa. ((UNIVERSIDADE..., 2016, p. 311)

O relatório conclui que:

A insuficiência de recursos para o custeio levou a instituição a ter que remanejar para este grupo de despesas a metade da dotação de capital, fato que comprometeu a contratação de obras essenciais para acessibilidade, segurança e funcionamento da instituição. Também a demora na liberação de limites para empenhos redundaram em atrasos em aquisições de bens e serviços. (UNIVERSIDADE..., 2016, p. 232)

Percebemos que pelo menos desde 2016 a UFPel enfrenta dois problemas: a redução de recursos de custeio e capital, bem como contingenciamento de verbas, o que faz com que a gestão tenha que estar remanejando verbas de outras rubricas para que a universidade continue funcionando, bem como cortando serviços e desempregando trabalhadores e

trabalhadoras para que as contas possam ser minimizadas. O contingenciamento também aparece com impacto na organização administrativa, tendo em vista que os planejamentos também tiveram que ser revistos.

O problema do orçamento também foi apresentado nos Relatórios de Gestão de 2017 a 2021. Estes relatórios apontam que a expansão ocorrida pelo Reuni levantou uma demanda grande de construção de infraestrutura e manutenção dos espaços. Porém algumas demandas foram sendo reprimidas nestes períodos devido a decisão do MEC de condicionar a liberação de orçamento suplementar mediante a existência de projetos de aplicação, o que levou a uma redução ainda maior do orçamento.

Estas demandas reprimidas são parte de um conjunto de políticas que reduziram o investimento na educação superior. Em 2017 a gestão encontrou um déficit de aproximadamente R\$ 24 milhões. Do valor calculado do déficit, aproximadamente R\$ 10 milhões compreendiam despesas de exercícios anteriores, na forma de dívidas com contratos em atraso ao final de 2016.

Além da redução no orçamento, houve redução adicional através de liberação de limite de empenho em valor menor do que o orçamento aprovado em 2017. Dos R\$ 24 milhões de déficit identificados, R\$ 10 milhões configuram dívidas de exercícios anteriores e R\$ 7 milhões são compatíveis com a redução de orçamento e limites de empenho observados do exercício 2016 para o exercício 2017 ((UNIVERSIDADE..., 2017, p. 37).

Ainda nesta mesma análise o relatório apresenta que a maioria das despesas de manutenção da instituição não pôde ser realizada. A redução de recursos para várias atividades da instituição foi implementada, o que gerou um impacto negativo, segundo o Relatório de Gestão, perante a comunidade acadêmica, por resultar em redução no atendimento e na qualidade dos serviços e da infraestrutura

No ano de 2017 a UFPel fechou as contas com um déficit de aproximadamente R\$ 11 milhões, dos quais R\$ 8 milhões representam dívidas de despesas não pagas ao final do exercício de 2016. A redução do déficit de R\$ 24 milhões para R\$ 10,5 milhões foi o resultado de reduções nos valores de alguns contratos, reduções no repasse para algumas atividades da instituição, utilização de RAP³ e de recursos de arrecadação própria. A existência de R\$ 3 milhões de déficit referente às despesas de 2017 não cobertas pelo orçamento de 2017, significa que o orçamento de 2018 deverá ser utilizado para cobrir tais despesas de exercício anterior, sinalizando para uma ampliação anual do déficit caso o orçamento para a manutenção das atividades institucionais não seja suplementado. ((UNIVERSIDADE..., 2017, p.38)

³ Restos a pagar.

Em 2017 e nos demais anos, como veremos mais adiante, a principal despesa dizia respeito à Locação de Mão de Obra que representava cerca de R\$ 32 milhões. As despesas contínuas (água, energia elétrica, publicações, manutenção de frotas e equipamentos, combustíveis, coleta de resíduos, telecomunicações, dentre outros) era em torno de R\$ 12 milhões. Já o custeio de outras atividades acadêmicas e administrativas possuía uma previsão de R\$ 12 milhões. Segundo o relatório, o orçamento de custeio na fonte Tesouro era de R\$ 51,7 milhões. Se somarmos as despesas indicadas acima já é encontrado um déficit de R\$ 4,3 milhões. Isso porque ainda neste cálculo não entraram despesas como aluguéis, assistência estudantil, dívidas de exercícios anteriores, dentre outras.

A gestão então reduziu os valores nos contratos de Locação de Mão de Obra, reduziu o investimento na maioria das despesas contínuas e reduziu o valor repassado para custeio das atividades acadêmicas e administrativas. Assim, uma parte do déficit pôde ser abatido.

Um fato que dificultou bastante a execução orçamentária do exercício 2017 foi a liberação parcelada, e em valores variáveis, dos limites de empenho. O planejamento orçamentário adequado demanda o conhecimento a priori dos recursos que estarão disponíveis e o momento em que os mesmos poderão ser utilizados. O método de liberação dos limites de empenho realizado pelo MEC em 2017 não permitiu tal planejamento, de forma que várias despesas precisaram ser empenhadas após o seu vencimento, gerando multas e juros para a instituição. Além da liberação gradual dos limites de empenho, o contingenciamento orçamentário em vigor até próximo ao final do exercício de 2017 também prejudicou o planejamento orçamentário da instituição. ((UNIVERSIDADE..., 2017, p.41)

O relatório apontou que apesar da redução do déficit previsto ao início do exercício 2017, a UFPel chegou ao fim do ano sem atingir o equilíbrio das contas. A situação de desequilíbrio nas contas refletiu nos serviços prestados e nas atividades desenvolvidas junto à comunidade acadêmica, o que leva a um impacto numa das atividades fim da universidade, que é o ensino. A universidade, sendo um polo de ensino, pesquisa e extensão, deve poder oferecer com excelência este serviço, do contrário deixa de estar cumprindo com o seu propósito.

No ano de 2018 o Relatório de Gestão apresenta que se manteve a instabilidade no cenário econômico nacional que já tinha sido vivenciado no ano anterior. Aponta que os contingenciamentos das despesas do poder executivo afetaram o fluxo financeiro da Instituição, ficando a gestão financeira da UFPel comprometida. O contingenciamento faz com que não se possa projetar os valores de custo para com o exercício, pois não se sabe se a verba virá.

Dessa forma, o orçamento de Capital previsto na LOA 2018 da UFPel, foi de R\$ 3.304.144,00. Adicionalmente, o relator da PLOA 2018 alocou valores suplementares às universidades federais, cabendo à UFPel um orçamento adicional de Capital de R\$ 2.755.447,00 [...] conforme previsto pelo MEC, houve repasse adicional de R\$ 5.232.836,87 ao longo de 2018 para atendimento de obras de infraestrutura da UFPel. Dessa forma, o total de orçamento de Capital recebido em 2018 pela UFPel foi de R\$ 11.403.847,87, em um montante superior ao orçamento de 2017. Vale destacar que a manutenção de obras estruturantes na instituição é fundamental para a compatibilização da infraestrutura existente com as demandas reprimidas absorvidas pela instituição durante o programa REUNI do Governo Federal. (UNIVERSIDADE... 2018, p. 130)

Assim, em 2018 houve uma redução no déficit orçamentário. Essa redução nas contas possibilitou a administração da UFPel descentralizar um adicional de R\$ 800 mil às unidades acadêmicas, o que representou 40% de acréscimo em relação a 2017 e totalizou o montante descentralizado de R\$ 2,8 milhões entre custeio e capital para as unidades. (UFPel, 2018) Embora o respiro, o desempenho orçamentário da UFPel no exercício 2018 não conseguiu sanar o déficit observado no exercício 2017, mas conseguiu que o déficit permanecesse o mesmo valor aproximado de R\$ 3,5 milhões.

O impacto da redução do orçamento de custeio da instituição ocorrida no exercício 2017 em relação ao exercício 2016 ainda podia ser percebido. Mesmo assim a administração considerou o desempenho da gestão satisfatório, tendo em vista que a estimativa inicial de déficit para o exercício 2018 era da ordem de R\$ 8,5 milhões. Com os ajustes em despesas e contratos, foi possível uma redução nos investimentos no valor de R\$ 2,8 milhões, e ainda a instituição conseguiu arrecadar R\$ 2,2 milhões que também foram utilizados para combater esta dívida, nesse sentido, as despesas do exercício 2017 ainda seguem sendo executadas com o orçamento do exercício 2018⁴. (UNIVERSIDADE..., 2018, p. 128)

No ano de 2019 as restrições orçamentárias ampliaram ainda mais. O relatório de gestão menciona restrições de serviços e despesas, como, por exemplo, o racionamento de energia elétrica e de combustível para o abastecimento da frota universitária. Segundo o documento houve um bloqueio de uma parcela

⁴ Para fins de esclarecimento, o déficit informado não considera as dívidas existentes, com origem anterior à 2017, em um montante de aproximadamente R\$ 7,7 milhões. Tal dívida é formada por valores não pagos em contratos existentes entre 2012 e 2016. As cobranças dos referidos valores estão judicializadas, e a UFPel permanece no aguardo das decisões. (UFPel, 2018, p. 129)

considerável do orçamento das IFEs e aplicação de limites bastante severos, ao longo de todo o ano, em relação à emissão de empenhos.

Apesar dos recursos orçamentários serem praticamente garantidos pela lei orçamentária anual (LOA), os valores nela especificados podem sofrer alteração de acordo com as políticas implementadas pelo governo federal ou pelo próprio MEC, seja na forma de bloqueio de parte do orçamento, seja na forma de contingenciamento de despesas. Tais políticas resultam em impedimentos na execução adequada do planejamento realizado, de forma que é necessário reavaliar os recursos realmente disponíveis e adaptar o planejamento. ((UNIVERSIDADE..., 2019, p. 33)

Dessa forma as medidas de ajustes financeiros se perpetuaram, e os relatórios concluem que a falta de investimento e bloqueios resulta numa perda de qualidade dos serviços prestados na universidade. Embora possa ter tido um impacto ainda pior em outras IFES, o relatório retoma a questão da qualidade dos serviços e revela as consequências e as intenções que estão contidas nos cortes e bloqueios.

A necessidade de ajuste das despesas, frente à redução do orçamento discricionário, ocorrido no ano de 2017, permitiu à instituição uma gestão adequada de seus custos, de forma que o impacto do bloqueio e do contingenciamento foi muito menor do que o observado em outras IFEs. Apesar disso, alguns serviços prestados à comunidade universitária sofreram redução de oferta ou de qualidade devido ao bloqueio e ao contingenciamento do orçamento 2019. (UNIVERSIDADE..., 2019, p. 162)

A gestão planeja os recursos orçamentários considerando o ano vigente. Segundo o Relatório de Gestão da UFPel (2019), algumas despesas já foram reduzidas ao máximo, e a principal fonte de recurso é a LOA, nesse sentido o planejamento de recursos consiste basicamente na redução de certas despesas realmente discricionárias para a incorporação de novas despesas de cunho estratégico para a instituição. O planejamento de recursos é reajustado ao longo do ano de execução de acordo com os valores realmente executados. O planejamento anual das ações prevê prioridades de aplicação dos recursos, e conforme os recursos têm sua disponibilidade confirmada, as ações associadas são implementadas.

Ao longo dos últimos três anos, a gestão da UFPel tem trabalhado para a redução contínua das despesas de funcionamento da instituição, de forma a permitir o custeio de atividades de cunho estratégico para a universidade, como, por exemplo, o transporte gratuito entre os Campi da UFPel, o orçamento participativo e a descentralização de recursos para as unidades acadêmicas, garantindo-lhes certa autonomia de gestão. ((UNIVERSIDADE..., 2019, p. 34)

Toda essa situação de imprevisibilidade, de cortes e contingenciamento empurra as IFES a buscarem alternativas para que possam honrar seus compromissos e oferecer um ensino de qualidade. Essas alternativas podem ser por parcerias público-privadas ou por recursos que venham através de Emendas Parlamentares.

O relatório aponta que a UFPel, para minimizar os impactos orçamentários, vem procurando outras fontes de orçamento além das que estão previstas na LOA, formas complementares de obtenção de recursos, através de Termos de Execução Descentralizados (TEDs) para o custeio de projetos propostos pela instituição, ou através de recursos de Emendas Parlamentares para a implementação de políticas de interesse da universidade. (UNIVERSIDADE..., 2019, p. 34)

Na entrevista, o Reitor explicou da seguinte forma:

Tu é empurrado a conseguir dinheiro extra de emenda parlamentar, ou seja, tu é empurrado, como gestor, a procurar os deputados pra como se fossem te fazer um favor em sustentar a universidade. Especialmente para obras, essa é a realidade das universidades brasileiras hoje. E isso é horrível, né?! Porque a gente depende da disponibilidade parlamentar, depende de politicagem, que não é a forma de fazer universidade que a gente acredita. Então assim, existe uma “forção” de barra em direção a que as universidades começam a se sustentar por meio de emenda parlamentar. [Informação oral] (REITOR, 2021)

A UFPel, no ano de 2019, praticamente sobreviveu sem investimentos de capital, pois quase 98% do que recebeu foram destinados às despesas que já existiam e que não poderiam deixar de serem executadas, pois interferem diretamente na vida da universidade, como o pagamento de salários e manutenção dos prédios e cursos, por exemplo.

O valor apurado de despesas empenhadas ao final de 2019 foi de aproximadamente R\$ 860 milhões, isso corresponde à execução de 101,44% da dotação orçamentária do exercício. Cabe ressaltar que a execução que excedeu os 100% é justificado pelo recebimento de descentralizações de créditos orçamentários de outros Órgãos da União. Do montante aproximado de R\$ 860 milhões, 97,78% é referente às despesas correntes e apenas 2,22% foi executado em despesas de capital. ((UNIVERSIDADE..., 2019, p. 207)

O ano de 2020 foi o de maior destaque para a UFPel, embora toda adversidade política e sanitária vivenciada, foi um ano de liderança nacional e internacional assumida durante a pandemia de coronavírus. Segundo o relatório,

apesar do orçamento liberado ser inferior a 2019, a UFPel seguiu no pleito para sanar os problemas administrativos, tendo em vista um novo custo que surgiu devido a estrutura remota que teve que ser instalada para que as atividades continuassem sendo realizadas pela universidade.

Além do orçamento liberado através da LOA 2020, a UFPel recebeu recursos suplementares para projetos e despesas específicas através de Termos de Execução Descentralizada (TEDs) e Emendas Parlamentares. Tais recursos foram aplicados de acordo com os planos de trabalho aprovados pelos órgãos concedentes, tais como na obra de reforma do prédio do curso de Teatro e Dança (R\$ 1.800.000,00), a aquisição de equipamentos para um laboratório do curso de jornalismo (R\$ 100.000,00), a montagem de laboratório de diagnóstico da Covid-19 e produção de equipamentos de proteção individual como máscaras e face shields (R\$ 2.581.938,60), e atualização de servidor para serviços de TI (R\$ 1.500.000,00). Em termos de execução do orçamento disponibilizado à UFPel no exercício 2020, o percentual do orçamento empenhado para as despesas de custeio da fonte Tesouro foi de 99,93%. Tal percentual reflete o esforço da atual gestão em maximizar a aplicação dos recursos disponibilizados à instituição para a manutenção de suas atividades. (UNIVERSIDADE..., 2020, p. 115)

No ano de 2021 a UFPel retomou as atividades presenciais, interrompidas em 2020 pelo início da Pandemia da COVID-19, preservando ainda ações para garantia da segurança sanitária da comunidade, mas com o retorno de aulas presenciais nas áreas da saúde e de atividades práticas em alguns cursos. O Relatório de Gestão de 2021 também apresenta as dificuldades financeiras enfrentadas no decorrer do ano.

No entanto, o referido ano também foi de cortes expressivos no orçamento da Universidade. Sem precedentes na história recente da UFPel, o orçamento de custeio foi reduzido em quase 20%, representando valores próximos ao que a Universidade recebeu em 2014. Não diferente foi a redução no orçamento de investimentos, sendo pouco mais de 2 milhões de reais, valor absolutamente insuficiente para as obras e aquisição de equipamentos que se fazem necessárias apenas causadas pela depreciação natural destes bens. Neste cenário a Universidade passou por dificuldades concretas para honrar seus compromissos e enfrenta hoje sua maior crise financeira. (UNIVERSIDADE..., 2021, p. 53)

As impressões que tiramos dos relatórios nos levam a considerar que houve severas dificuldades financeiras de proporções importantes para a manutenção e funcionamento da instituição. Já está em curso um desinvestimento nas IFES, que produzem não só o sucateamento, mas também o abandono do interesse por toda uma comunidade.

Nas IFES as despesas são separadas em despesas obrigatórias e despesas discricionárias. As despesas obrigatórias são aquelas que constam na

folha de pessoal da Instituição, como ativos, aposentados, benefícios aos servidores etc. As despesas discricionárias, envolvem custeio e investimento da Instituição. Custeio são os custos que a universidade gera, como luz, água, vigilância. Investimento são as melhorias que a gestão consegue fazer. Na prática, algumas das despesas discricionárias na verdade também são obrigatórias, como, por exemplo, a internet, a luz e os serviços terceirizados.

Tabela 3- Detalhamento das despesas obrigatórias e discricionárias em Reais

Despesa	2021	2020	2019	2018	2017	2016
Obrigatória	741.562.482,00	727.025.667,00	669.127.325,00	623.895.908,00	597.391.446,00	567.211.166,36
Discricionária	64.786.397,00	81.165.643,00	80.730.561,00	79.524.285,00	95.412.175,00	

Fonte: Relatórios de Gestão (2021, 2020 e 2016). Não encontramos no Relatório de Gestão de 2016 o detalhamento da despesa discricionária.

As despesas obrigatórias representam a maior parte do orçamento, e esse crescimento acompanha a expansão da universidade, a demanda de pessoal para a garantia do cumprimento da missão das IFES. A mesma crescente não pode ser verificada nas despesas discricionárias, que embora não tenhamos os dados completos desde 2016, percebe-se que de 2017 a 2021 houve uma redução de mais de 33%. Tendo em vista que as despesas discricionárias garantem a manutenção e o funcionamento das universidades, na próxima tabela poderemos visualizar como as despesas discricionárias estão alocadas na UFPel.

Tabela 4 - Detalhamento das despesas discricionárias em Reais

	LOA 2021	LOA 2020	LOA 2019	LOA 2018	LOA 2017	LOA 2016
	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)
Despesas de Custeio, Fonte Tesouro	58.295.578,00	74.232.110,00	74.232.121,00	71.212.223,00	67.854.028,00	83.978.843,00
Despesas de Custeio e Capital, Fonte Própria	3.979.993,00	3.517.972,00	3.082.876,00	5.007.918,00	16.756.233,00	
Despesas de Capital, Fonte Tesouro	2.520.826,00	3.415.561,00	3.415.564,00	3.304.144,00	10.801.914,00	4.100.868,70

Fonte: Relatórios de Gestão da UFPEL 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021. Não encontramos no Relatório de Gestão de 2016 o detalhamento da despesa discricionária.

Vemos na tabela 4 que em termos de custeio da Fonte Tesouro, é importante identificar o impacto que teve de 2016 até 2021, que reduziu em mais de 30%. A rubrica para capital da Fonte do Tesouro também sofreu redução, se comparada entre 2016 e 2021 ela reduziu em quase 40%.

Como pode ser observado, o orçamento aprovado para as despesas discricionárias de custeio da instituição, de fonte Tesouro, teve aumento real entre 2017, 2018 e 2019, permanecendo sem alteração para 2020. O não aumento do orçamento previsto é certamente indesejável para a manutenção das atividades da instituição, em vista dos reajustes anuais nos valores de contratos e nos reajustes usuais ocorridos nos valores da maioria das despesas de manutenção das atividades da instituição. Além do mais, o orçamento efetivamente liberado para empenho para a UFPEL sofreu

redução de 3,34 %, conforme já mencionado, ficando muito próximo do orçamento liberado no exercício 2018. (UNIVERSIDADE..., 2020, p.115)

Na prática, esse não aumento do orçamento significa o remanejamento das despesas da instituição para que as contas possam ser quitadas, como explica o nosso entrevistado:

[...] na prática a gente nunca lidou com cenário de ampliação, a gente desde o começo da minha gestão lidou com um cenário de restrição de orçamento. O primeiro ano meu de gestão foi aquele ano que o Temer contingenciou tudo, né. Então assim, a lógica da ampliação é uma lógica que praticamente nunca existiu durante este período de gestão. Não quer dizer que a gente não tenha feito ampliações e mudanças, mas a princípio a conta sempre era para garantir que o orçamento, já defasado, viesse, e essa é uma estratégia de negociação do governo federal que é muito porca, mas que ao mesmo tempo funciona né. Por que a conta que eles fazem é o seguinte: o teu orçamento, digamos que era cem, no outro ano, só pela correção pela inflação, ele era para ser 110, faz de conta. Só que o que eles fazem, eles transformam em 70. Então tu consegues, com muito esforço, batalhar para chegar perto de cem, mas para chegar no 110 nunca, tu não consegues andar. Então na prática a margem para a ampliação era mínima. O que a gente acabou fazendo? A gente acabou fazendo estratégias de reutilização de recursos. Por exemplo, nós diminuimos gastos de contratos terceirizados para poder investir em mais bolsas de assistência estudantil, esse tipo de coisa. [Informação oral] (REITOR, 2021)

Outro problema apontado é a dificuldade da unidade para combater os cortes e contingenciamentos, pois pensando em não enfrentar um movimento contrário aos ajustes, o Governo Federal passou a nomear reitores que não foram eleitos, desta forma evitando um desgaste com muitas universidades do país. O Governo Federal, a partir de 2018, começa a nomear interventores para as Reitorias nas IFES.

[...] agora, com as intervenções nas universidades federais, tendo aí umas 20 universidades que o reitor ou a reitora é indicado pelo presidente sem ter vencido a consulta com a comunidade. O problema é que agora tu tem $\frac{1}{3}$ das gestões de universidades alinhada a essa posição. E aí o que que essa universidade faz? Esse que é o maior dano de todos, ela mostra pro governo que dá para encaixar no orçamento reduzido. Ela diz assim: Olha, não tem problema, já que o orçamento foi cortado em $\frac{1}{3}$, nós vamos cortar em $\frac{1}{3}$ em tudo, inclusive em vagas. E aí é o pior que tu pode fazer né, porque aí tu encolhe, que é o que o governo quer, que é diminuir o nosso papel e aumentar o papel do setor privado na educação, e tu ainda passa uma sinalização para a população que não entende o fluxo orçamentário dizendo: olha aí ó, lá onde estão fazendo boa gestão conseguiram se adequar no novo orçamento, esses da UFPEL é que não conseguem, ou da UFRGS. Então assim, tem uma perversidade grande, isso aí é em geral, e claro que isso afeta todos, inclusive a educação física. [Informação oral] (REITOR, 2021)

Segundo nosso entrevistado, a resposta à esta política de cortes e contingenciamento não poderia ser um processo de enquadramento das universidades e das reitorias, pelo contrário, deveria ser uma busca contínua contra os cortes e pelo desbloqueio do orçamento. Entretanto esta seria uma batalha que não poderia ser feita só, seria preciso de unidade por parte das reitorias e universidades para obter sucesso.

Nós não vamos nos enquadrar ao orçamento minguado que a gente recebe. Nós vamos batalhar para liberar orçamento total, mesmo que o orçamento total sempre fosse já defasado, mas a gente decidiu como política que nós não iríamos nos adequar a um orçamento menor. Isso na verdade foi uma política que nos debatemos na ANDIFES⁵. Então assim, na ANDIFES nós decidimos: Olha, se a gente se adaptar a esse contingenciamento, ele vai se tornar eterno. Então que nós temos que fazer é manter as coisas normais da universidade, e por isso que a gente vinha a público na época e dizia, olha universidade vai funcionar até setembro, se não descontingenciar. Porque na prática a gente seguiu mantendo os gastos normais, essa que é a verdade, até porque não tinha onde cortar, o que tinha que cortar foi para reorganizar e essas coisas que eu te falei. Essa foi uma postura pactuada na ANDIFES. Nem todos os reitores e reitoras seguiram, mas a maioria seguiu e eu fui um dos que seguiu. No final do ano, e aí eu tenho que te admitir, em todos os anos da minha gestão, no final do ano a gente conseguiu brigar, brigar e brigar e chegar no orçamento quase que total. Claro que num esforço que não era nem pra existir. A gente brigou, brigou, brigou para garantir, mas outras universidades não conseguiram, e aí tem a ver com eficiência de gestão, aí tem que comentar isso, porque a gente sempre conseguia executar o dinheiro, e aí chegando no final do ano a gente conseguia completar o 100%, ou muito perto disso, do orçamento, embora, sempre te lembrando que o orçamento já era sempre um retrocesso em relação aos anos anteriores. [Informação oral] (REITOR, 2021)

Podemos perceber também que nenhum orçamento chegou perto do que foi o orçamento de 2016, ano da aprovação da EC 95/2016. A discussão do corte no orçamento pode também ser verificada no impacto relatado pelo Reitor (2021), discussão que ele apresentou quando questionado sobre a possibilidade de a universidade conseguir lutar por uma ampliação de capital ou custeio:

Alguns reitores mais ingênuos lá no começo disseram assim: - tu vê, nós estamos reclamando tanto do impacto da PEC nas universidades, mas se a PEC tivesse válida nos últimos dois, três anos, teria sido melhor. Isso lá atrás. Por quê? Porque a gente não tem recebido a correção pela inflação, então nós vamos pelo menos receber a correção pela inflação. Claro que isso já desmantelava o Plano Nacional de educação, mas pelo menos os reitores pensavam assim, (alguns reitores): -ah, pelo menos nós vamos ter alguma correção pela inflação. Mas isso é uma falácia total, porque na

⁵ Associação Nacional dos Dirigentes Federais de Ensino Superior.

prática isso é do total do orçamento da universidade. E o total do orçamento da universidade, de 90 a 92% dele, é pagamento de salário, e só aumenta. Então na prática, o que que a PEC fez: quando a PEC diz que o orçamento do ano seguinte é o anterior, mas a correção pra inflação, já que o aumento da folha ele corre mais rápido que a inflação, porque tem aposentados e etc, na prática a PEC faz com que custeio e capital sempre diminuam. E é por isso que a gente tá nessa situação. Então a PEC ela é especialmente da morte para as universidades, por isso. Porque o nosso total, que é corrigido pela inflação, na verdade é um número fictício, que não existe em lugar nenhum no mundo. Se tu pegar o financiamento das universidades de fora do Brasil, não tem nenhuma universidade que tá no orçamento dela o pagamento dos inativos, por exemplo. E na nossa tá. Então, a gente tem uma bola de neve de um valor que só aumenta, que não era para ser por dentro do nosso orçamento, certamente que era para ser por dentro dos orçamentos de outros orçamentos do Estado brasileiro, e isso faz com que a fatia real do orçamento de custeio e capital só reduzam. [Informação oral] (REITOR, 2021)

O relato demonstra muitas consequências da EC 95/2016. Se atentarmos para o relato e para a tabela 5, veremos que uma das consequências foi a saída encontrada na redução de contratos, o que na prática representa a redução de trabalhadores e trabalhadoras terceirizados/as e na sobreposição de tarefas, tendo em vista que a demanda da tarefa ainda é a mesma, só agora tem menos gente para executar.

Na tabela abaixo veremos o quadro da comunidade acadêmica da UFPel, e nela, nitidamente se percebe a redução gradual dos técnicos administrativos, os setores

Tabela 5 – Números equivalentes aos segmentos da comunidade acadêmica da UFPel.

	2021	2020	2019	2018	2017	2016
Docentes	1442	1430	1470	1489	1439	1358,5
Técnicos - Administrati- vos	287	422	644,75	693,25	569	821,5
Discentes	5076,35	7132	8166,44	6087,94	6054,67	6920,77

Fonte: Relatórios de Gestão da UFPEL 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021. ⁶

⁶ Os relatórios são feitos por diferentes gestões e apresentam diferentes sistematizações. Para elaborar a tabela trabalhamos com os valores totais dos setores segundo os relatórios. Sempre que possível foi utilizado os números equivalentes de servidores e discentes, bem como o número de técnicos administrativos sem considerar o Hospital Universitário.

Para analisar a Tabela 5 se faz necessário também apontar para a pandemia que vivenciamos com o Covid-19. De 2019 a 2021 foram mais de 3.000 aluno que deixaram de frequentar a UFPel. Muitos alunos tiveram que abandonar os estudos devido a dificuldade e a falta de estrutura de acompanhar aulas online. Este é mais um elemento que demonstra que o teto de gastos não suporta e não condiz com as adversidades e necessidades que são enfrentadas pelas IFES.

Também é importante relatar aqui que os Relatórios de Gestão da UFPel não apresentam, às vezes, tabelas ou estudos com os números detalhados, muitas vezes estas informações estão dissolvidas em diversas outras tabelas. Desta forma as informações referentes aos anos são aproximações ou médias feitas por dados gerais, podendo conter variações de dados e indicadores entre os exercícios de 2013 e 2017, como veremos nos parágrafos a seguir:

Segundo o Relatório do Gestão da UFPel (2017) o número de alunos em tempo integral da instituição é 10.460, decorrente de uma taxa de crescimento de 9,9% ao ano, desde 2013. O número de alunos equivalentes é 16.054, decorrentes de uma taxa de crescimento de 8,7% ao ano, desde 2013. O número de professores equivalentes é 1.412, o que tem variado 1,7% ao ano desde 2013. O número de funcionários equivalentes incluindo os servidores do HE é de 2.239, indicador que tem apresentado taxa negativa de -6,7%. O número de funcionários equivalentes excluindo os serviços do HE é 1.569, indicador que apresenta taxa negativa de -12,1%.

Constata-se que a UFPel tem apresentado uma evolução positiva e em taxas superiores no que diz respeito ao número de alunos (na ordem de 8,7 e 9,9%), enquanto as projeções da disponibilidade de recursos têm ocorrido em taxas inferiores (variações entre 4,2 e 5,3% para orçamento e taxas decrescentes, entre -6,7% e 12,1%, para recursos humanos). ((UNIVERSIDADE..., 2017, p.252)

Tabela 6: Relação Professor/aluno na UFPel.

	2021	2020	2019	2018	2017	2016
Relação						
Professor/ aluno	3,52	4,98	5,55	4,08	4,20	5,09

Fonte: Relatórios de Gestão da UFPel de 2016 a 2021.

A relação professor/aluno também variou neste último período. Uma variação importante, mas que não é crescente ou decrescente. Há uma oscilação no

número de estudantes, que também interfere nesta taxa. Nota-se que também que o número de professores não acompanha nenhuma progressão com relação ao número de estudantes, pois no ano que tivemos mais estudantes foi o ano que menos professores estavam atuando desde 2017.

O que percebemos também, ao longo destes seis anos sobre a comunidade da UFPel, é que a perda mais expressiva está no setor dos técnicos administrativos, que tiveram uma redução de quase 30% na força de trabalho. Percebemos também uma redução na quantidade de discentes, embora já tenhamos visto que as matrículas nas universidades privadas cresceram no último período. Já a categoria de professores aumentou, mas veremos abaixo como essa categoria é formada. Essa informação não está contida em todos os relatórios, então traremos aqui os que encontramos.

Nos relatórios consta distribuição da força de trabalho por área fim e área meio. Na área meio estão contidos as trabalhadoras e os trabalhadores técnicos administrativos e os terceirizados, e na área fim os professores, efetivos ou não.

Tabela 7 – Força de trabalho área fim.

Situação	2020	2019	2018	2017
Ativo permanente	1.369	1.356	1.367	1.306
Temporário	57	110	116	133
Sem Vínculo	0	0	0	0
Outros	4	4	6	0
Total	1.430	1.470	1.489	1.439

Fonte: Relatórios de Gestão da UFPel

Com relação aos trabalhadores e trabalhadoras da UFPEL, embora tenha crescido o número de professores, o número de contratos temporários diminuiu, segundo nosso entrevistado, que também se manifestou sobre como funciona a reposição das vagas de professores pós aposentadoria:

A gente criou uma política para isso, aprovada nos conselhos superiores. No começo da gestão era assim: para cada três vagas de aposentadoria só uma

voltava imediatamente para a unidade, as outras duas iam para o banco de vagas, e aí o banco de vagas abria editais. Depois do meio da gestão a gente mudou isso, de cada três, duas voltam para unidade, e uma vai para o banco de vagas. Então foi assim que a gente se posicionou. E por que que a gente fez isso? exatamente por aquela lógica que eu te falei de priorizar quem menos tem, então se tu não fizer isso, tu não consegue priorizar quem menos tem. Então a gente fez essa estratégia durante toda a gestão. Primeiro volta uma de cada três e automaticamente as outras duas tu tem que ir lá no edital, depois volta duas de cada três e a outra tu tem que ir lá brigando no edital. Claro que isso fez com que os cursos novos, (...) porque os editais contemplavam prioritariamente os cursos novos, com mais necessidades, mas as unidades mais antigas, maiores ficaram incomodadas com essa nossa postura, isso é normal. [Informação oral] (REITOR, 2021)

Aqui abaixo, a tabela que expõem a força de trabalho na área meio, que são os servidores técnicos administrativos e os servidores terceirizados.

Tabela 8 - Força de trabalho área meio.

Situação	2020	2019	2018	2017
Ativo permanente ou de carreira	1.261	1.268	1.321	1.349
Temporário	0	1	2	2
Sem Vínculo	157	169	179	0
Outros	4	4	0	0
Total:	1.422	1.442	1.502	1.351

Fonte: Relatórios de Gestão da UFPel

Em 2020 a universidade contava com 1.261 técnicos administrativos em educação, mas destes, 71 já estão com os cargos extintos, e por isso, depois que se aposentarem a universidade não ofertará mais estes cargos. Nessa linha, cabe destacar que nos próximos anos mais de 28% (vinte e oito por cento) da força de trabalho dos técnicos-administrativos em educação, que atuam na UFPel,

provavelmente, não será reposta, segundo o relatório. Segue então a composição final destes números durante os referidos períodos.

A redução dos serviços terceirizados é apresentada da seguinte forma, segundo o Reitor:

Boa parte do recurso de custeio da universidade é gasto com o serviço terceirizado, que eram no começo da minha gestão sete empresas (segurança, portaria, serviços gerais, motoristas, tratadores de animais, não me lembro exatamente todos). o que que a gente fez? A nossa política é: nós temos que reduzir esse valor consideravelmente sem diminuir o número de pessoas, para evitar contribuir com o desemprego, etc. Então a nossa política foi essa que eu te falei. Então por exemplo, quando a gente diminuiu os porteiros do final de semana (do domingo), a gente evitou e não precisou demitir gente, a gente só refez os contratos. um outro caso que ficou marcado, que a gente até aumentou o número de pessoas, a gente tirou a arma da maioria dos vigilantes da UFPEL, tirou a arma de fogo, porque isso, sinceramente, só servia para ser roubada, então a gente deixou a arma de fogo só em dois ou três lugares chaves e no resto tudo a gente tirou, isso barateia o custo imensamente nos contratos, e aí a gente aumentou a quantidade de postos e mais pessoas. Então assim, a gente conseguiu nos serviços terceirizados, eu te diria assim: a gente reduziu em 30% mais ou menos o custo, que é grande, é um custo de (acho que) quase 20 milhões por ano, a gente reduziu em 30% desse custo praticamente sem redução do número de pessoas. Nos serviços gerais isso também foi importante, a gente reduziu tanto nos outros serviços, que nos serviços gerais, que são as pessoas que dão conta da manutenção, da estrutura a gente aumentou. A gente fez tudo para não diminuir a quantidade de pessoas. Mas ai, claro, em alguns casos foi necessário, por exemplo: eu me lembro de operador de barragem que tratava lá da barragem da eclusa a gente diminuiu, eram acho que nove e ficaram seis. teve casos em que a gente diminuiu, mas em geral a gente diminuiu mais os custos do que as pessoas. [Informação oral] (REITOR, 2021)

No que tange os gastos com Pessoal, em 2020, é importante destacar que a maior fatia de gastos foi para “vencimentos e vantagens fixas” cujo montante em 2020 foi de aproximadamente R\$ 387 milhões e “Aposentadoria RPPS” sendo empenhado cerca de R\$ 201 milhões (UNIVERSIDADE..., 2020). Ou seja, grande parte do gasto com pessoal é com aposentados, e não com trabalhadores e trabalhadoras na ativa. Esse contingente de pessoal aposentado não foi repostado, o que gera um acúmulo de trabalho para os que ficam.

O que podemos perceber é que para além das vantagens fixas e custeio devido à expansão da UFPel, o capital/investimento tem sido cada vez menor, o que inviabiliza a melhoria das instalações ao longo dos anos, o que dificulta principalmente a pesquisa e a extensão. A universidade deve ser produtora de conhecimento científico e não apenas formadora de capital humano, que desenvolve somente habilidades e competências ao longo desta formação.

No ano de 2022 o governo federal impôs uma restrição no orçamento das universidades federais. Segundo Memorando-Circular nº 2/2022/PRA/REITORIA da UFPel faz-se necessário adequar algumas despesas para que o *déficit*, ao final do exercício, não resulte na interrupção das atividades acadêmicas. O Memorando anuncia que o orçamento de custeio da Instituição, ao invés de sofrer aumento, vem sofrendo sucessivos decréscimos.

O reajuste orçamentário, de modo a repor custos inflacionários, é fundamental para a instituição suportar suas despesas de manutenção, como aquisição de insumos – que vem sofrendo aumentos abruptos no mercado, bem como despesas contratuais – que sofrem recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de forma anual, o que implica em aumentos que variam entre 5% a 10% anuais, pelo menos. (UNIVERSIDADE..., 2022, s/p)

Conforme o memorando, se usarmos o orçamento de custeio da UFPel do ano 2019 como base, que era na ordem de R\$ 74.232.121,00, e reajustaremos com a inflação dos anos seguintes (inflação de 2019 = 4,31%; inflação de 2020 = 4,52%; inflação de 2021 = 10,06%), veremos que o orçamento de 2022 deveria ser superior a 89 milhões de reais. Mas o governo federal não vem repondo nem a inflação, o que, segundo a reitoria, a administração da UFPel terá de implementar ajustes de despesas que implicarão na redução de contratos de serviços terceirizados, limitação na circulação da frota institucional e na concessão de diárias e passagens, redução nos valores descentralizados às unidades acadêmicas e reajuste nos valores de subsídio à alimentação nos restaurantes universitários para os estudantes que não recebem o auxílio estudantil (UNIVERSIDADE, 2022).

De 2019 para 2020 o orçamento praticamente se manteve, e de 2020 para 2021 o orçamento foi reduzido em mais de 18%. Em 2022, o orçamento de custeio da UFPel aprovado em LOA girava em torno de R\$ 74,8 milhões, mas após os cortes orçamentários impostos, o orçamento disponível é de R\$ 70 milhões, aproximadamente. Os cortes também se apresentaram no orçamento de Investimento (Capital), da ordem de 40%, o que limita fortemente a capacidade de aquisição de bens e equipamentos, manutenção das obras em andamento e não dá condições para a contratação e execução de novos projetos. Recentemente também, o atual governo lançou uma nova forma de delimitar o orçamento, conhecida por bloqueio dos recursos, onde o recurso fica retido, a universidade não pode usar, mas há a promessa de desbloqueio, só não se sabe quando.

O baixo investimento de capital nas IFES culmina na dificuldade das instituições em realizarem pesquisa e extensão, pois com pouco investimento fica

cada vez mais inviável adquirir ou investir numa estrutura possível para a realização das pesquisas, como computadores e maquinário para melhorar e equipar devidamente os laboratórios para as pesquisas científicas. Para a IFES fomenta-se então a ideia de parcerias público-privadas entre universidades e empresas privadas, que entrariam com os recursos para financiar as pesquisas científicas, o que leva a um direcionamento imposto pelas empresas sobre que tipo de pesquisa realizar-se-á.

Com os congelamentos dos investimentos dificulta-se também a abertura de concursos para professores efetivos, o que leva ao aumento quantitativo de professores contratados em tempo parcial, que não conseguem desenvolver projetos de ensino, pesquisa e extensão. Essa falta de professores e professoras também contribui para um aumento da relação aluno/professor, que faz com que o professor tenha que assumir uma grande parte de sua carga horária com disciplinas, ficando com poucas horas para a pesquisa e extensão.

Se em 2016 nós tínhamos 12,5 estudantes para cada professor na UFPel, em 2021 tínhamos 10,5 estudantes para cada professor, e em 2019 chegamos a ter 13,2 alunos e alunas por professor. Isso de uma forma geral, pois as unidades de ensino não têm o mesmo número de professores efetivos, nem de substitutos ou contratados, e muitos dos efetivos ocupam cargos diretivos e acabam se afastando do ensino, da pesquisa e extensão, relegando aos demais assumirem essas demandas. Outro elemento que também não aparece nessa conta é que diversos professores podem estar em Licença, ou até mesmo fazendo pós-doutorado em outra universidade.

O corte de verbas também afeta a assistência estudantil, o que dificulta a conclusão de muitos estudantes que precisam trabalhar para sobreviver e não conseguem organizar seus horários para concluir o curso. Esta prática empurra os estudantes para as instituições privadas e aumenta a taxa de evasão nas instituições públicas de ensino superior.

A respeito dos programas de ensino, pesquisa e extensão, o relato do Reitor apresenta que os últimos anos foram de ameaças de encerramento das atividades. Relata que precisou de mais de um tipo de ação de enfrentamento para que houvesse uma possibilidade de não acabar com os programas:

Qual foram as nossas manifestações para conseguir manter o PIBID e o PET funcionando? Porque a ameaça era de extinção, e isso nos tira força de lutar pela ampliação do PIBID, pela ampliação do PET. Porque a gente lutava era para mantê-los em pé. Eu me lembro de um evento grande que eu fui do PIBID em que a pauta central, e eu fiz nota e fiz carta na época, mas a pauta

central era a manutenção do PIBID, e no PET a mesma coisa. Eu fui num evento lá na FAEM, não me lembro se era nacional ou regional, e de novo, a pauta era a mesma, era como manter o PET funcionando.

Então assim, a estratégia que me parece que está sendo adotada, que me parece não, que é bem evidente, é: vamos ameaçar de acabar para ver como é que vai ser a reação. Se a reação for grande a gente até não acaba, mas pelo menos a gente não expande. Se a reação for pequena a gente vai lá e acaba mesmo. Então é uma lógica que não tem vitória para nós, a gente só perde. O máximo que a gente consegue é não acabar. É resistir, mas encolhendo [Informação oral] (REITOR, 2021)

O reitor aponta que, por vezes, devido aos cortes e contingenciamento teve que anunciar que a unidade pararia, que a UFPel não teria mais como se manter funcionando. Muitas vezes a gente não se dá conta do impacto importante que a universidade tem na sua comunidade em volta, mas com esse relato, acho que podemos ter uma ideia da sua importância.

Quando eu era reitor, naquele ano primeiro do contingenciamento que teve as manifestações de rua, eu vou te botar para ti ter uma noção do que eu vou falar e eu acho que eu não estou exagerando. Eu recebi milhares, mais de centenas, eu recebi milhares de manifestações naquela época de pais e alunos perguntando -Professor, como é que vai fazer, a universidade vai fechar mesmo? Como é que vai ser, nós vamos perder a vaga? Nós vamos perder matrícula? vai ter ENEM ano que vem? esse sentimento ele é muito difícil de te descrever por que eu não tenho como quantificar diretamente, mas tu não tens ideia do que eu recebi. Era meu primeiro ano de gestão, entre primeiro e segundo, eu tinha sido eleito com altíssimo percentual de votos dos estudantes, então eu tinha muita popularidade, eu interagia muito com os estudantes nas redes, então assim, foi uma coisa. os estudantes e as famílias se apegaram em mim quando eles viram a notícia, a UFPEL vai fechar as portas no meio do ano. E foi uma coisa brutal, eu nunca respondi tanta mensagem na minha vida sobre - "professor, o que a gente pode fazer para ajudar?" Os pais me perguntando, e eu me lembro de dizer para os pais - olha, uma coisa que tu podes fazer é ir à manifestação no dia tal. Então assim, foi um momento muito marcante. [Informação oral] (REITOR, 2021)

Não são só estudantes, é uma comunidade toda movida pelos sonhos da universidade pública, que inclusive precisa de um suporte não só para conseguir entrar, mas também conseguir sair com seu diploma na mão. A assistência estudantil, nesse sentido, é tão importante quanto a estrutura que a universidade dispõe para formar um bom profissional. Nessa lógica, a luta também se expressou por defender que não acabassem com os programas de assistência estudantil.

Aí entra na separação de coisa, uma coisa é a gente ter despendido os poucos recursos com prioridade para a assistência estudantil, outra coisa é a assistência estudantil não ter nenhum prejuízo. A gente queria, por exemplo, ter expandido muito mais outros serviços da assistência estudantil que a gente não pôde expandir por causa do corte de orçamento. Vou te dar um exemplo bem concreto: Quando a gente planejou a frota de ônibus o nosso planejamento eram acho que 16 veículos, a gente conseguiu comprar acho que 13 no total, a gente nunca chegou no número que a gente tinha planejado. Quando a gente reestruturou o RU do ângulo a gente fez um RU

daquela capacidade, mas se possível a gente queria ter feito maior, mas não dava. Nas bolsas, por mais que a gente tenha conseguido manter as bolsas de assistência estudantil e aumentar praticamente todas elas, as bolsas de ensino, pesquisa e extensão, que tem um caráter de ações afirmativas também às vezes embutido, essas nós não conseguimos sempre aumentar. Então assim, a gente teve um impacto grande do corte de recurso em assistência estudantil, mas a gente fez esforços para minimizar a perda. Eu acho que esse é o termo, é diminuir o tamanho do estrago, mas nunca conseguir fazer o que a gente poderia fazer. [Informação oral] (REITOR, 2021)

Quando questionado, o nosso entrevistado, sobre o impacto dos cortes, das ameaças de fim de bolsas e do não financiamento, na vida do acadêmico, sua resposta foi assertiva. Há um impacto gigante, que também interfere diretamente na saúde mental dos que ali estão envolvidos, pela angústia que gera no caso do corte de uma bolsa que muitas vezes paga o seu sustento.

Então assim, o impacto sobre a vida acadêmica como um todo e sobre a vida em geral é imenso. É muito difícil de mensurar, inclusive. talvez a forma mais fácil de mensurar, que é indireta, é olhar a quantidade de estrutura que nós tivemos que montar na PRAE para lidar com questões de saúde mental. Talvez esse seja o indicador mais concreto do peso do que aconteceu. A nossa estrutura da PRAE, eu na PRAE como reitor, olha, a gente contratou na nossa gestão, através de realocação de vaga de TA, psicólogo, psiquiatra, psicopedagogo, um monte de profissionais para lidar basicamente com questões de saúde mental da comunidade estudantil porque os estudantes, obviamente, ficam muito prejudicados ao receberem essas notícias toda a hora. [Informação oral] (REITOR, 2021)

Essas bolsas são tão fundamentais que muitas vezes os estudantes se submetiam a trabalhar em serviços administrativos dentro da universidade, recebendo um salário precarizado, pois tal serviço deveria ser prestado por um servidor administrativo. Questionei esta política para o entrevistado, e ele confirmou:

Isso existia na UFPEL, formalizados, inclusive, e a gente acabou com isso. Tinha muito estudante fazendo trabalho administrativo. o que a gente criou depois foram as bolsas de desenvolvimento institucional. que ai não é exatamente isso, são pontos do PDI e dos PDU's das unidades que poderiam ser atingidos por meios de projetos que contariam com bolsistas, mas ai não é pra fazer o trabalho administrativo do técnico, não pode, isso é contra a lei, é precarizar o trabalho. São atividades específicas, por exemplo: o nosso PDI dizia lá que a gente ia implementar um orçamento participativo, então tu pode, via PROPLA, selecionar uma bolsista para ser o executor, junto com a Pró-reitoria etc., do orçamento participativo. é uma tarefa que tem um componente administrativo, mas tem um componente de processo ensino aprendizagem dos pilares da universidade. Então a gente, ao contrário, a gente encerrou essas atividades tanto dos estudantes quanto dos FAU, porque isso é uma outra coisa, tinha muita gente a FAU (da fundação) que exercia tarefa administrativa na universidade, e a gente acabou com isso e tentou acabar dos estudantes, mas ai depois a gente criou essas bolsas de desenvolvimento institucional, que de uma forma ou de outra são para atingir objetivos do PDI e do PDU que não são necessariamente projetos de ensino, pesquisa e extensão. Vou te dar um exemplo: a ESEF não fez isso, mas poderia ter feito. A ESEF poderia ter

contratado um estudante, nessas bolsas e desenvolvimento institucional, para ajudar a trabalhar com a equipe da PROPLAN no desenho do prédio esse, um estudante da arquitetura. Esse tipo de atividade foi feito, mas sempre priorizando o componente acadêmico disso e não o componente administrativo. [Informação oral] (REITOR, 2021)

Todas estas políticas têm um impacto na vida do estudante, e não estão descoladas com o projeto de educação capitalista ultraliberal que está massacrando a condição de formação, de pesquisa e de assistência na UFPel. É uma questão de desenvolver piores condições de ensino, dificultar o acesso e levar este estudante para a iniciativa privada, e depois possivelmente começar a cobrar mensalidades na universidade federal. Vejamos como isso se expressa na ESEF-UFPel.

6 POLÍTICAS DE AJUSTE FISCAL NA ESEF UFPEL E FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA: DISCUSSÃO DOS DADOS

A formação em educação física a nível superior trata de desenvolver as condições necessárias para construção com qualidade de um trabalhador da área, tanto da licenciatura quanto do bacharelado. Aqui não faremos menção às discussões de que tipo de formação humana cada área demanda, mas sim das condições de uma estrutura de qualidade para atender as demandas de ensino, pesquisa e extensão na ESEF – UFPel.

Foi um pouco difícil encontrar muitos dados referentes a ESEF nos Relatórios de Gestão, e por isso remeto aqui a importância das entrevistas para essa investigação. O documento que nos auxiliou a compreender um pouco melhor da ESEF foi o Plano de Desenvolvimento da Unidade, de 2019 a 2020, e o único publicado até então.

A ESEF-UFPel foi criada em 1971 sendo reconhecida pelo Decreto nº. 79.873, em 27 de junho de 1977. Administrativamente compõe-se de: Direção e Vice Direção da Unidade, Conselho Departamental, Departamento de Desportos, Departamento de Ginástica e Saúde, Colegiado do Curso de Bacharelado, Colegiado dos Cursos de Licenciatura e Colegiado de Curso de Pós-Graduação. Na graduação possui cursos de Licenciatura, diurno e noturno, e de Bacharelado - diurno. Na pós-graduação oferece cursos de Especialização em Educação Física Escolar, Mestrado e Doutorado em Educação Física.

A unidade conta com 2 quadras poliesportivas, 2 vestiários femininos, 2 vestiários masculinos, um banheiro feminino, um banheiro masculino, espaço com equipamentos para ginástica artística, espaço e plataforma para levantamento de peso, arquibancada, almoxarifado de material esportivo, sala de primeiros socorros, espaço elevador, sala de musculação, sala de dança, cantina, espaço de convivência, área para churrasco, hall de entrada para múltiplas atividades, uma sala de professores, uma sala de orientação (reuniões), nove salas de aulas, quadras de futebol de sete, espaço com iluminação, diretório acadêmico, depósito de atletismo, um banheiro, sala de manutenção, auditório com capacidade para 170 pessoas, sala de lutas com dois banheiros, Posto de vigilância, sala de higienização e dez salas para os docentes.

Na área administrativa a ESEF dispõe de uma sala da direção, secretaria, recepção, colegiado da pós-graduação, colegiado da graduação, sala de reuniões, biblioteca, cozinha para funcionários e seis banheiros coletivos. Desenvolve projetos de ensino, ações de extensão universitária, com longa tradição de prestação de serviços à comunidade, abrangendo populações de crianças, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência. Segundo o PDU, depois da consolidação do Programa de Pós-Graduação, a ESEF cresceu consideravelmente em número de projetos de pesquisa desenvolvidos a partir da vinculação com os grupos, laboratórios e linhas de pesquisa da Unidade. (UNIVERSIDADE..., 2020B)

Embora a ESEF não tenha uma situação estrutural problemática, ou catastrófica, ela também é atingida pelos problemas que são gerados a partir dos cortes e contingenciamentos. “Cada unidade recebe uma verba para um ano, para comprar coisas permanentes materiais de custeio do dia a dia (papel higiênico etc.). E outra para comprar equipamentos, são rubricas diferentes.” [Informação oral] (REITOR, 2021). Quando a verba é diminuída ou bloqueada, isso tem um impacto na organização da escola.

No Relatório de Gestão (UNIVERSIDADE, 2017), a partir de 2017, aparece que há uma insatisfação estudantil com as medidas que foram adotadas de contingenciamento. Em 2019 foi emitido um decreto da reitoria que não se podia ligar ar-condicionado, e nem a luz durante o dia. Segundo o diretor “teve isso, porque foi naquela fala do ministro que ele ia segurar lá os 30%. E hoje mesmo eu dei baixa aqui, acho que foi no dia 25 de novembro, dizendo que estava suspensa essas medidas porque veio o recurso, no final do ano, pra gente comprar tudo na corrida”. [Informação oral] (DIRETOR, 2021)

[...] agora veio 1,6 o que faltou, chegou na sexta-feira, e segunda feira nos chamaram os diretores lá para dizer que cada unidade agora vai ter 25mil extra, que chegou e aí dividiram para todo mundo, só que tem que gastar até quarta. Não tem como fazer uma licitação, então o que a gente faz? Pegamos os pregões vigentes, que a universidade já tinha feito, os itens que tinham ali e vamos comprar isso. Então compramos ar-condicionado, cadeiras e data show. Foi o que todas as unidades das unidades compraram, nós combinamos ali porque era o que era possível, agora se eu quisesse comprar, sei lá, um equipamento para a sala de laboratórios, não ia conseguir. Isso demora, então as vezes acontece isso. Ano passado quase aconteceu isso, mas aí a gente deu conta de comprar tudo que era possível, mesmo que não precisasse. Tinha ar-condicionado aí a gente comprou quatro ar-condicionado, tinham vários estragados então foi possível, agora compramos mais três, deixa aí quietinho, porque daqui a pouco vai precisar e a gente tem, e é uma coisa que é cara. [Informação oral] (DIRETOR, 2021)

Essas demandas de cortes e contingenciamentos seguiram afetando o orçamento da ESEF, ano a ano. Acima podemos perceber que a ESEF acaba improvisando o uso do recurso para não perder, mas que as demandas que exigem uma nova licitação elas não são incorporadas no financiamento. Embora com a pandemia esse impacto tenha sido menos percebido, o prognóstico é de que permaneça caso não haja uma perspectiva de reposição do orçamento já aprovado.

Então assim, em 2018 a ESEF-UFPel recebeu os R\$ 116.475,00 para tudo, inclusive pagar bancas de professores que vem aqui participar, diárias, é a verba que a unidade tem para se virar com tudo. Depois em 2019 foi R\$ 90.000,00, então já teve um corte de R\$ 26.000,00. Teria que ver, mas dá sei lá 20 e poucos por cento. Em 2020 foi R\$ 48.000,00. Então assim: de 2018, que foi 116 para 2020, foi pela metade teve de corte aqui da unidade. E agora nesse ano, por enquanto, a gente recebeu R\$ 15.000,00. Porque a verba vai entrando ao longo do ano. Então assim, a gente não tem nenhuma garantia. Existe uma previsão, a cada período eles vão largando. Até outubro, isso tem que sair de tudo. Então a gente já se organizou para as compras que a gente precisa fazer, digamos assim, para esse ano. Tudo baseado em uma possível volta. Então os nossos recursos todos agora é álcool gel, enfim. Porque no ano passado, eu estou até me adiantando, não sei se estou falando demais, mas no ano passado, por conta da pandemia, a gente não teve um monte de coisas aqui, então a gente acabou não tendo os gastos que normalmente a gente teria. É compra de materiais, a gente comprou materiais em 2019, aí em 2020 não precisou comprar de novo porque não usou. Então a gente conseguiu comprar uma série de equipamentos coisa que estava faltando: data show para todas as salas, a gente foi comprando. Mas agora com a volta, esses recursos vão ter que ser destinados para isso e coisas que sempre estão acontecendo. É uma reforma de um telhado, porque as coisas não param. Mesmo com a pandemia eu tenho vindo, estou até aqui na ESEF, tem gente cortando grama, tem que buscar a gasolina, tem o trator que não pega, paga uma bateria. O diretor é o síndico, não manda nada aqui, quem manda é o departamento. Eu estou aqui para trabalhar (risos). [Informação oral] (DIRETOR, 2021).

O investimento destinado para a ESEF de 2018 a 2019 reduziu em quase 13%, já e 2019 reduziu em 58% se comparado com 2018. Isso que nem havia ainda uma pandemia prevista pela frente. Essa verba é utilizada para custeio e capital das demandas da ESEF, como afirmou nosso entrevistado.

Essa verba é utilizada para cobrir as despesas em infraestrutura e dos materiais, principalmente de consumo, as bolas e os equipamentos que se usa nas aulas, que com o tempo há um desgaste. As demais contas, como luz, água, aluguel da piscina que a gente usa para a aula de natação, aluguel da quadra de tênis, não entram dentro desse recurso, são custeadas pela administração da UFPel. [Informação oral] (DIRETOR, 2019)

A gestão afirma que tem se dedicado a investir em infraestrutura:

[...] assim, foi nosso foco de investimento da gestão foi investir na infraestrutura, compramos uma série de ar-condicionado, reformamos várias salas, então muito dessa verba foi para isso, a maioria da verba, digamos, foi para esse tipo de coisa. Os laboratórios todos que estavam muito ruins, a gente investiu nisso [Informação oral] (DIRETOR, 2019).

A demanda de estrutura se faz muito necessária pois é o que permite os laboratórios funcionarem, permite ampliar a qualidade das pesquisas, o que melhora a qualidade do ensino e ajuda a instituição a pensar possibilidades de extensão. A ESEF possui 33 programas e projetos que atendem a comunidade (PDU, 2020B). Com uma estrutura ampliada e melhor organizada, mais projetos poderiam ser feitos, inclusive projetos na piscina e na quadra de tênis que a ESEF aluga por fora da instituição.

Ainda segundo o PDU (2020B), o corpo docente da ESEF é formado por 35 professores, dos quais 03 são substitutos e 32 são efetivos. Destes, 33 são doutores e 2 são mestres. Assim “desde o Reuni, com a criação do curso de Licenciatura noturno aumentou o número de professores, mas a nossa média é mais ou menos uns dez professores por aluno”. [Informação oral] (DIRETOR, 2019).

Sobre a criação de vagas para professores o Diretor afirma que:

[...] tinha uma fórmula que de cada três que se aposentava, uma vaga ficava retida para a administração central. Então se três professores se aposentassem aqui na ESEF, nós só teríamos reposição de dois. Por que isso? Porque foi uma fórmula que a administração central viu de tentar equilibrar cursos novos que tinham muito menos. A ESEF tem acho que 35 professores agora, e tem cursos que tem seis, cinco, então tipo assim, essa vaga aqui iria para aqueles que estavam no maior sufoco do que nós. Então em termos de docentes a gente não tá no sufoco, a gente tá legal assim, dando conta das demandas aqui, tanto da graduação quanto do pós-graduação, porque isso também envolve uma outra carga horária, outras sistemáticas, as pessoas têm orientação, então tu não pode extrapolar muito a carga dos professores, mas a gente tá conseguindo, dentro das nossas possibilidades, dar conta. Não é uma coisa só para defender tá, é a real mesmo. Se fosse ruim eu iria dizer, bah, tá horrível, tá péssimo, mas assim, a gente tá conseguindo levar. [Informação oral] (DIRETOR, 2019)

Segundo o PDU (2020B) a ESEF tinha 718 estudantes, contando os estudantes da graduação e da pós-graduação. Se dividirmos o número de estudantes pelos 35 professores, encontramos conta de 20 estudantes por professor. Se tomarmos como referência só os e as estudantes da graduação, que são 575, contabilizamos 16 alunos e alunas por professor. Agora pensamos como seria para os professores que também estão assumindo o curso de Fisioterapia, que

está se iniciando. Essa questão também afetou a ESEF. A criação do curso de fisioterapia pretendia dividir as instalações da ESEF com os cursos de Educação Física, mas também tinha a promessa de ter a construção de uma estrutura para o curso, que hoje não teve essa iniciativa. Segundo o Reitor entrevistado:

Inclusive, uma coisa que a gente fez e que nem toda comunidade entendeu (claro, a maioria da comunidade entendeu, teve aprovação talvez de 90%, mas teve gente que não entendeu) foi quando a gente criou o curso de fisioterapia dentro da ESEF. Por que que a gente também quis criar o curso de fisioterapia? primeiro porque era um curso absolutamente necessário e não tinha nas universidades federais aqui da volta, então era uma demanda social grande. Mas a outra razão era porque nós queríamos sinalizar: Nós não aceitaremos reduzir o tamanho da universidade, nós vamos aumentar a universidade. a universidade está cumprindo seu papel e vai seguir cumprindo. então a gente fez um pouco deste movimento para mostrar: Olha, nós não estamos aceitando a posição do governo federal em nos sucatear, nós queremos é seguir crescendo. Então é um jogo que tu vai fazendo ao longo da gestão. O governo querendo te apequenar e tu querendo te agrandar, e aí tu nesse jogo. Claro que esse jogo é desgastante e machuca todo mundo, especialmente os estudantes, que são a ponta mais vulnerável do processo.

A ESEF é um dos cursos que não ganhou muito professor, acho que até perdeu professores durante a nossa gestão, a ESEF como Educação Física, claro que com a fisioterapia aumentou, né. A gente fez uma organização que pelo menos garantia sete vagas docentes novas para o curso de fisioterapia, que isso foi o que faltou na outras vezes. A UFPEL criava curso com dois ou três professores, e nós botamos no CONSUN que nós só aprovaríamos com sete vagas docentes. E isso o CONSUN aprovou e então está aprovado, e agora os concursos estão tudo aí para ser aberto. [Informação oral] (REITOR, 2021).

Entretanto esta demanda, embora importante, depende mais que da boa vontade da reitoria. Segundo a Direção da ESEF, o curso demandou professores e não conseguiu, até então a entrevista, ter dado conta da nomeação de professores para atender as demandas do curso de Fisioterapia.

[...] a gente não teve nenhuma vaga gerada nova, o que a gente teve é um substituto de alguém que saiu. A gente não gerou, na verdade geramos uma pra pós-graduação, que veio aqui pra ESEF que teve por conta de um rateio que eles fizeram lá, por produtividade. Nosso critério era cinco, e também pelo critério da Pós, porque a pós ela é um pouco mais independente, digamos assim, pelos seus critérios. Tem um grupo que trabalha, então do ponto administrativo eles são mais independentes, tem a própria UGE, que é onde eles fazem a gestão dos recursos deles, mas entrou um professor lá. Agora a gente teve na ESEF uma nova realidade no ano passado, a inclusão do curso de fisioterapia. Então é mais uma turma que entrou de 50 alunos na ESEF. E aí de novo, nós tínhamos uma promessa de uma construção de um espaço que acabou não ocorrendo e que a pandemia está mascarando o problema nosso de curto e médio prazo, que é a questão do espaço físico. Salas de aula, salas para professores. Então agora está tendo concurso para 3 professores da fisioterapia, e que vão chegar, e assim como todos, vão ter o mesmo direito de ter seu gabinete, a sua sala, então a gente vai ter que fazer uma ginástica, digamos assim, para poder ver isso e tem coisas que a gente não vai ter como resolver, porque depende da construção de um prédio, espaço físico a gente, tem um

espaço para construir. O que nos falta é área construída. [Informação oral] (DIRETOR, 2021)

No curso de fisioterapia foram 3 professores da educação física que assumiram, e foi aberto um concurso que já está aberto para 2 vagas. Ou seja, a situação que o curso de Fisioterapia encontra é uma estrutura dividida com Educação Física e com 5 professores.

Quando se criou essas vagas para o concurso efetivo se pôde abrir vagas para substituto, só que não abriram três, abriram duas, então hoje a gente tem cinco professores no curso de fisioterapia, sendo que só 2 serão de lá né. Então na verdade a gente vai ter 3 professores, até o fim do ano, da fisioterapia, a mais no nosso corpo docente [Informação oral] (DIRETOR, 2021)

Esse conflito na busca de professores é uma demonstração da falta de autonomia que a universidade tem quando não há condições financeiras para a garantia da qualidade na formação, levando já em consideração o ano do problema e o tempo que ele se arrasta, até hoje em 2023.

Segundo o PDU (2020B) os servidores técnicos administrativos são em número de dez e atuam nos seguintes espaços: 02 no Colegiado, 02 na secretaria de pós-graduação, 01 na secretaria da direção, 02 no almoxarifado, 01 controle de prédios e 01 como assessor da direção. Como trabalhadores e trabalhadoras das empresas contratadas para prestar serviços na UFPel tem 11 pessoas. 04 atuam em serviços gerais, 04 na vigilância e 04 na portaria. Na soma dos números informados no PDU não fecham, por isso as entrevistas nos ajudarão a compreender melhor. Nas entrevistas o diretor aponta que houve uma redução de trabalhadores e trabalhadoras por conta do contingenciamento de recurso, uma diminuição, onde afirma que “nós temos a vigilância que diminuiu, alguma coisa de limpeza diminuiu. Nós tínhamos cinco e tem quatro agora fazendo a manutenção toda aqui do espaço físico, então nos afetou nesse sentido [Informação oral] (DIRETOR, 2019)

Os cargos em extinção na ESEF, que não tiveram reposição, foram:

Nós tivemos, nesse período, nós não conseguimos repor dois, porque eles eram cargos em extinção. Era o almoxarifado, que não existe mais, então a gente perdeu, perdeu. E aí como é que a gente fez? conseguimos um terceirizado que fica um tempo lá dando conta do almoxarifado que é entregar as bolas, organizar os materiais. Então acho que a gente perdeu algumas horas porque nós tínhamos full time aqui, um manhã e tarde, outro pegava de noite e hoje a gente só tem uma pessoa no período do dia. Então de noite, por exemplo, fica aquilo lá mais ou menos, sabe, pega chave, não

pega a chave, e não tem o controle que deveria ter, mais rígido no negócio, fica no controle dos professores, né, não tá assim solto que qualquer um entra. Então o professor pega a chave, tira os materiais e coloca, mas a gente gostaria que tivesse alguém todo tempo dando conta disso. [Informação oral] (DIRETOR, 2019)

Essas vagas de terceirizados são decididas pela administração central da UFPel, apesar de ter uma demanda imensa, segundo a direção, eles só podem solicitar um trabalhador, que a depender da verba e demanda, prestará o serviço. E outro problema se refere ao desvio de função, pois as demandas existem, mas não tem quem as faça.

A gente pede, por exemplo, nós tínhamos um terceirizado que ficava aqui fixo fazendo pequenos serviços, digamos assim. Porque a ESEF tem uma demanda enorme, diferente de outros, isso aqui funciona de segunda a segunda até a meia noite, até a 01 hora o pessoal fica treinando ali, então tem demanda de ginásio, de água, de luz, de pequenos concertos. Tinha uma pessoa que, com esse enxugamento, a gente perdeu essa pessoa. Para nós esse foi o maior impacto dentro desse ponto de vista, tanto que a gente sentiu. Mas aí a gente chama ele, Ele vem aqui e fica dois dias, corta a grama...Hoje mesmo eu estava falando para a Gabriela ali, que é assessora, Olha, tem um lixo que tá lá há duas semanas. Então esses contratos de terceirizados eles têm especificidades que a gente não pode não cumprir, tipo assim: as gurias da limpeza elas não podem limpar o pátio, elas são contratadas para varrer sala de aula, pegar o lixo da sala de aula e largar lá. Elas não podem ir lá no pátio e juntar o que tem lá. Então a gente tem essa questão de cumprir com isso. O pessoal aqui que fica ali entregando a chave, eles não podem atender telefone. Então nós temos de manhã um servidor que fica até as quatro da tarde, das sete até as quatro, que esse servidor atende, faz toda essa parte. Já os que chegam, que ficam no período da tarde e noite, no período que ele não tá, não são servidores da universidade, são terceirizados que ficam na portaria, então esse cara não pode fazer algumas coisas que ele faz. Tem limitações, então tamo jogando com isso.[Informação oral] (DIRETOR, 2019)

Segundo os relatórios, a ESEF recebe por ano 143 estudantes, 55 nos cursos diurnos e 33 no curso noturno, e segundo o PDU (2020B) a comunidade da ESEF é composta por 718 discentes, sendo 575 de graduação, 61 de especialização, 40 de mestrado e 42 de doutorado. Destes, 66 acadêmicos recebem auxílio da Pró-reitoria de assistência ao estudante. Se dividirmos o número de estudantes pelo de professores, teremos uma média então de 20,5 estudantes por professores. E também, alguns professores que ocupam atividades administrativas não fazem suas 40h no ensino, na pesquisa e na extensão.

Em 2016 a ESEF tinha 27 projetos/programas na unidade, tinha 15 bolsas de extensão, perfazendo um total de 3,57% de toda a UFPel. No ano de 2017 a ESEF tinha 11 bolsas, de um total de 190 de toda a UFPEL, e tinha 35 projetos, de

um total de 689 de toda a UFPel. Em 2018 a ESEF diminuiu para 9 bolsas, de um total de 209 bolsas distribuídas na UFPel. Em 2019 manteve as 9 bolsas, de um total de 222 bolsas localizadas na UFPel, tinha sete laboratórios e 33 projetos. Em 2020 a ESEF diminuiu o número de bolsas para 6, de um total de 255 bolsas da UFPel. Em 2021 o número de bolsas sobe para 8 de 237 bolsas distribuídas na UFPel, e tinha 35 projetos de extensão em 2021 de 642 projetos desenvolvidos na UFPel.

Nota-se uma redução progressiva nos números de projetos e bolsas da ESEF. A cada ano que passa menos estudantes são beneficiados com o acesso a pesquisa e a extensão. Embora o esforço da Reitoria para utilizar parte do orçamento e convertê-lo em bolsas de assistência estudantil, não foi suficiente para que a ESEF chegasse perto do patamar que um dia já teve em 2016.

Segundo o Reitor entrevistado, a diminuição de bolsas ocorreu em toda a UFPEL.

[...] a gente teve também diminuição de outros projetos, diminuição de bolsas de pesquisa, de bolsas institucionais também, para a extensão. Então isso pode prejudicar, ou ter prejudicado os alunos nessa participação, na dedicação que eles têm quando eles são bolsistas. O nível de responsabilidade quando se é bolsista e pensar também na questão financeira, pois tem muitos alunos que são de outras cidades e vêm para cá. E uma bolsa, que não é um valor muito grande, são R\$ 400,00 é importante, até para a manutenção, para a sobrevivência do acadêmico.

[...]

O exemplo bem concreto no caso da ESEF que não é assistência estudantil: quando a gente abriu a fisioterapia nós abrimos com a prioridade de construir um novo prédio ali, um novo bloco para ter mais laboratório, mais salas de aula etc. Esse novo bloco, se o nosso recurso de capital fosse o mesmo da época da gestão do Mauro, por exemplo, a gente construía em um ano, na situação atual talvez a gente demore cinco para construir. Esse é o impacto concreto direto que o corte de verbas faz. Tu não consegue usar o recurso, porque ele não existe, então é uma forma de exemplificar para as pessoas o quanto a gente perdeu. [Informação oral] (REITOR, 2021)

O fato de o número de bolsas ter crescido em 2021 é atribuído a um empenho da reitoria em deslocar financiamento para a assistência estudantil nas unidades. Dentro da lógica de contingenciamento a perspectiva seria diminuir.

[...] Dentro desse contingenciamento geral da universidade eles diminuíram, então digamos que a gente tivesse, sei lá, 30 bolsas de extensão, foi reduzindo, temos 20. Então para os alunos também têm um impacto, tanto nos programas que a gente vai fazer assistência para as pessoas, quanto para os alunos também poderem ter essa formação e uma ajuda de custo também, não é muito, mas é 400 reais, que os caras se viram com 400 pila. [Informação oral] (DIRETOR, 2021).

Essa tentativa de direcionar a maior quantidade possível de recursos para a área da assistência estudantil também foi percebida, para além das bolsas de pesquisa, na construção e aquisição de bens para o atendimento dos estudantes. Quando indagado sobre o aumento das bolsas de pesquisas, o Diretor apontou para as políticas gerais de atuação da universidade.

Sim, em bolsa de pesquisa, extensão, mas a universidade eu acho que ela direcionou muito, porque aí não é a ESEF, é uma coisa mais institucional, para a assistência estudantil. Então assim, eles fizeram reforma na casa de estudante, nos programas, então acho que muito da cara dessa gestão foi investir nisso. Casa de estudante nova, Ônibus foram comprados. Eu sei por que o meu filho estuda na UFRGS, e não tem Ônibus na UFRGS que leva os estudantes de um campus para o outro e nem para o RU, cada um que se vire, aqui a gente tem Ônibus, leva para o Capão do Leão, pega o pessoal aqui, então se investiu muito para que o aluno possa permanecer. Porque às vezes as pessoas acham quem isso é um luxo, mas isso não é, tem gente que não consegue pagar uma passagem, então isso faz com que o aluno possa concluir, e que a gente possa melhorar nossos índices também. [Informação oral] (DIRETOR, 2021).

Embora a pandemia já tenha diminuído a sua gravidade, ela também teve um impacto na UFPel e na ESEF. Sobre a questão de um possível aumento a evasão estudantil deste período o Diretor apontou que:

Eu não teria os dados, até esse é um é um levantamento interessante, para ver os dados do ano passado. Porque nas minhas turmas, falando com o professor, eu tive muita desistência de aluno. Nenhuma turma teve menos de 20% de evasão. Às vezes o aluno se matricula em várias disciplinas, mas aí não conseguia acompanhar. Outro dia eu conversando com os professores aqui, porque para nós é muito fácil, nós somos a elite, nós temos um bom equipamento nós conseguimos desenvolver, agora o aluno... Eu tenho um aluno que tá lá no interior de Ganguçú, quando chove não tem internet, então ele não consegue assistir aula. Então são várias dificuldades que acontecem. Eu acho que a gente teve mais evasão e mais problemas, até de perda de contato. Tinha dois alunos que eram até do meu grupo de pesquisa, que ele teve que voltar para a cidade dele de Caxias e ele resolveu desistir da educação física faltando dois semestres, e ele resolveu se tatuador; o outro, voltou para a cidade dele, que é Minas Gerais, ficou um ano aqui pagando despesa e está meio perdido. Então eu acho que isso afetou inclusive é a parte psicológica, o desejo das pessoas afetou muito, sabe? Esse vínculo com a universidade do dia a dia, vir no RU (Restaurante Universitário), vir nos projetos isso, aí ficou bem comprometido. [Informação oral] (DIRETOR, 2021).

No PDU (2020B) contém as forças, as fraquezas, as oportunidades e as ameaças a ESEF dispõe ou enfrenta. Os seguintes itens estão descritos como uma ameaça: Política atual de austeridade fiscal, com menor investimento em pesquisa; Diminuição no número de bolsas de iniciação científica, mestrado e doutorado; Segurança no entorno da ESEF dificulta o direito de ir e vir dos usuários dos projetos/programas.

Num planejamento estratégico a gente tem uma matriz que a gente chama Swat, traduzido em português é forças, que a gente identifica as forças, as fraquezas, as ameaças e as oportunidades. Então o ambiente interno são as nossas forças, pelo que a gente pode fazer de melhor com essa infraestrutura, com o pessoal que a gente tem; e as fraquezas seriam contrárias, As nossas deficiências internas, falta de sei lá, de alguma coisa no banheiro de Acessibilidade, etc,. E as ameaças estão relacionadas ao ambiente externo, variáveis que tu não controlas, então por exemplo a política governamental que foi implantada que vem historicamente esses últimos tempos, ela tem uma direção contrária, isso a gente não consegue controlar, por isso ela é uma ameaça, uma ameaça a nossa sobrevivência, é uma ameaça real, concreta. Então as questões das bolsas também que se efetivou corte de vários programas. E a segurança foi colocada pelos alunos, da noite principalmente, por assaltos que tinham aqui da ESEF até lá esquina tem umas duas ou três quadras que de noite são bem perigosas. Então o que a gente fez nessa ação, nós solicitamos para desviar a parada de ônibus, mas isso ainda não foi efetivado, porque depois veio a pandemia. Outra coisa que a gente fez foi melhorar o nosso ônibus aqui, interno da UFPeL, porque o Pedro ele reconstruiu a frota. Nós tínhamos uma questão muito ruim aqui, do ponto de vista da logística dos ônibus da ufpeL para o campus Capão do Leão, etc,. Então a gente conseguiu colocar um horário mais, porque só tinha um ônibus no final da noite, e às vezes o aluno saiu no meio da noite, e ai a gente conseguiu colocar 2 ônibus. Então a gente conseguiu atuar um pouco nisso, por isso que eles constam como ameaças, porque que são coisas que a gente não tinha muito controle: questão da segurança e da dados e metas governamentais. (DIRETOR, 2021)

Segundo os relatórios, várias obras do REUNI ainda não foram concluídas, na ESEF havia a previsão de construir a piscina, mas não ocorreu. Outro impasse foi o curso de Fisioterapia, que até hoje espera por sua estrutura. No PDU é apontado como a necessidade da construção da piscina, que hoje a ESEF aluga uma de um clube na cidade. Segundo o Diretor a reitoria se esforçou, mas infelizmente ainda é um sonho distante, “o curso vai fazer 50 anos em 2021. Com esse aluguel a gente já podia ter feito sei lá quantas piscinas, vai juntando tudo isso. Mas acontece na quadra de tênis também” [Informação oral] (DIRETOR, 2019).

O que aconteceu aqui é que não foi iniciado a piscina. O que que aconteceu, tinha um orçamento muito grande naquela época, digamos assim, fizeram um projeto ideal, com um monte de coisa então ficou um preço muito alto, que no fim com essa diminuição ele ficou impossível, impraticável de fazer. Então a gente teve que retomar, recuar e por atrás de uma emenda parlamentar, alguma coisa assim que nos ajude, a agente tá batalhando, porque ano que vem começa a fisioterapia em março, então vai ter mais um cursos, mais demanda, mais sala de aula, mais tudo. [Informação oral] (DIRETOR, 2019).

Em 2021 a mesma história ainda se arrastava pelos corredores da ESEF:

[...] Ele lutou bastante, trouxe o curso para cá e a ideia era que a gente construísse e se tivéssemos a nossa própria piscina, por isso que a gente colocou. Mas nem tudo o que tu colocas no PDU vai se concretizar. É o nosso sonho, nosso sonho é ter uma piscina aqui para desenvolver os

projetos, pensando no curso de fisioterapia que viria também. E agora com o curso de fisioterapia isso vai se potencializar mais ainda, essa necessidade. A gente ter uma piscina para natação e uma para reabilitação, que é diferente a altura e tal. Eu não manjo muito, mas sei que tem diferenças grandes técnicas em relação a essa questão da piscina ela está ali, e vai retomar. [...] Mas é isso, é a piscina é um sonho antigo da UFPel, a gente completou 50 anos esse ano, de ESEF. É um sonho, mas é um sonho vai dar muito trabalho porque eu já eu trabalhei na ULBRA 10 anos, eu fui diretor lá, e a piscina é um custo muito alto pra tu manter uma piscina, tem que ter um funcionário lá, no inverno e verão, aquilo lá se desaquece de noite no outro dia ela tá fria, demora um tempão para aquecer, então vai ser um desafio construir e manter a pesquisa. [Informação oral] (DIRETOR, 2021)

A respeito do curso de Fisioterapia, apesar do curso já existir, toda a estrutura ainda precisa ser construída, já tem a proposta de construir um prédio de 500 metros quadrados, no terreno onde seria a piscina. Ou seja, mais uma vez a perspectiva de conquista de uma demanda se adia.

A situação encontrada reflete um espaço que nos limites da sua administração consegue minimizar os problemas que aparecem a partir dos cortes e contingenciamentos. Entretanto essa situação, quando resolvida momentaneamente reaparece num período curto de tempo, às vezes até de outra forma, mas sempre advindo do problema da falta de condições para investimento nas demandas da ESEF, que agora conta com mais um curso e apenas com dois professores a mais no seu quadro.

Apesar da situação crítica, a UFPEL e a ESEF se mostraram organizadas para atender a reestruturação imposta pelo governo federal entre 2016 e 2021 a partir dos cortes, procurando dentro de um planejamento minimizar o impacto no corpo discente. Inevitavelmente esta decisão recai sobre corte em outros setores, como o de serviços por exemplo, que acaba encerrando com postos de trabalhadores e trabalhadoras.

7 CONCLUSÕES

A produção desta tese no que tange a sua produção de conhecimento, no nosso entendimento, se faz relevante para fortalecer a defesa dos serviços públicos necessários e gratuitos que atendem a milhares de trabalhadores e trabalhadoras. Mas não só, também teve a intenção de desmistificar o pensamento acerca da precarização da educação nas IFES que nos moldes do projeto ultraliberal vem sendo desmantelada para que possa ser cobrado por um serviço fundamental, a saber, a formação para o trabalho de homens e mulheres, e, assim, fortalecer a luta contra a destruição e sucateamento das IFES, em especial a UFPel, que atende milhares de jovens que buscam um sonho ao entrar na universidade. Ou seja, usar a produção do conhecimento para combater as reformas que atacam e desqualificam a formação nas IFES, e fortalecer um projeto alternativo em construção que defende o acesso universal à educação e à educação no ensino superior.

O nosso problema de pesquisa partiu da necessidade de investigar as consequências a EC95/2016 para a formação em educação física, e durante esse processo conseguimos verificar o prejuízo, talvez catastrófico num futuro breve, para essa formação destes trabalhadores e trabalhadoras, a ponto da universidade não conseguir manter suas atividades enquanto um serviço público que atende uma demanda importante, a saber: formar a classe trabalhadora.

Imediatamente, a defesa da universidade pública socialmente referenciada precisa do governo e do fundo público, pois não é possível garantir recursos para a manutenção das instituições existentes, quiçá para expandi-las, sem disputar com capitalistas e setores parasitários que vivem à sombra dos recursos estatais e exigindo Estado mínimo para os serviços públicos. Existe uma disputa por orçamentos para as IES públicas, em particular, e para as políticas sociais em geral. A defesa de um fundo público para as IFES confronta imediatamente a dívida pública e o teto de gastos via Emenda Constitucional 95/2016.

Assim, sob o padrão neoliberal de acumulação, nem o Estado, nem a burguesia brasileira alimenta algum interesse pela universidade pública de qualidade. Este fato é constatado quando percebemos que a mão de obra de que necessitam pode ser fornecida pelo ensino privado, e ainda ser uma fonte de investimentos rentáveis, diferente do que é o ensino público. A EC 95/2016 está entre as medidas mais importantes do Governo Temer, que implementa o teto de gastos até o ano de

2036 para os serviços essenciais que são fundamentais para as pessoas.

O trabalho aqui é categoria central para que possamos compreender a sua perspectiva fundante do ser social. É determinante para a sua sobrevivência na sociedade capitalista, tendo em vista que os trabalhadores e trabalhadoras em formação aqui em discussão terão apenas a sua força de trabalho para vender e assim produzir a sua própria existência, por isso não é esta a classe a qual deve acessar o conhecimento erudito e elaborado.

O dinheiro como mercadoria universal, serve para pagar essa mão de obra, pouco instruída, mas bem direcionada à realizar as demandas do mercado de trabalho. O valor pago em dinheiro por este trabalho corresponde ao valor da força de trabalho. O valor da troca de uma mercadoria é determinado pela quantidade de horas de trabalho humano abstrato socialmente necessário para produzir aquela mercadoria, e assim, o valor da mercadoria força de trabalho é quantificado pelo consumo necessário que este trabalhador precisa para produzir a sua própria existência.

Entretanto, o cenário em que se realiza essas trocas também interferem neste valor. As relações entre produção, consumo, circulação e distribuição devem estar em harmonia, caso contrário entramos em um cenário de crise. O cenário de crise sistêmica do capital já foi analisado por Mézszáros, onde ele define que desde os anos 1970 estamos em uma depressão contínua, que apresenta as características de uma crise estrutural que produz mais precarização estrutural do trabalho e mais destruição da natureza na tentativa de recompor as taxas de lucro. Como as crises são reincidentes eles continuam a ter de adaptar reformas para salvar o Liberalismo.

O neoliberalismo brasileiro atinge agora um próximo estágio, a implementação de políticas ultraliberais, sob comando de um governo de extrema direita. No último período tivemos uma luta intensa para se aprovar medidas que enxugam a responsabilidade do Estado. Desde 2016 essas reformas vêm se agravando e aprofundando, e o objetivo destes ajustes atendem aos rentistas da dívida pública. O capital financeiro tem poder de barganha na política, e por sua importância interferem na gestão das políticas públicas, retirando o investimento na educação e direcionando para os juros e amortização da dívida pública.

Da mesma forma que ele também determina, não só o valor que deve ser investido, mas o tipo de instrumentalização que este trabalhador deve receber e dispor para ingressar no mercado de trabalho e vender sua mão de obra. Pela teoria

do Capital Humano aponta que o desenvolvimento e a formação a partir de algumas capacidades corresponde a um aumento da produção que por sua vez levaria a um crescimento do rendimento financeiro.

Esta concepção entende a educação como uma possibilidade de ser um instrumento a serviço da economia, do mercado, dos negócios, e o PNE (2014-2024) demonstra as metas que devem ser perseguidas para atingir essa formação e permitir que a educação seja um balcão de negócios. Elevar a Taxa Bruta de Matrículas na educação superior em 50%, quando os valores de investimentos vão na contramão deste acréscimo significa que este aumento se dará pelo retorno que terão as universidades privadas.

Segundo Leher (2019) eles se utilizam de duas nervuras para sucatear as universidades públicas. A primeira num sentido ideológico, e daí surgem lutas partidárias contra o conhecimento difundido e produzido na universidade; e a segunda em acusações de que as IFES gastam demais e não estão reconhecidas como universidade de excelência.

Mas estas são ideias difundidas pelos setores investidores na intenção de que o fundo público não invista no financiamento das universidades públicas, e assim impedir também a difusão do conhecimento científico que não estiver interessado por tais corporações/empresas (LEHER, 2019). Estas corporações até têm interesse na produção de conhecimento, desde que ele esteja voltado para os seus interesses, o que decompõe as universidades em organizações utilitaristas, incapazes de antecipar cenários de futuro e de tornar pensáveis os problemas dos povos. A educação neoliberal preza pela formação de capital humano e mão de obra para o mercado. O desenho destas políticas educacionais orienta-se para garantir a transmissão diferenciada de competências flexíveis que habilitem os indivíduos a lutar nos exigentes mercados laborais pelos poucos empregos disponíveis. Nessa lógica a universidade deve ser destinada às classes que merecem ter os melhores empregos, e que principalmente, possam pagar por essa educação.

A educação superior, como tudo no capitalismo, é vista como uma mercadoria, o que representa, num horizonte, o fim da educação superior pública. A educação, bem como os demais direitos sociais e bens públicos têm sido alvo de ataques da lógica mercantil, constituindo-se um espaço muitíssimo interessante e rentável para o investimento privado.

Desde a década de 1970 o mercado encontrou um nicho importante que fortalece o acúmulo de capital. As corporações que atuam na educação superior privada encontraram um cenário favorável, e as IES privadas cresceram significativamente mais que as IES públicas nos últimos períodos. No nosso entendimento esse fator está intimamente ligado ao desinvestimento que tem sido feito nas IFES, principalmente nos últimos 10 anos, como vimos no caso na UFPel e mais especificamente desde a aprovação da EC Nº 95 de 2016.

Pôde-se perceber, com este estudo, que o país caminha a passos largos rumo ao desinvestimento nas IFES, o que pode representar a contramão de uma educação que poderia ser uma alavanca para desenvolver uma sociedade com menos desigualdade. A educação é canal de acesso aos conhecimentos necessários para a reprodução da força de trabalho, mas também a sua falta de acesso contribui para o declínio do valor da mão de obra.

O estudo aponta para o enxugamento da UFPel. A UFPel diminuiu em dez anos o seu tamanho. Tem menos professores, menos técnicos administrativos e menos estudantes. Diminuiu também, significativamente, o seu investimento em capital, o que dificulta a expansão da universidade para melhor atender suas demandas de ensino e pesquisa e extensão.

A universidade mais restrita, com menos vagas e diminuindo seus subsídios incentiva os estudantes a se matricularem nas universidades e faculdades privadas, que têm mais vagas e menos concorrência por serem a maioria das instituições de ensino superior. Mesmo com a cobrança de mensalidades elas se tornam mais atrativas porque muitas vezes os estudantes conseguem cursar suas faculdades na modalidade EaD, o que restringe a possibilidade de os estudantes estarem envolvidos com a iniciação científica e o desenvolvimento da pesquisa.

Com as IFES diminuindo de tamanho no que tange a sua comunidade acadêmica (estudantes, docentes e técnicos administrativos), é possível prever que cada vez menos pessoas acessarão um ensino público, gratuito e de qualidade. Além disso, é possível também antecipar que certamente as classes menos favorecidas estarão fora da universidade, e sendo assim, não será de lá que sairão a resolução dos problemas para a maioria da população. Afastar as trabalhadoras e os trabalhadores do conhecimento faz parte da estratégia para manter as pessoas subjugadas a condições trabalhistas cada vez mais precarizadas.

Nesse sentido são diversas as consequências para as IFES, para a UFPel e para a formação em Educação Física ante os cortes, contingenciamentos, bloqueios financeiros e restrições orçamentária agravadas desde a EC 95/2016, entre elas:

1. Desmantelamento do tripé fundamental para a excelência das IFES que é o ensino, a pesquisa e a extensão;
2. Deixar as IFES menos atrativas e competitivas no mercado, fazendo com que o ensino privado e/ou EaD seja uma opção com melhor custo-benefício, sendo de mais fácil o ingresso (menos competitiva) e ainda podendo ser feita com bolsa de ensino.
3. Sucateamento da infraestrutura abrindo espaço para a entrada do capital privado dentro das IFES;
4. Direcionamento das pesquisas para os interesses do capital privado que ingressa no financiamento de laboratórios e bolsas de pesquisas;
5. Afastamento da universidade da resolução dos problemas da realidade social;
6. Possibilidade da cobrança de mensalidade para que as IFES tenham novas fontes de renda;
7. Nivelamento do ensino às demandas da Teoria do Capital Humano e do ensino para o neoliberalismo;
8. Precarização de um serviço público, desoneração e desresponsabilização do Estado com as IFES.
9. Prioridade para o capital financeiros ante às necessidades da educação e da formação superior e erudita dos trabalhadores e das trabalhadoras;
10. Insegurança para os/as acadêmicas que ingressam no sonho do ensino superior, mas que se frustram pelas dificuldades enfrentadas a medida que a graduação de qualidade, com condições de ensino e aprendizagem ficam dificultadas;
11. Desenvolvimento de transtornos de emocionais pelos discentes a partir da insegurança da conclusão do ensino e/ ou do recebimento de suas bolsas de assistência estudantil;
12. Diminuição de trabalhadores e trabalhadoras da educação e da qualidade dos serviços e atendimento aos e às estudantes.

Entendemos que os problemas dos povos são emprego, moradia, educação, transporte, água potável, saneamento, condições de trabalho, enchentes, crise hídrica, desabamentos, entre outros. A solução apontada para esses problemas tem sido a retirada de direitos, como férias, aposentadoria, leis trabalhistas, o que claramente não resolveu, pois hoje somos mais de 54 milhões de desempregados no país.

As universidades deveriam ser um polo de produção de ideias para resolver os problemas da realidade cotidiana. Quando identificamos que as IFES (que produzem ensino, pesquisa e extensão) estão diminuindo e as IES privadas estão aumentando é possível identificar também que a produção do conhecimento para a resolução dos problemas reais da vida não está encontrando espaço e nem incentivo, até porque cada vez mais a população vê as IES privadas como uma oportunidade para conseguir cursar o ensino superior. Como as IES privadas preocupam-se mais com o ensino do que com a pesquisa e a extensão, esta formação cada vez se distancia mais da produção de conhecimentos, da pesquisa, eixo que deveria ser um pilar para todas as IES se queremos encontrar e desenvolver as soluções para os nossos problemas.

Desta forma, levando em consideração o nosso processo investigativo e o resultado dele, não podemos aqui não ser taxativos na seguinte questão: é mais do que nunca necessário, após a experiência de sete anos com o teto de gastos, revogar imediatamente a emenda constitucional 95 de 2016 para que as IFES voltem a ter autonomia e consigam dar conta do processo de ensino, pesquisa e extensão dos quais elas são articuladoras. Não há como as universidades públicas competirem e sobreviverem com o desinvestimento e o teto de gastos. Da mesma forma também é importante apontar aqui a necessidade de revogar as demais reformas que também foram implementadas no último período e que também atacam os direitos sociais, como a reforma da previdência e a reforma trabalhista.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR. **Crise de financiamento das universidades federais e da ciência e tecnologia pública: Recursos existem, mas vão para o pagamento da dívida pública.** Brasília - DF Cartilha produzida pelo Sindicato dos Trabalhadores Docentes (ANDES), 36 páginas, 2018.

AMARAL, Nelson. A educação superior brasileira: Dilemas, desafios e comparações com os países da OCDE e do BRICS. **Revista Brasileira de Educação.** v. 21 n. 66 jul.-set. 2016. (p.717-736)

AMARAL, Nelson.; FERREIRA, Diana Regina dos Santos Alves. Financiamento e a expansão na educação superior. In OLIVEIRA, J. F.; CASTRO, A. M. D. (org). **Políticas de Educação Superior e PNE (2014-2024):** Expansão, avaliação, financiamento e formação – Volume 1 – Curitiba: CRV, 2021. p. 56-70

BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo:** análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. v. 1: Síntese, 2017.

BRASIL [(Constituição 1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 24 mar. 2022.

_____. **Emenda Constitucional n.95, de 15 de dezembro de 2016.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providência. Presidência da República, Brasília-DF, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 24 mar. 2022.

BRAGA, Daniel Santos. Combates pela educação: As propostas de financiamento da educação no “Manifesto dos pioneiros da educação nova”. In: **Revista de Financiamento da Educação - FINEDUCA.** v. 8, n.6. [online], [n.p]. , Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/82422>. Acesso em: 04 dez. 2018.

DANTAS, André V; PRONKO, Marcela A. Estado e dominação burguesa, revisitando alguns conceitos. In: STAUFFER, Anakeila de Barros (Org.) **Hegemonia burguesa na educação pública:** Problematizações no curso TEMS (EPSJV/PRONERA) - Rio de Janeiro: EPSJV, 2018. p.73-96

DIRETOR. Entrevista I. [dez. 2019]. Entrevistadora: Geovanna Caroline Zanini Dutra. Porto Alegre, 2019. 1 arquivo .mp3 (30 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta Tese.

DIRETOR. Entrevista II. [ago. 2021]. Entrevistadora: Geovanna Caroline Zanini Dutra. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo .mp3 (30 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta Tese.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_engels_origem_propriedade_privada_estado.pdf. Acesso em: 04 dez. 2018.

ENGELS, Friedrich. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Rio de Janeiro: Global, 1990.

FALEIRO, Janine Rosi. **Financiamento da saúde e retrocesso social: uma análise da (in) constitucionalidade da emenda constitucional 95/2016**. Dissertação [Mestrado em Direito] 189 p. Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior Do Ministério Público, Porto Alegre. Fundação Escola Superior do Ministério Público, 2018.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. – 2.ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

Fontes, Virgínia. Capitalismo, crises e conjuntura. Serviço Social & Sociedade [online]. 2017, n. 130. p.409-425. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.116>>. Acesso em: 25 jan. 2021

FONTES, Virgínia. Prefácio a tragédia da pandemia. In.: BRAVO, M.I.S; MATOS, M.C; FREIRE, S.M.F (org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

FREIRE, Silene de Moraes.; CORTES, Taís Lopes. Políticas de combate à pobreza e avalanche ultraneoliberal: aportes para reflexão. In BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de; FREIRE, Silene de Moraes (org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 9.ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GHIDINI, Rafael; MORMUL, Najla Mehanna. Neoliberalismo e educação: aproximações entre Brasil e Chile. **Revista Contexto & Educação**. v. 37, n. 116, 2022. p. 337-353

GOMES, José Wellington Felix. **Análise de políticas fiscais através de modelos dinâmicos de equilíbrio geral com agentes heterogêneos** 109 p. Tese

[**Doutorado em Economia**], UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, Programa de Pós-Graduação em Economia - CAEN, Fortaleza, 2017.

GOMIDE, Denise Camargo; JACOMELI, Mara Regina Martins. **O método de Marx na pesquisa sobre políticas educacionais**. Políticas Educativas, Santa Maria, v. 10, n. 1, 2016. p. 64-78.

HENNING, Adriana Clarice; BRITTES, Letícia Ramalho. Emenda constitucional nº 95/2016: Ameaças e Desafios aos Institutos Federais. **Revista Contexto & Educação**, v. 36, n. 113, Ijuí: Editora Unijuí. 2021 p.373-391.

KROTON: perfil corporativo. Kroton.com.br, 2022. Disponível em: https://www.mzweb.com.br/kroton2010/web/conteudo_pti.asp?idioma=0&conta=45&tip=34092#1. Acesso em: 11 abr. 2022.

HOBASBAWM, Eric J., **A era do capital: 1848 – 1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976

KUENZER, Acácia Zeneida; Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. *In* FRIGOTTO, Gaudêncio (org.) **Educação e Crise do trabalho**. 11.ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LALANDE, A. Vocabulario Técnico y Científico de la Filosofía, Buenos Aires, Ateneo, 1967. *In* GAMBOA, Silvio Sanches. PESQUISA EM EDUCAÇÃO: Métodos e Epistemologias. Campinas, 2006.

LEHER, Roberto. Marxismo, educação e politecnia. *In* Stauffer, Anakeila de Barros (Org.) **Hegemonia burguesa na educação pública: Problematizações no curso TEMS (EPSJV/PRONERA)** - Rio de Janeiro: EPSJV, 2018. p. 53-72

_____. **Autoritarismo contra a universidade: o desafio de polarizar a defesa da educação pública** – 1.ed. – São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

LÊNIN, V. I.: **O estado e a revolução**. Tradução de J. Ferreira. Porto: Vale Formoso, 1970.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. – 3. ed. rev. e ampl. – Ijuí, 2007.

LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos; MALANGE, Fernando Cezar Vieira; BARBOSA, Valci Aparecida. Políticas de expansão da educação superior implantadas pelo Estado brasileiro: Reflexões sobre democratização. *In*: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; MAUÉS, Olgaíses Cabral; HAGE, Salomão Mufarrej. **Expansão privado-mercantil da educação superior no Brasil**. Campinas, SP: Mercado de letras, 2016.

MACÁRIO, Epitácio. Padrão neoliberal de acumulação, ideologia e mercantilização da educação superior. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 22, n. 49, p.14-49, maio/ago. 2021.

MARTINS, Ricardo Chaves de Rezende; SANTOS, Aldenise Ferreira dos... [et al.]. **Financiamento da educação superior no Brasil: impasses e perspectivas** – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O capital**: Crítica da economia política. Livro 1. 2ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **Para a crítica da economia política**. Salário, preço e lucro: O rendimento e suas fontes. São Paulo: Abril Cultural, Os Economistas, 1982.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. 1.ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 7.ed., São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1.ed., São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, José Claudio Karam de. **Estudo preditivo do impacto orçamentário da emenda constitucional nº 95/2016 nas universidades federais brasileiras**. Dissertação Mestrado em Administração e Controladoria. Universidade Federal do Ceará, 2018.

PENÃ, Milcíades. **O que é marxismo?** Notas de iniciação marxista. São Paulo: Sundermann, 2014.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. **A invenção da balbúrdia**: dossiê sobre as intervenções de Bolsonaro nas Instituições Federais de Ensino Superior. Brasília, DF : Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, 2022.

REITOR. Entrevista I. [jun. 2021]. Entrevistadora: Geovanna Caroline Zanini Dutra. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo .mp3 (60 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta Tese.

REIS, Luiz Fernando; MACÁRIO, Epitácio. Dívida pública e financiamento das universidades federais e da ciência e tecnologia no Brasil (2003-2020). **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista. v.16, n. 41, 2020. p. 20-46. Edição Especial.

SANTOS, Maria Rosimary Soares dos. Dinâmicas de crescimento do setor privado de educação superior na atualidade. *In*: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; MAUÉS,

Olgaíses Cabral; HAGE, Salomão Mafarrej. **Expansão privado-mercantil da educação superior no Brasil**. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2016.

SAVIANI, Dermeval. Epistemologia da política educacional. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 2, p. 1-5, 2017 Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/retepe> Acesso em: 19 out. 2021.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior no Brasil: refém do mercado ou quando a face privado-mercantil se sobrepõe à face pública do Estado. In: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; MAUÉS, Olgaíses Cabral; HAGE, Salomão Mufarrej. **Expansão privado-mercantil da educação superior no Brasil**. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2016.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 2, 2005. p. 427-446.

SILVA, Elizandra Garcia da. A expansão da Universidade Federal do Amazonas: implicações a partir do financiamento em tempos de crise. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 24, n. 01, mar. 2019. p.26-44.

SILVA, VIRGINIA GOMES DE BARROS E. A primazia da ordem financeira sobre a constituição econômica: um estudo da emenda constitucional 95/2016. Dissertação [Mestrado em Direito Político e Econômico] Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade de Direito. São Paulo. 2018. 106p.

TAVARES Hugo Rezende. **Estado e Capital**: Fundamentos teóricos para uma derivação do Estado. São Paulo: Editora Dialética, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS [UFPEL]. **Relatório de Gestão 2016**. Disponível em: <https://portal.ufpel.edu.br/wp-content/uploads/Relatorio-de-Gestao-2016.zip> Acesso em: 10 ago. 2021.

_____. **Relatório de Gestão 2017**. Disponível em: <https://portal.ufpel.edu.br/wp-content/uploads/Relat%C3%B3rio-de-Gest%C3%A3o-2017-FINAL-v02-PUBLICADO.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021

_____. **Relatório de Gestão 2018**. Disponível em: https://portal.ufpel.edu.br/wp-content/uploads/Relat%C3%B3rio-de-Gest%C3%A3o-2018_v02-final.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

_____. **Relatório de Gestão 2019**. Disponível em: https://portal.ufpel.edu.br/wp-content/uploads/Relatorio-de-Gestao-2019_v03-final.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

_____. **Relatório de Gestão 2020**. Disponível em: <https://portal.ufpel.edu.br/wp-content/uploads/Relatorio-de-Gestao-2020-UFPEl.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

_____. **Relatório de Gestão 2021**. Disponível em:
https://portal.ufpel.edu.br/wp-content/uploads/Relatorio-de-Gestao-2021_rev1707JUN22.pdf. Acesso em: 10 fev. 2022

_____. **Plano de Desenvolvimento de Unidade**. Disponível em:
https://portal.ufpel.edu.br/wp-content/uploads/ESEF-PDU_final_11.06.pdf. Acesso em 20 Fev. 2020B

_____. **Memorando-Circular nº 2/2022/PRA/REITORIA: ÀS UNIDADES ADMINISTRATIVAS E ACADÊMICAS DA UFPEL**, 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisador responsável: Dr. Giovanni Ernest Frizzo
Instituição: Universidade Federal de Pelotas - UFPEL
Endereço: Rua Luís de Camões, 625
Telefone: (53)3273-2752

Concordo em participar do estudo “As consequências do ajuste fiscal e a formação em Educação Física na UFPEL a partir implementação da Emenda Constitucional 95/2016”. Estou ciente de que estou sendo convidado a participar voluntariamente do mesmo.

PROCEDIMENTOS: Fui informado de que o objetivo geral será “Analisar os impactos das políticas de Ajuste Fiscal, especialmente a Emenda Constitucional 95/16, na qualidade da formação inicial em Educação Física nas Universidades públicas do Rio Grande do Sul”, cujos resultados serão mantidos em sigilo e somente serão usadas para fins de pesquisa. Estou ciente de que a minha participação envolverá relatar os pontos possíveis solicitados na entrevista.

RISCOS E POSSÍVEIS REAÇÕES: Não há riscos, é apenas uma entrevista.

BENEFÍCIOS: Contribuirei para que tenhamos sistematizadas as informações necessárias para compreender o financiamento das instituições públicas na formação de professores de educação física

PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA: Como já me foi dito, minha participação neste estudo será voluntária e poderei interrompê-la a qualquer momento.

DESPESAS: Eu não terei que pagar por nenhum dos procedimentos, nem receberei compensações financeiras.

CONFIDENCIALIDADE: Estou ciente de que a minha identidade permanecerá confidencial durante todas as etapas do estudo.

CONSENTIMENTO: Recebi claras explicações sobre o estudo, todas registradas neste formulário de consentimento. Os investigadores do estudo responderam e responderão, em qualquer etapa do estudo, a todas as minhas perguntas, até a minha completa satisfação. Portanto, estou de acordo em participar do estudo. Este Formulário de Consentimento Pré-Informado será assinado por mim e arquivado na instituição responsável pela pesquisa.

Nome do participante/representante legal: _____

Identidade: _____

ASSINATURA: _____ DATA: ____ / ____ / ____

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO INVESTIGADOR: Expliquei a natureza, objetivos, riscos e benefícios deste estudo. Coloquei-me à disposição para perguntas e as respondi em sua totalidade. O participante compreendeu minha explicação e aceitou, sem imposições, assinar este consentimento. Tenho como compromisso utilizar os dados e o material coletado para a publicação de relatórios e artigos científicos referentes a essa pesquisa. Se o participante tiver alguma dúvida ou preocupação sobre o estudo pode entrar em contato através do meu endereço acima. Para outras considerações ou dúvidas sobre a ética da pesquisa, entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da ESEF/UFPEL – Rua Luís de Camões, 625 – CEP: 96055-630 - Pelotas/RS; Telefone CEP (53)3273-2752.

ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL: _____

APÊNDICE B - Transcrição da entrevista com Diretor realizada em 05 de dezembro de 2019.

ENTREVISTADO: Diretor

Data: 05/12/2019

Entrevistadora: Geovanna Caroline Zanini Dutra (GD)

Local: Sala da direção ESEF - UFPel

Duração: 30 minutos

GD: Bom dia professor, muito obrigada por nos receber. Esta é uma conversa que organizamos em dez pontos e dentro do que o senhor puder responder o senhor fique à vontade. Esse nosso projeto visa investigar como que a ESEF vem sobrevivendo levando em consideração os cortes que vem ocorrendo desde 2016, em decorrência da EC95/2016. A gente ta tentando investigar, durante esse período, como isso afetou a formação de professores, se houve prejuízo ou não?

Diretor: Olha só, tu fala sobre formação de professores, aqui o recurso ele vem tanto para formação de professores quanto para o bacharelado. Eu trabalho na ótica que formação de professores é o cara que vai dá aula na escola. Então a gente não tem essa separação aqui dentro da verba. A gente tem uma verba que dá conta da licenciatura e do bacharelado. Vamos pensar a educação física como uma coisa só. Então a gente tem uma verba que vem para cada unidade que leva em consideração a aprovação, o empenho, também, dos alunos e alunas, ou seja, quantos tu consegue aprovar, ou seja, concluir o curso e aqueles que são evadidos. Então se faz uma média disso e distribui esse recurso entre todos os cursos, e cada unidade tem autonomia para gastar o seu recurso, então a gente teve uma diminuída por conta desse nosso índice de evasão, que a gente teve, que diminuiu um pouco a nossa renda, digamos assim, desse ano. Essa é a fonte que a gente tem direta, assim, do governo federal, tanto para custeio quanto para adquirir outros equipamentos também. Então a gente tem essas duas coisas juntos. que mais que posso te dizer? acho que é isso, por enquanto, que mais ?

GD: Em números, o que o senhor poderia nos dizer?

Diretor: ah, tá, peraí, deixa eu te dizer o que mais. A gente tem outras fontes de recurso que os professores buscam, que tem vários professores que são extremamente empreendedores e que conseguem recursos grandes para desenvolver projetos de pesquisa e de extensão. Só que isso não entra, digamos assim, dentro da nossa gestão aqui enquanto unidade de direção. Então o professor recebe a verba do seu projeto, tipo o Pedro lá, que é o reitor, fez um projeto agora de 1 milhão e meio, para desenvolver uma cartilha do estilo de vida ativo para todo o Brasil. Então isso ai tá ali, agora até abri ali, agora tá aqui na unidade, mas eu não tenho acesso a isso, ele que vai fazer isso via fundação. Então, o que a gente recebeu esse ano foram 52 mil reais e oitocentos e dois com noventa, isso de 2019. Eu queria ver se eu conseguia ver os anteriores, mas enfim, a princípio é isso aqui.

GD: esse valor ele vem variando de acordo com a evasão ou de acordo com as medidas que foram adotadas?

Diretor: Tem as duas coisas, porque nesse levantamento que ele fez, se a gente for ver tá quase metade do que a gente recebia na época do REUNI. existe essa relação, tipo assim a universidade recebe x, e ela usa essa equação para dividir entre todos, então se ela receber menos x, ela vai usar a mesma equação e vai sobrar menos para cada um.

GD: olhando nos relatórios de gestão a gente pode ver que até 2015 havia uma preocupação da gestão em não diminuir a verba de repasse. Mas isso não aparece nos outros relatórios. Então eu não sei se foi até ali que o pessoal conseguiu não mudar o repasse e depois foi diminuindo...

Diretor: Depois foi diminuindo e eles tiveram que cortar um pouco, acredito que sim. Eu tô no segundo ano de gestão, aqui, então assim, tem essas coisas mais anteriores que eu não sei como era.

GD: mas no seu segundo ano o senhor já observou uma diminuição?

Diretor: Já teve uma diminuiçãozinha, pequena, mas foi. Queria ver quanto foi aqui, mas eu não encontrei. Daí eu te mando a planilha, de vários anos.

GD: Dentro destes limites de cortes, quais foram as medidas que a administração conseguiu adotar para tentar lidar com a redução do orçamento?

Diretor: A gente tem conseguido com as nossas verbas dar conta aqui da infraestrutura e dos materiais. Aqui a gente usa muito material de consumo, tem as bolas e os equipamentos que a gente usa para as aulas, que vão se gastando, mas a gente tem conseguido, com essa verba aí, dar conta. Nós investimos esse ano muito mais em infraestrutura, assim, foi nosso foco de investimento da gestão foi investir na infraestrutura, compramos uma série de ar-condicionado, reformamos várias salas, então muito dessa verba foi para isso, a maioria da verba, digamos, foi para esse tipo de coisa. Os laboratórios todos que estavam muito ruins, a gente investiu nisso.

GD: E tem orçamentos da ESEF que são pagos pela reitoria ou todos os orçamentos são pagos pela ESEF?

Diretor: não, todos são pela ESEF.

GD: Todos, inclusive luz?

Diretor: Não, luz, água, tudo é a universidade, aluguel da piscina que a gente usa para a aula de natação também, aluguel da quadra de tênis também são da UFPEL, não entra dentro desse recurso. Esse orçamento é pra gente gastar no dia a dia aqui. Tem que fazer uma divisória de uma sala, tem que comprar a divisória, daí chama a mão de obra que faz da própria universidade, a gente só compra os materiais, a gente não contrata serviços.

GD: qual a situação em relação aos recursos humanos da esef, com relação a docentes, técnicos administrativos e terceirizados? Quantos funcionários se aposentaram e quantos foram contratados? Teve uma diminuição do número de terceirizados? Quando um docente se aposenta, quanto tempo leva para repor essa

mão de obra? Há casos de bolsistas que fazem algum trabalho remunerado nos serviços administrativos? Nos relatórios aparece a diminuição dos serviços terceirizados, isso afetou a ESEF?

Diretor: Vamos por partes, a gente não tem nenhum bolsista aqui que faça nenhum trabalho administrativo, nós temos os nossos servidores. Nós tivemos, por conta de contingenciamento de recurso, uma diminuição. Então nós temos a vigilância que diminuiu, alguma coisa de limpeza diminuiu. Nós tínhamos cinco e tem quatro agora fazendo a manutenção toda aqui do espaço físico, então nos afetou nesse sentido. Aposentadorias de servidores, quando aposenta a gente consegue repor. Nós tivemos, nesse período, nós não conseguimos repor dois, porque eles eram cargos em extinção. Era o almoxarifado, que não existe mais, então a gente perdeu, perdeu. E aí como é que a gente fez? conseguimos um terceirizado que fica um tempo lá dando conta do almoxarifado que é entregar as bolas, organizar os materiais. Então acho que a gente perdeu algumas horas porque nós tínhamos full time aqui, um manhã e tarde, outro pegava de noite e hoje a gente só tem uma pessoa no período do dia. Então de noite, por exemplo, fica aquilo lá mais ou menos, sabe, pega chave, não pega a chave, e não tem o controle que deveria ter, mais rígido no negócio, fica no controle dos professores, né, não tá assim solto que qualquer um entra. Então o professor pega a chave, tira os materiais e coloca, mas a gente gostaria que tivesse alguém todo tempo dando conta disso. Professores: tinha uma fórmula que de cada três que se aposentava, uma vaga ficava retida para a administração central. Então se três professores se aposentassem aqui na ESEF, nós só teríamos reposição de dois. Por que isso? Porque foi uma fórmula que a administração central viu de tentar equilibrar cursos novos que tinham muito menos. A ESEF tem acho que 35 professores agora, e tem cursos que tem seis, cinco, então tipo assim, essa vaga aqui iria para aqueles que estavam no maior sufoco do que nós. Então em termos de docentes a gente não tá no sufoco, a agente tá legal assim, dando conta das demandas aqui, tanto da graduação quanto do pós-graduação, porque isso também envolve uma outra carga horária, outras sistemáticas, as pessoas tem orientação então tu não pode extrapolar muito a carga dos professores, mas a gente tá conseguindo, dentro das nossas possibilidades, dar conta. Não é uma coisa só para defender tá, é a real mesmo. Se fosse ruim eu iria dizer, bah, tá horrível, tá péssimo, mas assim, a gente tá conseguindo levar.

GD: Sobre os terceirizados, a ESEF tem a autonomia para decidir quanto são?

Diretor: Não, a administração central. A gente pede, por exemplo, nós tínhamos um terceirizado que ficava aqui fixo fazendo pequenos serviços, digamos assim. Porque a ESEF tem uma demanda enorme, diferente de outros, isso aqui funciona de segunda a segunda até a meia noite, até a 01 hora o pessoal fica treinando ali, então tem demanda de ginásio, de água, de luz, de pequenos concertos. Tinha uma pessoa que, com esse enxugamento, a gente perdeu essa pessoa. Para nós esse foi o maior impacto dentro desse ponto de vista, tanto que a gente sentiu. Mas aí a gente chama ele, Ele vem aqui e fica dois dias, corta a grama...Hoje mesmo eu estava falando para a Gabriela ali, que é assessora, Olha, tem um lixo que tá lá há duas semanas. Então esses contratos de terceirizados eles têm especificidades que a gente não pode não cumprir, tipo assim: as gurias da limpeza elas não podem limpar o pátio, elas são contratadas para varrer sala de aula, pegar o lixo da sala de aula e largar lá. Elas não podem ir lá no pátio e juntar o que tem lá. Então a gente tem essa questão de cumprir com isso. O pessoal aqui que fica ali entregando a chave, eles não podem atender telefone. Então nós temos de manhã um servidor que fica até as quatro da tarde, das sete até as quatro, que esse servidor atende, faz toda essa parte. Já os que chegam, que ficam no período da tarde e noite, no período que ele não tá, não são servidores da universidade, são terceirizados que ficam na portaria, então esse cara não pode fazer algumas coisas que ele faz. Tem limitações, então tá jogando com isso.

GD: poderia dar desvio de função?

Diretor: É, daí eles entram na justiça, isso aí tem um problema. Aí tem o fiscal do contrato que vem aqui de vez em quando, dá uma olhada para ver se tá tudo certo.

GD: De que forma esse contingenciamento tem impactado na organização curricular da ESEF?

Diretor: Pois é, eu acho que não, porque a gente continua com nosso NDE com os professores que tinham ali. Eu acho que pode ter um impacto por exemplo quando a

gente diminui PIBID, que não é uma coisa que tenha uma verba nossa, mas ele é uma verba que está vinculada diretamente a formação de professores né, de pessoas que vão trabalhar na docência. Então acho que nesse sentido a gente poderia ter uma questão acadêmica, na formação dos alunos.

GD: Teve diminuição no PIBID?

Diretor: Tá tendo, tá acabando o PIBID pelo que eu sei.

GD: E as bolsas?

Diretor: Isso, as quantidades de bolsas, na verdade, nós tivemos também... agora tu me lembrou duma coisa importante. Dentro desse contingenciamento geral da universidade eles diminuíram, então digamos que a gente tivesse sei lá, 30 bolsas de extensão, foi reduzindo, temos 20. Então para os alunos também tem um impacto, tanto nos programas que a gente vai fazer assistência para as pessoas, quanto para os alunos também poderem ter essa formação, e uma ajuda de custo também, não é muito, mas é 400 reais, que os caras se viram com 400 pila.

GD: Então houve uma redução no sentido geral?

Diretor: Sim, em bolsa de pesquisa, extensão, mas a universidade eu acho que ela direcionou muito, porque aí não é a ESEF, é uma coisa mais institucional, para a assistência estudantil. Então assim, eles fizeram reforma na casa de estudante, nos programas, então acho que muito da cara dessa gestão foi investir nisso. Casa de estudante nova, Ônibus foram comprados. Eu sei por que o meu filho estuda na UFRGS, e não tem Ônibus na UFRGS que leva os estudantes de um campus para o outro e nem para o RU, cada um que se vire, aqui a gente tem Ônibus, leva para o Capão do Leão, pega o pessoal aqui, então se investiu muito para que o aluno possa permanecer. Porque as vezes as pessoas acham quem isso é um luxo, mas isso não é, tem gente que não consegue pagar uma passagem, então isso faz com que o aluno possa concluir, e que a gente possa melhorar nossos índices também.

GD: Sim, se o aluno consegue ficar, ele não evadiu.

Diretor: E hoje, com esse processo unificado tem um monte de gente de fora. tem gente que vem sem pai e nem mãe aqui, sozinhos, jovens. Então tem todo esse investimento, que não é só financeiro, tem a acolhida, tem todo um grupo que se dedica para essa galera aí.

GD: Segundo os relatórios, várias obras do REUNI ainda não foram concluídas, isso aconteceu aqui na ESEF? Ou todas as obras foram terminadas?

Diretor: Aqui foi terminado. O que aconteceu aqui é que não foi iniciado a piscina. O que que aconteceu, tinha um orçamento muito grande naquela época, digamos assim, fizeram um projeto ideal, com um monte de coisa então ficou um preço muito alto, que no fim com essa diminuição ele ficou impossível, impraticável de fazer. Então a gente teve que retomar, recuar e por atrás de uma emenda parlamentar, alguma coisa assim que nos ajude, a agente tá batalhando, porque ano que vem começa a fisioterapia em março, então vai ter mais um cursos, mais demanda, mais sala de aula, mais tudo.

GD: E isso já tem verba para o curso de fisioterapia, ou vai ser conquistado ainda?

Diretor: É, vai ter que ser conquistado, porque no curso não tem nada, nem o índice tem para isso, mas alguma coisa eles vão ter que repassar, com certeza. Já tem a proposta de construir um prédio de 500 metros quadrados, logo. Temos um terreno aqui do lado que é onde seria construída a nossa piscina que não rolou.

GD: Então o projeto de ter uma piscina própria foi adiado por conta da impraticabilidade do recurso financeiro?

Diretor: Sim

GD: E aí se manteve o aluguel?

Diretor: Da piscina, que teve a vida toda. o curso vai fazer 50 anos em 2021. Com esse aluguel a gente já podia ter feito sei lá quantas piscinas, vai juntando tudo isso. Mas acontece na quadra de tênis também.

GD: Isso é algo que aparece nos relatórios, uma preocupação das gestões em trocar os imóveis por algo mais concreto, mas infelizmente, não necessariamente quer dizer que isso aconteça. O relatório aponta que pra cada professor equivalente, apresenta 7,41 alunos. Essa é a média da equivalência entre aluno e professor.

Diretor: Tu diz por curso isso?

GD: é uma média geral da universidade, alguns cursos têm mais e outros tem menos. Mas isso em 2013, e hoje esse valor é 35% maior, então se antes eram sete alunos para um professor, hoje são 10 alunos por professor. E teve um crescimento de 2013 a 2018 de 8% a cada ano. Então se foi a 10, hoje deve estar em 12, 15 alunos por professor. Isso também se aplica aqui na ESEF ou é um panorama colocado com base nos cursos que cresceram, né, que diminuiu a quantidade de professores?

Diretor: aqui na verdade aumentou, com o REUNI, a gente criou a Licenciatura noturno então aumentou o número de professores, mas a nossa média é mais ou menos uns dez, eu acredito.

GD: Nos relatórios aparece que ingressam 85, 90 no primeiro semestre e mais 50 no segundo semestre. 130 alunos.

Diretor: Nós temos 35 professores, dá pra fazer essa conta ai.

GD: O relatório de 2018 considera que mesmo num cenário de restrições orçamentárias e de disponibilização adicional de recursos humanos, a UFPEL tem um desempenho satisfatório. Eu queria saber na opinião, a partir dos índices, das dificuldades ou a partir das facilidades, qual é a avaliação da direção da ESEF com relação ao comprometimento do ensino, da pesquisa e da extensão da universidade?

Diretor: Eu acho que a gente faz bastante coisa aqui, né. A gente tem o programa se *stricto sensu* que os professores já estão vinculados e trabalham bastante, acho que os professores são bem empreendedores aqui, num sentido, não do empreendedorismo assim de tal e coisa, mas empreendedorismo social mesmo. eles e=investem em projetos e eu não sei se eu to respondendo o que tu queria ouvir, mas eu acredito que a gente tem dado conta aqui. Por que que eu acho isso? Porque a gente não tem reclamações, nem uma demanda, oh, tal coisa tá ruim porque a gente não tá sendo atendido. tem problemas pontuais, professor que falta, enfim coisas que tem em qualquer lugar, de final de semestre, aqueles desajustes que têm de avaliação, mas a gente não tem uma demanda assim, nas avaliações que o pessoal faz no cobalto que aponte um sentido negativo, que falte algumas coisas, digamos, de atendimento aos alunos. As turmas todas são atendidas, acredito que a carga horária dos professores esteja dentro daquilo que é estipulado, junto com o nosso sindicato, que eu também sou professor né (risos), sou associado lá no meu sindicato, dentro daquilo que tava previsto. Mas a gente se preocupa com o futuro, o que pode acontecer, entendeu. agora a gente tá bem, mas daqui a pouco a gente pode não tá. Congela todas as vagas, tem gente que vai se aposentar, com certeza, em médio prazo a gente vai ter alguns professores que vão se aposentar.

GD: Nos relatórios, a partir de 2017, aparece que há uma insatisfação estudantil com as medidas que foram adotadas de contingenciamento, por isso essa pergunta. Em geral, na universidade, segundo o relatório, a comunidade acadêmica não aprovou as medidas, algumas medidas que foram tomadas, a depender de alguns contingenciamentos que foram feitos, mas isso num plano geral, por isso que eu pergunto como isso foi aqui.

Diretor: Entendi. Não sentimos esse impacto aqui, digamos assim. Porque eu acho que isso pode ser uma coisa, mais uma manifestação deles em relação a política geral, mas no dia a dia, pelo menos, não sentimos isso. Eu não tenho nada que tenha chegado aqui que a gente tenha que dar conta disso, me parece muito mais uma coisa política, de um posicionamento geral.

GD: porque teve um tempo né, eu como estudante, no início do ano, no meio do ano, acho que foi, que a gente não podia ligar ar-condicionado, tinha um decreto da reitoria que não podia usar a luz durante o dia.

Diretor: Isso, teve isso, porque foi naquela fala do ministro que ele ia segurar lá os 30%. E hoje mesmo eu dei baixa aqui, acho que foi no dia 25 de novembro, dizendo que estava suspensa essas medidas porque veio o recurso, no final do ano, pra gente comprar tudo na corrida.

GD: É isso aparece muito nos relatórios, dizendo que existe um número de empenhos, então as vezes até tem dinheiro, mas existe um número de empenhos que podem ser feitos. Então sobra dinheiro porque já esgotou o número de empenhos.

Diretor: E não só empenhos, porque tipo assim, agora veio 1,6 que faltou, chegou na sexta-feira, e segunda feira nos chamaram os diretores lá para dizer que cada unidade agora vai ter 25mil extra, que chegou e aí dividiram para todo mundo, só que tem que gastar até quarta. Não tem como fazer uma licitação, então o que a gente faz? pegamos os pregões vigentes, que a universidade já tinha feito, os itens que tinham ali e vamos comprar isso. Então compramos ar-condicionado, cadeiras e data show. Foi o que todas as unidades das unidades compraram, nós combinamos ali porque era o que era possível, agora se eu quisesse comprar, sei lá, um equipamento para a sala de laboratórios, não ia conseguir. Isso demora, então às vezes acontece isso. Ano passado quase aconteceu isso, mas aí a gente deu conta de comprar tudo que era possível, mesmo que não precisasse. Tinha ar-condicionado aí a gente comprou quatro ar-condicionado, tinham vários estragados então foi possível, agora compramos mais três, deixa ai quietinho, por que daqui a pouco vai precisar e a gente tem, e é uma coisa que é cara.

TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA

ENTREVISTADO: Reitor

Data: 08/06/2021

Entrevistadora: Geovanna Caroline Zanini Dutra (GD)

Local: Via plataforma google Meet

Duração: 1 hora

GD: Certo vou botar aqui então bom dia então professor tá gravando agora. Então professor, eu organizei algumas perguntas e a ideia é que a gente não se estenda muito, não precisa se atentar as respostas, pode falar assim, que de acordo com sua experiência e de acordo com como a universidade era antes e no momento que o senhor foi Reitor. Professor, então, de acordo com sua experiência e dentro da universidade na sua gestão ou não e de acordo com o portal da transparência todo recurso, a não ser o que vai para o hospital escola da UFPEL ele chega pela fundação e aí quando ele chega como que esse recurso é administrado pela gestão? Como se dá a escolha da divisão desses valores e o destino desses valores?

Reitor: olha só, na verdade quando tu diz fundação, é fundação universidade?

GD: isso

Reitor: Como é que funciona, é um orçamento absurdamente engessado isso é uma característica super importante pra tu saber. O orçamento da universidade às vezes a pessoa quando tá de fora ela pensa assim, ah, a universidade vai receber não sei quantos milhões de pode fazer o que quiser com o dinheiro, mas isso é uma completa falácia. Na verdade, o orçamento da universidade, ele é todo calculado e já distribuído entre rubricas. Então assim, basicamente a onde a gente tem um pouco mais de flexibilidade é no orçamento de capital, orçamento de investimento. Esse é um orçamento que a gente tem praticamente flexibilidade total, então a gente pode decidir onde a gente vai despender, tá, e uma fatia mínima do orçamento de custeio

a gente também pode escolher onde vai investir. Porque o mínimo de assistência estudantil do FINAES já é garantido, o quanto tem que ir para cotas de impostos, etc, tudo isso é decidido, então tem uma margem de manobra muito pequena e obviamente que o valor do custeio principal vai para pagamento de servidores ativos e aposentados, quase 90% do valor. Então como é que a gente recebeu a universidade? A gente recebeu a universidade em 2017 com o orçamento que tinha sido preparado em 2016, então na prática a gente não tinha nenhuma flexibilidade, porque o orçamento é preparado no meio do ano anterior. A partir de 2017, pro orçamento de 2018, a gente preparou o orçamento. Que que a gente fez? A gente começou a implementar o processo do orçamento participativo, que foi uma ideia que nós tivemos enquanto gestão, e que é super legal de comentar, que é joia a iniciativa, mas tem que ficar muito claro ou nítido, que é só uma fatia bem pequena do orçamento que a gente conseguiu botar no orçamento participativo, e de novo, como eu te disse, a maioria já é super engessado. Mas em geral a gente criou algumas linhas de gestão para a deliberação de como utilizar o recurso e eu vou basicamente te relatar essas linhas. Primeiro sobre o recurso de custeio, da parte que a gente pode mexer, que a gente definiu: 1ª prioridade era assistência estudantil, para garantir que os estudantes fiquem na universidade, permaneçam; a 2ª prioridade é a atividades de ensino de graduação, então por exemplo, ah, se a gente ta em dúvida entre comprar um ar-condicionado pra uma sala de aula ou pra sala do reitor, é pra sala de aula prioridade, então as atividades de ensino são de graduação, laboratório, sala de aula, etc, sempre foram priorizadas; e depois as demais atividades acadêmicas, então atividades de pesquisa e de extensão; Por último as atividades administrativas, era como se fosse uma cascata de esforços, até porque a UFPEL tinha um histórico despendendo muito recurso nas atividades meio e pouco recurso nas atividades fins, isso é uma coisa. . O recurso de capital aí é um pouco mais complexo, porque o recurso de capital a gente tentou usar a mesma lógica, então a gente começou com assistência estudantil, tanto que no 1º ano a gente foi fazer o RU do ângulo, a gente foi comprar o ônibus para o transporte dos alunos, então a gente usou a mesma loja, também obras pra sala de aula, obras pra atender graduação era uma propriedade, mas no capital tu não tem tanta flexibilidade. Porque daqui a pouco tu tem assim, ah, eu tenho uma obra proprietária que é do curso de teatro dança, só que daqui a pouco essa obra custa 2000000 e naquele ano eu não tenho 2000000 eu tenho um milhão e pouco, aí não dá para

pagar 1000000 e pouco da obra de dois, ai tu chama o próximo da lista, então é mais ou menos assim que a gente organizou.

GD: Certo, e como se deu a construção da captação de recursos financeiros? O valor empenhado pela universidade tem base nos gastos permanentes, quais são as margens de ampliação para demais custeios que uma gestão tem, de acordo com a sua gestão? Como a universidade consegue ampliar o seu capital de investimento?

Reitor: olha, primeiro que é praticamente impossível né, porque na prática a gente nunca lidou com cenário de ampliação, a gente desde o começa da minha gestão lidou com um cenário de restrição de orçamento. O primeiro ano meu de gestão foi aquele ano que o Temer contingenciou tudo, né. Então assim, a lógica da ampliação é uma lógica que praticamente nunca existiu durante este período de gestão. Não quer dizer que a gente não tenha feito ampliações e mudanças, mas a princípio a conta sempre era para garantir que o orçamento já defasado viesse, e essa é uma estratégia de negociação do governo federal que é muito porca, mas que ao mesmo tempo funciona né. Por que a conta que eles fazem é o seguinte: o teu orçamento, digamos que era cem, no outro ano, só pela correção pela inflação, ele era para ser 110, faz de conta. Só que o que eles fazem, eles transformam em 70. Então tu consegues, com muito esforço, batalhar para chegar perto de cem, mas para chegar no 110 nunca, tu não consegues andar. Então na prática a margem para a ampliação era mínima. O que a gente acabou fazendo? A gente acabou fazendo estratégias de reutilização de recursos. Por exemplo, nós diminuimos gastos de contratos terceirizados para poder investir em mais bolsas de assistência estudantil, esse tipo de coisa. Mas especificamente sobre a tua pergunta, tem uma estratégia muito perversa do sistema que é a seguinte: Tu é empurrado a conseguir dinheiro extra de emenda parlamentar, ou seja, tu é empurrado como gestor a procurar os deputados pra como se fossem te fazer uma favor em sustentar a universidade. Especialmente para obras, essa é a realidade das universidades brasileiras hoje. E isso é horrível, né?! Porque a gente depende da disponibilidade parlamentar, depende de politicagem, que não é a forma de fazer universidade que a gente acredita. Então assim, existe uma forçação de barra em direção a que as universidades começam a se sustentar por meio de emenda parlamentar.

GD: Há, às vezes, de acordo com os dados, uma redução em orçamentos de um

ano para o outro. Muitas vezes a contragosto do orçamento aprovado pela universidade. Quais medidas são adotadas pela administração por conta desta diminuição de recursos de um ano para outro?

Reitor: Enquanto eu fui gestor a minha postura, na verdade, a nossa postura de gestão, foi tentar fazer com que a ponta sentisse o mínimo possível o impacto. Então assim, a gente fazia cortes no orçamento, que eram obrigatórios e necessários, mas tentando não cortar nas coisas daquela lista de prioridades que eu te falei. Então por exemplo, vou te dar uma coisa bem concreta assim: a gente conseguiu diminuir, comprando uma central telefônica nova, a gente diminuiu 60% a conta de telefone da universidade, isso é uma coisa que faz uma grande diferença e que não impacta diretamente na vida do aluno, na vida do professor, do técnico. Então a gente foi adotando políticas nesse sentido, mas é claro né, Geovanna, isso é uma estratégia de gestão que tem um limite, porque na prática eu não assumi a UFPEL com a UFPEL tendo desvio de recurso, com a UFPEL tendo corrupção. Não. Eu assumi a UFPEL tendo algum uso de recurso que eu julgava não prioritário, mas não tinha nada, não tinha um rombo nas contas da UFPEL, tinha uma universidade bem gerida com algumas coisas, por exemplo, tinha gasto de mais em terceirizados, não é em pessoas terceirizados, é em serviços terceirizados mal-usados. Eu vou te dar um exemplo bem concreto, assim: a gente tinha portaria e vigilância nos prédios aos domingos. Um acúmulo das duas coisas. Não tem necessidade, porque domingo os prédios não estão funcionando. Aí a gente manteve só a vigilância e diminuiu a portaria no domingo, mudamos todo o contrato, isso deu uma economia de quatro, cinco milhões. Então assim, na prática não tinha muitos lugares onde a gente pudesse diminuir. Uma coisa que a gente adotou como política, Geovanna, foi o seguinte: Nós não vamos nos enquadrar ao orçamento minguado que a gente recebe. Nós vamos batalhar para liberar orçamento total, mesmo que o orçamento total sempre fosse já defasado, mas a gente decidiu como política que nós não iríamos nos adequar a um orçamento menor. Isso na verdade foi uma política que nos debatemos na ANDIFES. Então assim, na ANDIFES nós decidimos: Olha, se a gente se adaptar a esse contingenciamento, ele vai se tornar eterno. Então que nós temos que fazer é manter as coisas normais da universidade, e por isso que a gente vinha a público na época e dizia, olha universidade vai funcionar até setembro, se não descontingenciar. Porque na prática a gente seguiu mantendo os gastos

normais, essa que é a verdade, até porque não tinha onde cortar, o que tinha que cortar foi para reorganizar e essas coisas que eu te falei. Essa foi uma postura pactuada na ANDIFES. Nem todos os reitores e reitoras seguiram, mas a maioria seguiu e eu fui um dos que seguiu. No final do ano, e aí eu tenho que te admitir, em todos os anos da minha gestão, no final do ano a gente conseguiu brigar, brigar e brigar e chegar no orçamento quase que total. Claro que num esforço que não era nem pra existir. A gente brigou, brigou, brigou para garantir, mas outras universidades não conseguiram, e aí tem a ver com eficiência de gestão, aí tem que comentar isso, porque a gente sempre conseguia executar o dinheiro, e aí chegando no final do ano a gente conseguia completar o 100%, ou muito perto disso, do orçamento, embora, sempre te lembrando que o orçamento já era sempre um retrocesso em relação aos anos anteriores. Deixa eu te fazer um parênteses, Geovanna, sobre isso. Eu não sei bem o quanto tu tá ciente disso, porque isso é uma coisa super importante pro teu trabalho. Qual é a maior perversidade da PEC 95 pra universidade? O que que a PEC diz? Alguns reitores mais ingênuos lá no começo disseram assim: - tu vê, nós estamos reclamando tanto do impacto da PEC nas universidades, mas se a PEC tivesse válida nos últimos dois, três anos, teria sido melhor. Isso lá atrás. Por quê? Porque a gente não tem recebido a correção pela inflação, então nós vamos pelo menos receber a correção pela inflação. Claro que isso já desmantelava o Plano Nacional de educação, mas pelo menos os reitores pensavam assim, (alguns reitores): -ah, pelo menos nós vamos ter alguma correção pela inflação. Mas isso é uma falácia total, porque na prática isso é do total do orçamento da universidade. E o total do orçamento da universidade, de 90 a 92% dele, é pagamento de salário, e só aumenta. Então na prática, o que que a PEC fez: quando a PEC diz que o orçamento do ano seguinte é o anterior, mas a correção pra inflação, já que o aumento da folha ele corre mais rápido que a inflação, porque tem aposentados e etc, na prática a PEC faz com que custeio e capital sempre diminuam. E é por isso que a gente tá nessa situação. Então a PEC ela é especialmente da morte para as universidades, por isso. Porque o nosso total, que é corrigido pela inflação, na verdade é um número fictício, que não existe em lugar nenhum no mundo. Se tu pegar o financiamento das universidades de fora do Brasil, não tem nenhuma universidade que tá no orçamento dela o pagamento dos inativos, por exemplo. E na nossa tá. Então, a gente tem uma bola de neve de um valor que só aumenta, que não era para ser por dentro do nosso orçamento, certamente que

era para ser por dentro dos orçamentos de outros orçamentos do Estado brasileiro, e isso faz com que a fatia real do orçamento de custeio e capital só reduzam.

GD: Como esse recurso chega para as unidades? Para que tipos de custeio a unidade pode usar esse valor? Quais são as possibilidades de utilização deste recurso pelas unidades? Como a unidade pode ter autonomia com relação a esta verba?

Reitor: A gente botou no programa da nossa gestão aumentar o recurso que ia para as unidades acadêmicas, porque isso era uma coisa que a gente julgava essencial. A gente queria descentralizar o recurso de forma que as unidades pudessem ter mais autonomia. Que que acontece. A gente tem uma matriz interna de distribuição de recursos, essa matriz foi criada, até, na gestão anterior, não foi na nossa, e a gente basicamente trabalhou com a ideia de sempre aumentar esse número. E conseguimos aumentar. Para todas as unidades, inclusive para a ESEF. Então, mesmo num cenário de muita restrição orçamentária a gente conseguiu aumentar. Por exemplo, a gente conseguiu redistribuir recurso de capital para as unidades acadêmicas, que era algo que a gente não vinha fazendo na universidade, nos últimos anos. A gente só fazia via edital pró-equipe, que era um edital competitivo, que aí as unidades podiam concorrer por recursos de capital. A gente conseguiu descentralizar mais recursos do que seria esperado, em face do tamanho da perda que nós tivemos. No caso da ESEF, eu não tenho os números atuais, talvez tu tenha aí, uma coisa que chamou a atenção, felizmente, é a que ESEF era uma das unidades acadêmicas que usava o recurso. Porque isso é um problema que a gente tem, Geovanna. É uma coisa que nem todo mundo fala, porque expõe os gestores das unidades. Mas às vezes tu descentraliza dinheiro para as unidades e as unidades não gastam. Imagina, num orçamento que tu tá uma merreca, tu não consegue dá bolsa pros alunos, as vezes tu descentraliza para as unidades e as unidades não gastam. Ou pior, as unidades “confessam” que não precisavam do dinheiro, fazendo o que, quando falta uma semana para acabar o prazo eles pegam todo o dinheiro que eles têm em compram em papel, tonner, coisas que pelas quantidades dariam para os próximos dez anos. Então assim, tem uma questão de gestão das unidades acadêmicas que nos incomoda bastante, como gestores da universidade, que é, as vezes algumas unidades, usando seu recurso de forma

super construtiva, tu nota que tão fazendo coisa. Algumas unidades, por exemplo, começaram a adotar uma política que a gente criou, bolsas com o orçamento da unidade, por exemplo. Eu não sei se a ESEF fez. Então a gente abriu a possibilidade, eu sei que o CLC fez. Tinha bolsa de extensão da unidade acadêmica. a unidade deu bolsa de extensão, além das bolsas que a universidade fornecia. Então, esse tipo de possibilidade se abriu com o orçamento na nossa gestão, mas realmente, o orçamento total, sendo suprimido, de uma forma ou de outra, as iniciativas perdem um pouco da força que poderiam ter. 5) Quando há cortes ou há contingenciamentos, qual é o tipo de custeio que é primeiramente afetado para resolver a devida falta de recursos? Quais são os setores mais prejudicados? Como se dá essa escolha? Como isso afeta as unidades de ensino?

Reitor: Na verdade, como é que a gente encarou: primeira parte da tua pergunta, com aquela lista de coisas que eu te falei. Contingenciou, a gente vai deixar de pagar outras coisas e vai pagar: primeiro da lista é assistência estudantil, depois priorizar as atividades relacionadas com o ensino de graduação e de pós-graduação (ensino), depois as atividades de pesquisa e extensão juntas, e depois as administrativas. a segunda linha é não aceitar o contingenciamento, pelo menos na minha gestão nós nunca aceitamos. ou seja, o contingenciamento fazia com que ao invés de receber 1/12 avos, que seria o esperado por mês, a gente recebesse 1/18 avos. O que que a gente podia fazer? ah, já que a gente sabe que vamos receber isso, vamos calcular e vamos usar esse valor. Não, a gente não fez isso. A gente manteve o gasto previsto exatamente para sinalizar para o governo que, olha, nós não temos dinheiro sobrando, não tem como cortar aqui. Essa foi a segunda coisa que a gente adotou. os contingenciamentos, em geral, eles foram revertidos, mas os cortes, como tu bem dissestes, não. Então, por exemplo: Quando o orçamento é votado e aprovado, acabou, aí é corte. Contingenciamento é dentro do orçamento existente quando eles começam a liberar o dinheiro em conta gotas. São duas coisas diferentes e as duas fazem mal para a universidade. Mas o corte é "irreversível". O corte te sinaliza que tu tem que procurar dinheiro fora (emenda parlamentar) e outra coisa, contingenciamento significa que tu tem que pressionar o governo. Então assim, os dois não eram para existir, mas o corte é muito mais danoso para a estrutura da UFPEL.

GD: Quando há a diminuição de recursos, de que forma ela tem impactado na organização curricular e na formação acadêmica dos estudantes?

Reitor: Olha, assim, influenciou muito mesmo, não é pouca coisa. Porque uma coisa é o nosso aluno no final de tudo, conseguir que os recursos fossem liberados, e ele ter a bolsa dele até o final do ano, por exemplo. outra coisa é a sensação de angústia que o aluno fica quando o aluno recebe a notícia que talvez a bolsa dele seja cortada no meio. ou o aluno que depende o RU e tá toda hora olhando a notícia de que tá faltando dinheiro para pagar comida na universidade, que é uma das coisas mais caras. Então assim, o impacto sobre a vida acadêmica como um todo e sobre a vida em geral é imenso. É muito difícil de mensurar, inclusive. talvez a forma mais fácil de mensurar, que é indireta, é olhar a quantidade de estrutura que nós tivemos que montar na PRAE para lidar com questões de saúde mental. Talvez esse seja o indicador mais concreto do peso do que aconteceu. A nossa estrutura da PRAE, eu na PRAE como reitor, olha, a gente contratou na nossa gestão, através de realocação de vaga de TA, psicólogo, psiquiatra, psicopedagogo, um monte de profissionais para lidar basicamente com questões de saúde mental da comunidade estudantil porque os estudantes, obviamente, ficam muito prejudicados ao receberem essas notícias toda a hora. Inclusive, uma coisa que a gente fez e que nem toda comunidade entendeu (claro, a maioria da comunidade entendeu, teve aprovação talvez de 90%, mas teve gente que não entendeu) foi quando a gente criou o curso de fisioterapia dentro da ESEF. Por que que a gente também quis criar o curso de fisioterapia? primeiro porque era um curso absolutamente necessário e não tinha nas universidades federais aqui da volta, então era uma demanda social grande. Mas a outra razão era porque nós queríamos sinalizar: Nós não aceitaremos reduzir o tamanho da universidade, nós vamos aumentar a universidade. a universidade está cumprindo seu papel e vai seguir cumprindo. então a gente fez um pouco deste movimento para mostrar: Olha, nós não estamos aceitando a posição do governo federal em nos sucatear, nós queremos é seguir crescendo. Então é um jogo que tu vai fazendo ao longo da gestão. O governo querendo te apequenar e tu querendo te agrandar, e aí tu nesse jogo. Claro que esse jogo é desgastante e machuca todo mundo, especialmente os estudantes, que são a ponta mais vulnerável do processo.

GD: Na sua gestão chegou a ter interrompimento das bolsas, mesmo que depois tenha se conseguido fazer o pagamento delas depois?

Reitor: eu acho que não chegou a acontecer isso, de ter que parar de pagar, mas teve que anunciar que pararia. Assim, é muito difícil Geovanna, mais aí eu entendo pela lógica do teu trabalho, eu tenho certeza de que tu vai conseguir captar isso. Quando eu era reitor, naquele ano primeiro do contingenciamento que teve as manifestações de rua, eu vou te botar para ti ter uma noção do que eu vou falar e eu acho que eu não estou exagerando. Eu recebi milhares, mais de centenas, eu recebi milhares de manifestações naquela época de pais e alunos perguntando -Professor, como é que vai fazer, a universidade vai fechar mesmo? Como é que vai ser, nós vamos perder a vaga? Nós vamos perder matrícula? vai ter ENEM ano que vem? esse sentimento ele é muito difícil de te descrever por que eu não tenho como quantificar diretamente, mas tu não tens ideia do que eu recebi. Era meu primeiro ano de gestão, entre primeiro e segundo, eu tinha sido eleito com altíssimo percentual de votos dos estudantes, então eu tinha muita popularidade, eu interagia muito com os estudantes nas redes, então assim, foi uma coisa. os estudantes e as famílias se apegaram em mim quando eles viram a notícia, a UFPEL vai fechar as portas no meio do ano. E foi uma coisa brutal, eu nunca respondi tanta mensagem na minha vida sobre - “professor, o que a gente pode fazer para ajudar?” Os pais me perguntando, e eu me lembro de dizer para os pais - olha, uma coisa que tu podes fazer é ir à manifestação no dia tal. Então assim, foi um momento muito marcante.

GD: Ao longo dos últimos anos, e durante a sua gestão, os programas de ensino, pesquisa e extensão (PIBID, PET, Segundo Tempo etc.) foram impactados pelas políticas dos governos federais? De que forma?

Reitor: Eu não tenho a informação exata se é especificamente pelo contingenciamento, mas durante toda a gestão, e aí eu posso te dizer com tranquilidade, toda a gestão mesmo, a gente lidou com ameaças. E aí eu vou te dizer de novo, essa estratégia do governo que dá certo. Qual foram as nossas manifestações para conseguir manter o PIBID e o PET funcionando? Porque a ameaça era de extinção, e isso nos tira força de lutar pela ampliação do PIBID, pela ampliação do PET. Porque a gente lutava era para mantê-los em pé. Eu me lembro

de um evento grande que eu fui do PIBID em que a pauta central, e eu fiz nota e fiz carta na época, mas a pauta central era a manutenção do PIBID, e no PET a mesma coisa. Eu fui num evento lá na FAEM, não me lembro se era nacional ou regional, e de novo, a pauta era a mesma, era como manter o PET funcionando. Então assim, a estratégia que me parece que está sendo adotada, que me parece não, que é bem evidente, é: vamos ameaçar de acabar para ver como é que vai ser a reação. Se a reação for grande a gente até não acaba, mas pelo menos a gente não expande. Se a reação for pequena a gente vai lá e acaba mesmo. Então é uma lógica que não tem vitória para nós, a gente só perde. O máximo que a gente consegue é não acabar. É resistir, mas encolhendo.

GD: O senhor percebe isso a nível nacional também?

Reitor: Não, em todo o sistema, e o pior, agora, com as intervenções nas universidades federais, tendo aí umas 20 universidades que o reitor ou a reitora é indicado pelo presidente sem ter vencido a consulta com a comunidade. O problema é que agora tu tem $\frac{1}{3}$ das gestões de universidades alinhada a essa posição. E aí o que que essa universidade faz? Esse que é o maior dano de todos, ela mostra pro governo que dá para encaixar no orçamento reduzido. Ela diz assim: Olha, não tem problema, já que o orçamento foi cortado em $\frac{1}{3}$, nós vamos cortar em $\frac{1}{3}$ em tudo, inclusive em vagas. E aí é o pior que tu pode fazer né, porque ai tu encolhe, que é o que o governo quer, que é diminuir o nosso papel e aumentar o papel do setor privado na educação, e tu ainda passa uma sinalização para a população que não entende o fluxo orçamentário dizendo: olha ai ó, lá onde estão fazendo boa gestão conseguiram se adequar no novo orçamento, esses da UFPEL é que não conseguem, ou da UFRGS. Então assim, tem uma perversidade grande, isso ai é em geral, e claro que isso afeta todos, inclusive a educação física.

GD: Em relação ao ingresso, permanência e evasão de estudantes, é possível observar algum impacto dos cortes orçamentários? Esses impactos estão ligados a assistência estudantil? De que forma?

Reitor: Aí entra na separação de coisa, uma coisa é a gente ter despendido os poucos recursos com prioridade para a assistência estudantil, outra coisa é a

assistência estudantil não ter nenhum prejuízo. A gente queria, por exemplo, ter expandido muito mais outros serviços da assistência estudantil que a gente não pôde expandir por causa do corte de orçamento. Vou te dar um exemplo bem concreto: Quando a gente planejou a frota de ônibus o nosso planejamento eram acho que 16 veículos, a gente conseguiu comprar acho que 13 no total, a gente nunca chegou no número que a gente tinha planejado. Quando a gente reestruturou o RU do ângulo a gente fez um RU daquela capacidade, mas se possível a gente queria ter feito maior, mas não dava. Nas bolsas, por mais que a gente tenha conseguido manter as bolsas de assistência estudantil e aumentar praticamente todas elas, as bolsas de ensino, pesquisa e extensão, que tem um caráter de ações afirmativas também às vezes embutido, essas nós não conseguimos sempre aumentar. Então assim, a gente teve um impacto grande do corte de recurso em assistência estudantil, mas a gente fez esforços para minimizar a perda. Eu acho que esse é o termo, é diminuir o tamanho do estrago, mas nunca conseguir fazer o que a gente poderia fazer. O exemplo bem concreto no caso da ESEF que não é assistência estudantil: quando a gente abriu a fisioterapia nós abrimos com a prioridade de construir um novo prédio ali, um novo bloco para ter mais laboratório, mais salas de aula etc. Esse novo bloco, se o nosso recurso de capital fosse o mesmo da época da gestão do Mauro, por exemplo, a gente construía em um ano, na situação atual talvez a gente demore cinco para construir. Esse é o impacto concreto direto que o corte de verbas faz. Tu não consegue usar o recurso, porque ele não existe, então é uma forma de exemplificar para as pessoas o quanto a gente perdeu.

GD: nesse sentido acaba que o planejamento não acontece da forma que vocês gostariam, ne?

Reitor: Isso foi muito problemático especialmente na época do REUNI. Porque o REUNI ele veio e tinha injeção de recurso grande, no caso da UFPEL foi muito mal utilizado, aliás, mas concretamente as constringências orçamentárias que sucederam ao REUNI mataram o REUNI de uma forma ou de outra, embora os benefícios estejam aí, tem mais gente, tem mais universidade, tem mais acesso, tem mais tudo. Mas na prática o REUNI foi um amplo programa de reestruturação e expansão que precisava de um orçamento compatível para seguir. Quando eu assumi, Geovanna,

o curso de jornalismo tinha seis professores, um curso com 400 alunos e que não tem evasão. Quando eles me contaram que no final do ano, quando ia organizar o TCC que eram 80 alunos, eles pegavam os 80 alunos e dividiam por 6 professores, eu não acreditei. claro, a gente conseguiu, os cursos menores foram muito beneficiados na nossa gestão, por essa lógica, que a gente também adotou como gestão que é fazer gestão para quem mais precisa e não para quem mais tem. Então assim, curso da TO, por exemplo dobrou o número de professores durante a nossa gestão, psicologia, jornalismo, todos esses cursos, Relações Internacionais, eles aumentaram muito a quantidade de professores e claro, alguns tiveram que perder. E isso que é o perverso da história, já que tu não tem nova vaga, tu tem que tirar. Claro que tu vai tirar de quem mais tem, mas existe o argumento justo dos outros, que é “pombas, vão nos sucatear para fazer os outros cursos”. E se torna uma luta, mas claro, a gente foi por essa lógica de gestão, nós precisamos fazer gestão para quem mais precisa e não para quem mais tem, e essa lógica nos guiou durante quatro anos.

GD: Entre os relatórios de gestão, há um que aponta que para cada professor equivalente a UFPel apresenta 7,41 alunos equivalentes de tempo integral. Este indicador tem sido crescente na UFPel para o período, atualmente cerca de 35% maior que o indicador de 2013 e taxa de crescimento anual de 8%. O senhor percebeu esse movimento durante a sua gestão? Como a reitoria na sua gestão se adequou as exigências no quesito relação aluno e professor?

Reitor: Isso foi previsto e isto tava inclusive no nosso contrato assinado do REUNI. Isso é uma coisa que a gente tem que deixar muito nítido. Quando a UFPEL assinou o contrato do REUNI, o pacto do REUNI do governo federal, tinha lá uma meta de chegar numa relação professor/aluno, que eu não me lembro qual era o número exato, mas eu acho que era ao redor de 8 para 1. Claro, a gente não queria crescer o número de alunos em detrimento do número de professor, mas a gente tinha uma relação professor aluno que era muito baixa mesmo, sinceramente, era muito baixa. e isso não é sucatear trabalho docente, isso não é precarizar trabalho docente, eu acho que tem um número aí que é razoável lidar, e eu não acho que o nosso número ele seja não razoável, eu acho que o número ele é aceitável. a questão é como distribuir essa carga de trabalho entre os docentes de uma maneira mais equitativa,

de uma maneira mais justa, e isso realmente é um desafio, e eu te diria, a agente avançou, mas não avançou o suficiente. por exemplo, a gente ficou quatro anos fazendo uma discussão completamente ridícula sobre carga horária docente, com uma posição muito ruim inclusive do sindicato ADUFPEL, fazendo uma briga gigantesca se tem que ser oito horas de ensino ou 9,6 horas/aulas de ensino, que na prática é uma discussão pequena. A LDB diz 8 horas de ensino, e aí o nosso sindicato quer interpretar 8 horas de ensino como 8 horas/aula de ensino. E não é isso que diz na lei, não pode, é uma interpretação meio forçação de barra. e aí ao mesmo tempo que a gente desigualdade em carga horaria docente, uma série de coisas, a gente ta vendo o nosso sindicato brigando por 1,6 horas/aulas. Tem uma coisa ai que é meio desanimadora também, de um corporativismo e conservadorismo da própria classe docente. A gente não quer virar uma universidade privada que todo mundo passa todo tempo em sala de aula, mas as 8 horas da LDB a gente tem que estar em atividade de ensino. E quando a gente tem o próprio sindicato trabalhando contra isos, a gente começa a esticar a corda de um jeito que fica muito ruim. Eu não posso deixar de dizer isso, o quanto é decepcionante ver essa posição partindo de alguns colegas nossos.

GD: e o senhor poderia falar um pouquinho mais sobre isso com relação a ESEF?

Reitor: A ESEF é um dos cursos que não ganhou muito professor, acho que até perdeu professores durante a nossa gestão, a ESEF como Educação Física, claro que com a fisioterapia aumentou, né. A gente fez uma organização que pelo menos garantia sete vagas docentes novas para o curso de fisioterapia, que isso foi o que faltou nas outras vezes. A UFPEL criava curso com dois ou três professores, e nós botamos no CONSUN que nós só aprovaríamos com sete vagas docentes. E isso o CONSUN aprovou e então está aprovado, e agora os concursos estão tudo aí para ser aberto. Mas esse impacto da carga horária ele é sentido em todos os ambientes, inclusive na ESEF. Então a gente tem desigualdades importantes na distribuição de carga horária na ESEF e na UFPEL. Então enquanto a gente fica discutindo se o mínimo tem que ser 8 ou 9,6 parece que a gente foge de discutir o que realmente importa que é, olha tem professor dando 16 horas de ensino e tem professor dando cinco, quatro, vamos enfrentar os privilégios internos e aí vamos trabalhar depois

com a média, mas não, a gente pra não enfrentar a discussão interna a gente fica discutindo coisas que não são as mais prioritárias.

GD: Os relatórios apontam para uma redução dos contratos terceirizados, como essas decisões são tomadas? Como o senhor enfrentou isso na sua gestão?

Reitor: Boa parte do recurso de custeio da universidade ele é gasto com o serviço terceirizado, que eram no começo da minha gestão sete empresas (segurança, portaria, serviços gerais, motoristas, tratadores de animais, não me lembro exatamente todos). o que que a gente fez? A nossa política é: nós temos que reduzir esse valor consideravelmente sem diminuir o número de pessoas, para evitar contribuir com o desemprego, etc. Então a nossa política foi essa que eu te falei. Então por exemplo, quando a gente diminuiu os porteiros do final de semana (do domingo), a gente evitou e não precisou demitir gente, a gente só refez os contratos. um outro caso que ficou marcado, que a gente até aumentou o número de pessoas, a gente tirou a arma da maioria dos vigilantes da UFPEL, tirou a arma de fogo, porque isso, sinceramente, só servia para ser roubada, então a gente deixou a arma de fogo só em dois ou três lugares chaves e no resto tudo a gente tirou, isso barateia o custo imensamente nos contratos, e aí a gente aumentou a quantidade de postos e mais pessoas. Então assim, a gente conseguiu nos serviços terceirizados, eu te diria assim: a gente reduziu em 30% mais ou menos o custo, que é grande, é um custo de (acho que) quase 20 milhões por ano, a gente reduziu em 30% desse custo praticamente sem redução do número de pessoas. Nos serviços gerais isso também foi importante, a gente reduziu tanto nos outros serviços, que nos serviços gerais, que são as pessoas que dão conta da manutenção, da estrutura a gente aumentou. A gente fez tudo para não diminuir a quantidade de pessoas. Mas aí, claro, em alguns casos foi necessário, por exemplo: eu me lembro de operador de barragem que tratava lá da barragem da eclusa a gente diminuiu, eram acho que nove e ficaram seis. teve casos em que a gente diminuiu, mas em geral a gente diminuiu mais os custos do que as pessoas.

GD: isso como uma política de gestão né, a questão é que já que tem que fazer os cortes, a gestão organiza como fazer esses cortes.

Reitor: aí volta naquilo que eu te falei lá no começo, Geovanna. São estratégias. A gente decidiu priorizar a assistência estudantil, tem universidades que fizeram o seguinte: ah, o corte é de 20%, eu vou cortar 20% em tudo. E aí tu rala. Eu preferi cortar 50% na conta de luz para não cortar bolsa, como gestor, mas outras universidades botaram o corte linear. Uma coisa que na nossa gestão é super marcante, provavelmente nós somos a gestão que menos viajou, da história da UFPEL, pra Brasília etc. E isso até tem um ponto negativo, vamos falar a verdade, mas por outro lado, eu prefiro deixar de ir a Brasília e manter a bolsa do aluno. Então a gente foi adotando essas estratégias de sobrevivência que são danosas, mas tentando diminuir o custo “das medidas” no que mais precisa, que é o aluno, especialmente o aluno vulnerável.

GD: e de uma forma geral, na sua gestão, no que tange contratos de terceirizados, de docentes, servidores, teve um aumento ou uma diminuição?

Reitor: De docentes teve até um pequeno aumento, porque a gente conseguiu algumas vagas, mas basicamente, a estabilização. De técnicos teve uma diminuição considerável porque alguns cargos foram extintos sem reposição, que era um absurdo dos absurdos, em relação aos terceirizados praticamente manteve, em relação aos alunos praticamente manteve. Então dá pra dizer que a universidade não encolheu durante a nossa gestão, que era uma prioridade nossa, embora nosso orçamento tenha encolhido, mas em termos de pessoal não encolheu, com exceção dos técnicos, que aí não tem o que fazer, porque realmente eles extinguiram alguns cargos.

GD: Quando um docente se aposenta, a vaga retorna para a unidade? Existe um critério para a reposição de vagas?

Reitor: A gente criou uma política para isso, aprovada nos conselhos superiores. No começo da gestão era assim: para cada três vagas de aposentadoria só uma voltava imediatamente para a unidade, as outras duas iam para o banco de vagas, e aí o banco de vagas abria editais. Depois do meio da gestão a gente mudou isso, de cada três, duas voltam para unidade, e uma vai para o banco de vagas. Então foi assim que a gente se posicionou. E por que que a gente fez isso? exatamente por

aquela lógica que eu te falei de priorizar quem menos tem, então se tu não fizer isso, tu não consegue priorizar quem menos tem. Então a gente fez essa estratégia durante toda a gestão. Primeiro volta uma de cada três e automaticamente as outras duas tu tem que ir lá no edital, depois volta duas de cada três e a outra tu tem que ir lá brigar no edital. Claro que isso fez com que os cursos novos, porque os editais contemplavam prioritariamente os cursos novos, com mais necessidades, mas as unidades mais antigas, maiores ficaram incomodadas com essa nossa postura, isso é normal.

GD: Há casos de estudantes (graduação e pós) bolsistas que trabalham em setores administrativos?

Reitor: isso existia na UFPEL, formalizados, inclusive, e a gente acabou com isso. Tinha muito estudante fazendo trabalho administrativo. o que a gente criou depois foram as bolsas de desenvolvimento institucional. que ai não é exatamente isso, são pontos do PDI e dos PDU's das unidades que poderiam ser atingidos por meios de projetos que contariam com bolsistas, mas ai não é pra fazer o trabalho administrativo do técnico, não pode, isso é contra a lei, é precarizar o trabalho. São atividades específicas, por exemplo: o nosso PDI dizia lá que a gente ia implementar um orçamento participativo, então tu pode, via PROPLA, selecionar uma bolsista para ser o executor, junto com a pró-reitoria etc, do orçamento participativo. é uma tarefa que tem um componente administrativo mas tem um componente de processo ensino aprendizagem dos pilares da universidade. Então a gente, ao contrário, a gente encerrou essas atividades tanto dos estudantes quanto dos FAU, porque isso é uma outra coisa, tinha muita gente a FAU (da fundação) que exercia tarefa administrativa na universidade, e a gente acabou com isso e tentou acabar dos estudantes, mas ai depois a gente criou essas bolsas de desenvolvimento institucional, que de uma forma ou de outra são para atingir objetivos do PDI e do PDU que não são necessariamente projetos de ensino, pesquisa e extensão. Vou te dar um exemplo: a ESEF não fez isso, mas poderia ter feito. A ESEF poderia ter contratado um estudante, nessas bolsas e desenvolvimento institucional, para ajudar a trabalhar com a equipe da PROPLAN no desenho do prédio esse, um estudante da arquitetura. Esse tipo de atividade foi feito, mas sempre priorizando o componente acadêmico disso e não o componente administrativo.

APÊNDICE D - Entrevista Professor Doutor Eduardo Merino realizada em 18 de agosto de 2021.

TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA

ENTREVISTADO: Prof. Dr. Eduardo Merino

Data: 18/08/2021

Entrevistadora: Geovanna Caroline Zanini Dutra

Local: Chamada de vídeo (Online)

Duração: 30 minutos

GD: Bom dia, professor. Muito obrigada por participar, mais uma vez, deste trabalho. Esta segunda entrevista tem o intuito de tentar aprofundar a discussão com os documentos e relatórios já investigados. Indo direto ao assunto, o que eu queria lhe apresentar é o seguinte, Na primeira conversa a gente identificou que houve, apesar dos cortes na educação que aconteceram, houve mais ou menos um nivelamento, e de certa forma o orçamento não se alterou nesses últimos 3 anos (2018, 19 e 20). Nesse sentido, a minha pergunta é se, como para a UFPel), se esse valor de repasse para ESEF também se manteve equilibrado, ano a ano?

Diretor: Ele foi alterado ano a ano, por quê? O orçamento, ele vem um valor cheio para universidade. Tem despesas fixas que eles pagam: terceirizados, água, luz e telefone. Então, na medida em que diminui alguma coisa, algum corte tem sido feito. Eu até fiz um levantamento mais preparado do que na outra entrevista, naquela eu achei que eu não consegui te atender sabe, enfim... daí eu fui atrás de dados aqui, busquei as planilhas. Então assim, cada unidade recebe uma verba para 1 ano, para comprar coisas permanentes materiais de custeio do dia a dia (papel higiênico etc). E outra para comprar equipamentos, são rubricas diferentes. Então assim, em 2018 a ESEF-UFPel recebeu os R\$ 116.475,00 para tudo, inclusive pagar bancas de professores que vem aqui participar, diárias, é a verba que a unidade tem para se virar com tudo. Depois em 2019 foi R\$ 90.000,00, então já teve um corte de R\$ 26.000,00. Teria que ver, mas dá sei lá 20 e poucos por cento. Em 2020 foi R\$

48.000. Então assim: de 2018, que foi 116 para 2020, foi pela metade teve de corte aqui da unidade. E agora nesse ano, por enquanto, a gente recebeu R\$ 15.000,00. Porque a verba vai entrando ao longo do ano. Então assim, a gente não tem nenhuma garantia. Existe uma previsão, a cada período eles vão largando. Até outubro, isso tem que sair de tudo. Então a gente já se organizou para as compras que a gente precisa fazer, digamos assim, para esse ano. Tudo baseado em uma possível volta. Então os nossos recursos todos agora é álcool em gel, enfim. Porque no ano passado, eu estou até me adiantando, não sei se estou falando demais, mas no ano passado, por conta da pandemia, a gente não teve um monte de coisas aqui, então a gente acabou não tendo os gastos que normalmente a gente teria. É compra de materiais, a gente comprou materiais em 2019, aí em 2020 não precisou comprar de novo porque não usou. Então a gente conseguiu comprar uma série de equipamentos, coisa que estava faltando: data show para todas as salas, a gente foi comprando. Mas agora com a volta, esses recursos vão ter que ser destinados para isso e coisas que sempre estão acontecendo. É uma reforma de um telhado, porque as coisas não param. Mesmo com a pandemia eu tenho vindo, estou até aqui na ESEF, tem gente cortando grama, tem que buscar a gasolina, tem o trator que não pega, paga uma bateria. O diretor é o síndico, não manda nada aqui, quem manda é o departamento. Eu estou aqui para trabalhar (risos).

GD: Certo, na sua opinião, essa situação ocasionou um impacto na formação dos estudantes da ESEF?

Diretor: Eu acho que não atingiu diretamente. Apesar de tudo isso, sabe. Ele atingiu de repente mais os professores que não conseguem viajar para participar do evento, uma inscrição, coisas desse tipo de despesa. Acho que ainda não atingiu os alunos, porque esse ano se ficar nessa média, ou subir um pouquinho, eu acho que a médio prazo, se continuar nesse ritmo ou se estabilizar, não precisa nem diminuir, pode ser que a gente tenha problemas em relação, por exemplo, a questão dos materiais: bolas para as aulas, esse tipo de coisa. São problemas que a gente ainda não tem porque a gente está com estoque por conta da pandemia. Então a pandemia, não sei se mascarou, mas ela criou um cenário diferente, pra nós. Agora eu acho que o que impactou também, porque não foi só esses cortes, a gente teve também diminuição de outros projetos, diminuição de bolsas de pesquisa, de bolsas institucionais também, para a extensão. Então isso pode prejudicar, ou ter prejudicado os alunos nessa participação, na dedicação que eles têm quando eles

são bolsistas. O nível de responsabilidade quando se é bolsista e pensar também na questão financeira, pois tem muitos alunos que são de outras cidades e vêm para cá. E uma bolsa, que não é um valor muito grande, são R\$ 400,00 é importante, até para a manutenção, para a sobrevivência do acadêmico.

GD:Certo, mas professor então me explica uma coisa: Na verdade, nos relatórios consta que a ESEF, em 2020, recebeu, 1.511.911,49. Como esse dinheiro é gerenciado? Para onde ele é destinado? Ele é tanto para custeio e investimento?

Diretor: Esse valor que eu te falei são as verbas que a gente recebe do governo federal para a manutenção da unidade. Qualquer outra verba, captação, que algum professor faça através de um projeto, ela entra pela unidade. Então esse R\$ 1.000.000,00 aí, o Pedro (professor da unidade) fez um trabalho junto com o Ministério da saúde. Ele elaborou a cartilha das atividades físicas, eu acho que foram 3 projetos do Pedro captou uma verba. Essa verba teve que entrar nessa conta, via fundação. Mas a gente não tem nenhuma gerência sobre isso, nem sobre gastar, nem prestação de contas, é tudo um projeto dele. Na nossa outra conversa o senhor comentou que houve uma diminuição na verba vinda via fundação devido a evasão dos alunos, que isso diminuía a nota a unidade e por isso menos repasse. Passado esse período, a evasão continua aumentando? A unidade tem recebido menos verba por causa disso? Qual é o motivo que o senhor julga, da evasão?

Diretor: Eles têm uma planilha aqui, Geovanna. Eu não sou muito bom de matemática, então um dia eu fui lá falar com o cara pra tentar entender. Uma planilha muito grande, então ela tem esse dado e outros dados, porque não é só isso, né. Então esse é um dado que compõem também essa planilha. As unidades são diferentes, a ESEF é a única unidade que tem um trator, Tem Campus, então eles têm uma composição pra poder chegar nesse cálculo, certo?

GD: A evasão aumentou com a pandemia? Ou se estabilizou?

Diretor: Não, sempre tem. Eu não teria os dados, até esse é um levantamento interessante, para ver os dados do ano passado. Porque nas minhas turmas, falando com o professor, eu tive muita desistência de aluno. Nenhuma turma teve menos de 20% de evasão. Às vezes o aluno se matricula em várias disciplinas, mas ai não

conseguia acompanhar. Outro dia eu conversando com os professores aqui, porque para nós é muito fácil, nós somos a elite, nós temos um bom equipamento nós conseguimos desenvolver, agora o aluno... Eu tenho um aluno que tá lá no interior de Canguçu, quando chove não tem internet, então ele não consegue assistir aula. Então são várias dificuldades que acontecem. Eu acho que A gente teve mais evasão e mais problemas, até de perda de contato. Tinha dois alunos que eram até do meu grupo de pesquisa, que ele teve que voltar para a cidade dele de Caxias e ele resolveu desistir da educação física faltando dois semestres, e ele resolveu se tatuador; o outro, voltou para a cidade dele, que é Minas Gerais, ficou um ano aqui pagando despesa e está meio perdido. Então eu acho que isso afetou inclusive é a parte psicológica, o desejo das pessoas afetou muito, sabe? Esse vínculo com a universidade do dia a dia, vir no RU (Restaurante Universitário), vir nos projetos isso, aí ficou bem comprometido.

GD: Na nossa conversa o senhor apontou que a ESEF conta com 35 professores. E que pelos nossos cálculos ingressavam 130 alunos por ano. Segue essa mesma conta?

Diretor: Não, a gente não teve nenhuma vaga gerada nova, o que a gente teve é um substituto de alguém que saiu. A gente não gerou, na verdade geramos uma pra pós-graduação, que veio aqui pra EFES que teve por conta de um rateio que eles fizeram lá, por produtividade. Nosso critério era cinco, e também pelo critério da Pós, porque a pós ela é um pouco mais independente, digamos assim, pelos seus critérios. Tem um grupo que trabalha, então do ponto administrativo eles são mais independentes, tem a própria UGE, que é onde eles fazem a gestão dos recursos deles, mas entrou um professor lá. Agora a gente teve na ESEF uma nova realidade no ano passado, a inclusão do curso de fisioterapia. Então é mais uma turma que entrou de 50 alunos na ESEF. E aí de novo, nós tínhamos uma promessa de uma construção de um espaço que acabou não ocorrendo e que a pandemia está mascarando o problema nosso de curto e médio prazo, que é a questão do espaço físico. Salas de aula, salas para professores. Então agora está tendo concurso para 3 professores da fisioterapia, e que vão chegar, e assim como todos, vão ter o mesmo direito de ter seu gabinete, a sua sala, então a gente vai ter que fazer uma ginástica, digamos assim, para poder ver isso e tem coisas que a gente não vai ter

como resolver, porque depende da construção de um prédio, espaço físico a gente, tem um espaço para construir. O que nos falta é área construída.

GD: Certo, eu lembro que o senhor chegou a comentar isso, então esse curso ele já está funcionando só que ele não tem professor ainda, e quem está assumindo são os professores de educação física?

Diretor: Isso, foram 3 professores da educação física que assumiram, mas agora o concurso já está aberto para 3 vagas. Quando se criou essas vagas para o concurso efetivo se pode abrir vagas para substituto, só que não abriram três, abriram duas, então hoje a gente tem cinco professores no curso de fisioterapia, sendo que só 2 serão de lá né. Então na verdade a gente vai ter 3 professores, até o fim do ano, da fisioterapia, a mais no nosso corpo docente

GD: No Plano de Desenvolvimento do Unidade (PDU) de 2019-2020 aparece que os seguintes itens são visto como uma ameaça: Política atual de austeridade fiscal, com menor investimento em pesquisa. * Diminuição no número de bolsas de iniciação científica, mestrado e doutorado. * Segurança no entorno da ESEF dificulta o direito de ir e vir dos usuários dos projetos/programas. O senhor pode nos explicar se isso permanece, pois já estamos em 2021?

Diretor: olha só, agora a gente está elaborando 2021, a gente institucionalmente. Então estamos desenvolvendo agora o PDI, que é o plano de desenvolvimento institucional. Eu sou de uma comissão que é a comissão de gestão de pessoas. Hoje tivemos a primeira reunião. Então é todo um processo muito participativo. A gente criou aqui toda uma situação, tipo uma assembleia mesmo, levamos a galera pro auditório, apresentamos o projeto, apresentamos todas as etapas de construção dele, os itens que estavam dispostos ali para serem estruturados, porque a gente tem os eixos todos ali, institucional, etc., eles já vem prontos. E aí a gente pôde discutir, elencar as dificuldades. Foi um projeto que demorou bastante, pelo tempo da discussão que a gente fez, mas foi um processo bem interessante, eu gostei porque lembrava o tempo da escola cidadã em Porto Alegre, quando eu era professor da rede municipal, lá no início quando se implantou isso, então foi legal, foi muito bom. E teve essa ampla participação, de todos os professores, alunos e servidores também.

GD: Então com base no PDI, se elabora o PDU? É isso?

Diretor: Isso, porque aí eu tenho também um norte pra onde vai a instituição, o planejamento, planejar é olhar o futuro. Eu sou administrador também, eu gosto dessa parte técnica para caramba, é por isso que eu estou lá nessa comissão. Então é isso, tu faz o da Instituição, porque não faz sentido a gente ter um plano da instituição e uma unidade ter um olhar diferente.

GD: Mas o que eu lhe pergunto é o seguinte. Eu olhei lá no PDU e aparece, por exemplo, a construção da piscina. Mas em nenhum relatório de gestão da instituição aparece a palavra piscina, a não ser para abordar sobre o orçamento do aluguel, que é de R\$ 6.200,00 por mês.

Diretor: Que é o aluguel.

GD: Isso, então a minha pergunta é porque a unidade aponta esse objetivo como importante, mas para a universidade está distante dessa ideia, não aparece nas metas dos relatórios?

Diretor: é, nós tínhamos um Pedro que era o nosso reitor. Ele lutou bastante, trouxe o curso para cá e a ideia era que a gente construísse e se tivéssemos a nossa própria piscina, por isso que a gente colocou. Mas nem tudo o que tu colocas no PDU vai se concretizar. É o nosso sonho, nosso sonho é ter uma piscina aqui para desenvolver os projetos, pensando no curso de fisioterapia que viria também. E agora com o curso de fisioterapia isso vai se potencializar mais ainda, essa necessidade. A gente ter uma piscina para nataçãõ e uma para reabilitaçãõ, que é diferente a altura e tal. Eu não manjo muito, mas sei que tem diferenças grandes técnicas em relação a essa questão da piscina ela está ali, e vai retomar. Nós recebemos, e aí é uma coisa que não está em nenhum relatório, Giovanna, teve um caso judicial aqui na UFPel de um professor que teve que devolver o dinheiro, pois ele tinha dedicação exclusiva e ele tinha negócios fora, e não cumpria com essa questão. Quem sofreu processo e teve que devolver um bom dinheiro para ufpe, e aí ele negociou, nisso aí, a construção de um prédio aqui, da fisioterapia, com piscina, com várias coisas, mas no fim isso acabou não acontecendo cara negociou,

a gente ficou bem feliz aqui, o Pedro apresentou, bah vai sair, porque para eles seria mais vantajoso porque ele é um engenheiro e tem uma construtora mas no fim resolveu dar para trás, digamos assim, para deixar até a última instância judicial para que quando ele tiver que pagar ele pagar parceladamente, e nos ferrou. Mas é isso, é a piscina é um sonho antigo da UFPel, a gente completou 50 anos esse ano, de ESEF. É um sonho, mas é um sonho vai dar muito trabalho porque eu já eu trabalhei na ULBRA 10 anos, eu fui diretor lá, e a piscina é um custo muito alto pra tu manter uma piscina, tem que ter um funcionário lá, no inverno e verão, aquilo lá se desaquece de noite no outro dia ela tá fria, demora um tempão para aquecer, então vai ser um desafio construir e manter a pesquisa.

GD: Outra questão que aparece no PDU é que constam identificadas 3 ameaças que vocês identificaram, uma é a política de atual da austeridade fiscal; a segunda é a diminuição do número de bolsas de iniciação científica e a terceira a segurança no entorno ESEF. Como que foi a elaboração desta síntese? Num planejamento estratégico a gente tem uma matriz que a gente chama Swat, traduzido em português é forças, que a gente identifica as forças, as fraquezas, as ameaças e as oportunidades. Então o ambiente interno são as nossas forças, pelo que a gente pode fazer de melhor com essa infraestrutura, com o pessoal que a gente tem; e as fraquezas seriam contrárias, as nossas deficiências internas, falta de sei lá, de alguma coisa no banheiro de Acessibilidade, etc,. E as ameaças estão relacionadas ao ambiente externo, variáveis que tu não controla, então por exemplo a política governamental que foi implantada que vem historicamente esses últimos tempos, ela tem uma direção contrária, isso a gente não consegue controlar, por isso ela é uma ameaça, uma ameaça a nossa sobrevivência, é uma ameaça real, concreta. Então as questão das bolsas também que se efetivou corte de vários programas. E a segurança foi colocada pelos alunos, da noite principalmente, por assaltos que tinham aqui da ESEF até lá esquina tem umas duas ou três quadras que de noite são bem perigosas. Então o que a gente fez nessa ação, nós solicitamos para desviar a parada de ônibus, mas isso ainda não foi efetivado, porque depois veio a pandemia. Outra coisa que a gente fez foi melhorar o nosso ônibus aqui, interno da ufpel, porque o Pedro ele reconstruiu a frota. Nós tínhamos uma questão muito ruim aqui, do ponto de vista da logística dos ônibus da ufpel para o campus Capão do Leão, etc,. Então a gente conseguiu colocar um horário mais, porque só tinha um

ônibus no final da noite, e às vezes o aluno saiu no meio da noite, e aí a gente conseguiu colocar 2 ônibus. Então a gente conseguiu atuar um pouco nisso, por isso que eles constam como ameaças, porque que são coisas que a gente não tinha muito controle: questão da segurança e da dados e metas governamentais.

GD: Mas será que isso não respinga um pouco na questão do gerenciamento da segurança interna, por exemplo, na falta de terceirizados para a segurança?

Diretor: Não, nesse ano agora no período de pandemia que reduziram um vigilante aqui, a parte da limpeza também, nós tínhamos três, ficaram duas porque também não tem aluno e não tem sentido manter todo um gasto, mas internamente a segurança continua tranquilo certo.

GD: Ao longo dos últimos anos, as bolsas oscilam, mas de 2019 e 2020, segundo os relatórios, as bolsas de extensão aumentaram de 6 para 9. Isso se deu por projetos de extensão ou por organização da reitoria?

Diretor: Eu acho que teve um aumento na questão do Pedro. Essa gestão foi muito boa do ponto de vista como reitor aqui na UFPel, então se investiu muito na política estudantil, no aumento do bolsas, eles fez render o orçamento que tinha diminuição, parece que ele triplicou o valor das coisas sabe daquilo que ele recebia, mesmo foi diminuindo o valor que ele recebia. Ele conseguiu realizar muitas coisas, então teve uma política de desenvolvimento ao longo dos anos, na gestão do Pedro, mas também teve isso dos professores também indo atrás. Porque as bolsas estão disponíveis, mas o professor tem que se candidatar, tem que ter o seu projeto, tem que ter mérito, enfim.

GD: Certo, então é muito mais por uma política aí de organização da ufpe do que por um processo de que esse ampliou nacionalmente nas bolsas de extensão?

Diretor: A UFPel foi uma universidade de referência em termos de resistência aqui ao atual governo. Estou falando da gestão do Pedro que é a minha gestão mais ou menos, começou um ano antes. Então isso de mostrar que é possível fazer uma universidade pública de qualidade e participativa e fazer a melhora da aplicação dos

recursos, né. Porque antes tinham outras ideias e se aplicavam outras coisas, então foi feito uma série de estudos para melhorar essa questão financeira aqui da UFPeL, fizeram um RU imenso novo, coisa mais linda, e ninguém acreditava. Quando o Pedro fez a campanha (parece até que estou fazendo campanha para ele) as pessoas achavam uma tolice aqui, o que que esse guri quer aqui? E pô, ele fez muita coisa, muita coisa mesmo. Essa foi toda uma expansão né, o atendimento aos alunos foi fantástico aqui.

GD: Por último, assim, nós já estamos encerrando para não ficar lhe atrasando aí. Esse mapeamento do PDU, houve um Balanço do que que foi atingido, do que não foi atingido?

Diretor: Isso aí eu vou dizer que é uma fraqueza, assumidamente. Assim, porque a gente não se debruçou, isso tem que ser feito a cada ano, no final do ano. Porque a gente tem as metas por ano, então agora no final da minha gestão, que é daqui uns meses, eu já estou começando a organizar o meu relatório de gestão e vou levar as coisas que a gente conseguiu cumprir dali do PDU, as coisas que eu fiz que não estavam no PDU. Então isso vai ser levado adiante, até porque agora a gente vai se debruçar diante de uma o plano, e não faz sentido planejar e não acompanhar o que está rolando ali, não fiscalizar, não redefinir metas, por exemplo. É que eu vou te dizer uma coisa sinceramente, o pessoal tem ojeriza assim, foge dos cargos e de coisas administrativas. Não que as pessoas não querem discutir aqui. Aqui na ESEF as pessoas têm uma forte cultura democrática, de levar tudo para o departamento, mas essas coisas as pessoas não têm interesse de discutir a todo momento questões administrativas. Se discutiu muito a questão pedagógica. uso de espaço, materiais e tal. E é uma dificuldade até para conseguir as pessoas para cargos administrativos, chefe de departamento, é uma briga, cada deles querem dar aula, querem cuidar da sua vida acadêmica.

GD: O senhor tem alguns documentos que me ajudariam nesse estudo?

Diretor: eu tenho esses relatórios aqui, mas eu não sei se eu posso te passar, teria que ver. Em outubro sairá o relatório de gestão, aí tu já tens mais um documento.

APÊNDICE E: Banco de dados da pesquisa bibliográfica

A busca foi feita com as palavras “emenda constitucional 95/2016” e “formação superior em educação física”, com a data estabelecida a partir de 2013. Foram encontradas cinco dissertações e três teses. A pesquisa foi feita do acervo online da CAPES.

Dissertações
SILVA, VIRGINIA GOMES DE BARROS E. A primazia da ordem financeira sobre a constituição econômica: um estudo da emenda constitucional 95/2016' 08/08/2018 105 f. Mestrado em DIREITO POLÍTICO E ECONÔMICO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca George Alexander - Setorial Direito
FALEIRO, JANINE ROSI. Financiamento da saúde e retrocesso social: uma análise da (in) constitucionalidade da emenda constitucional 95/2016' 10/04/2018 189 f. Mestrado em DIREITO Instituição de Ensino: FACULDADE DE DIREITO DA FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, Porto Alegre Biblioteca Depositária: Fundação Escola Superior do Ministério Público, biblioteca Paulo Pinto de Carvalho
DAHLKE, ANA PAULA. A SAÚDE NOS CURRÍCULOS DE FORMAÇÃO SUPERIOR EM EDUCAÇÃO FÍSICA: uma Análise do Discurso de estudantes dos cursos de Licenciatura e Bacharelado da UFRGS' 21/09/2017 165 f. Mestrado em CIÊNCIAS DO MOVIMENTO HUMANO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre Biblioteca Depositária: Edgar Sperb
MORAIS, RAMONA MENDES FONTOURA DE. Gestando uma “profissão relativamente nova”: a Educação Física na Escola de Aperfeiçoamento (Belo Horizonte, 1927-1945)' 31/08/2015 140 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de

Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca
Depositária: Biblioteca Digital da UFMG

TALAMONI, GUILHERME AUGUSTO. A TRAJETÓRIA DE TREINADORES DE FUTEBOL CAMPEÕES BRASILEIROS: Análise das implicações da formação na atuação profissional' 23/08/2013 124 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA MOTRICIDADE
Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/RIO CLARO, Rio Claro Biblioteca Depositária: IB - RIO CLARO - SP

Teses

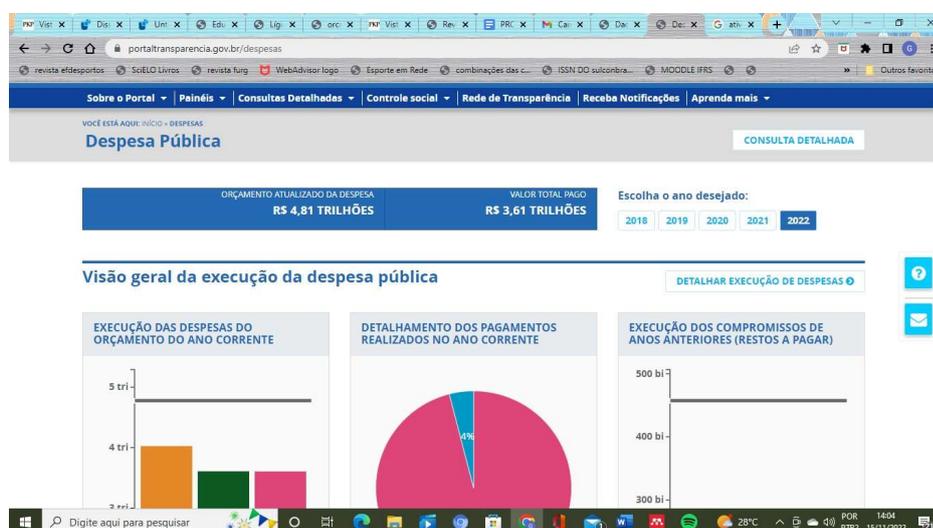
GOMES, JOSE WELIGTON FELIX. ANÁLISE DE POLÍTICAS FISCAIS ATRAVÉS DE MODELOS DINÂMICOS DE EQUILÍBRIO GERAL COM AGENTES HETEROGÊNEOS' 19/12/2017 109 f. Doutorado em ECONOMIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, Fortaleza Biblioteca Depositária: Biblioteca do Programa de Pós-Graduação em Economia - CAEN

CARRILLO, JAIME HUMBERTO PACHECO. A disciplina Educação Física Adaptada nas universidades do Chile' 29/01/2014 undefined f. Doutorado em EDUCAÇÃO FÍSICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: BC-UNICAMP

WACHS, FELIPE. FUNÇÕES SANITÁRIAS PROJETADAS NOS CURRÍCULOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA: ESTUDO A PARTIR DA DISCIPLINA DE HIGIENE NOS CURSOS DE FORMAÇÃO SUPERIOR DA UFRGS' 31/10/2013 189 f. Doutorado em CIÊNCIAS DO MOVIMENTO HUMANO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre Biblioteca Depositária: EDGAR SPERB

APÊNDICE F: Protocolo de Dados Portal da Transparência

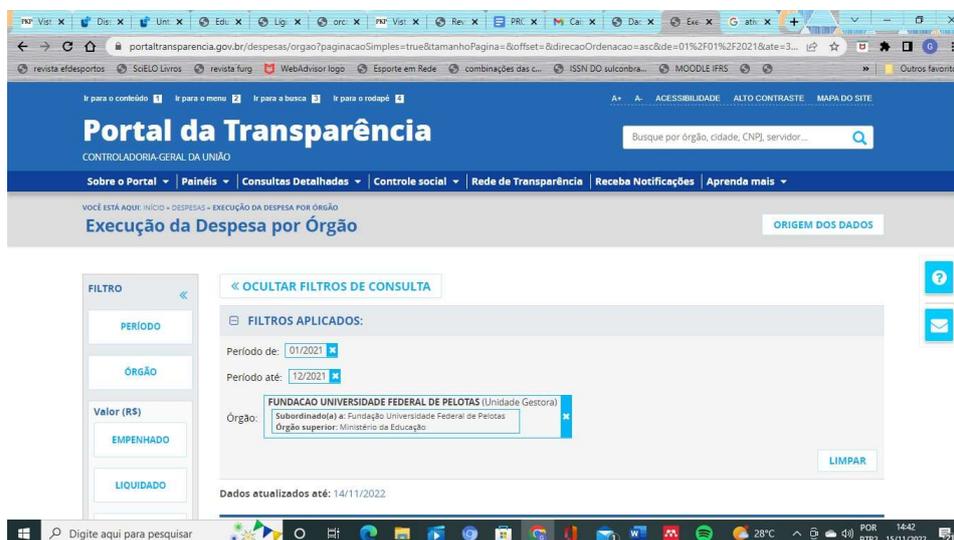
Gastos com a dívida pública: Para as buscas recorremos ao site do portal da transparência. Sobre a pesquisa feita a respeito dos gastos do governo dívida pública, primeiro acessamos o site www.transparencia.gov.br, na barra de menu escolhemos a opção “painéis”, e clicamos na opção “despesas públicas”. A página que abre já discrimina os gastos da Despesa Pública, daí por diante fomos escolhendo o ano desejado conforme disponibiliza a página. Nota-se que o primeiro ano inicia em 2018.



Disponível em: <https://www.portaltransparencia.gov.br/despesas>. Acesso em: 15 Nov. 2022

Investimento destinado a UFPel via Ministério da Educação: Sobre a pesquisa feita a respeito dos investimentos destinado a UFPel via Ministério da Educação, primeiro acessamos o site www.transparencia.gov.br, na barra de menu escolhemos a opção “consulta detalhada”, e clicamos na opção “despesas públicas”. Acessamos por ali a consulta por “órgão/entidade executora”. Na página que abre escolhemos o ano definido por nós, e colocamos de “Jan a Dez” do ano escolhido. Buscamos na opção de órgão “fundação Universidade Federal de Pelotas”. Ao final da página que abre, tem a opção “Visualização Gráfica”, e então, ano a ano fomos gerando gráficos sobre o “órgão superior” e “valores pagos”. Na opção tipo de

gráfico escolhemos “pizza”. Ao passar o cursor sobre o gráfico, aparece o valor pago.



Disponível em:

<https://www.portaltransparencia.gov.br/despesas/orgao?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=01%2F01%2F2021&ate=31%2F12%2F2021&orgaos=UG154047&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2CmesAno%2CorgaoSuperior%2CorgaoVinculado%2CvalorDespesaEmpenhada%2CvalorDespesaLiquidada%2CvalorDespesaPaga%2CvalorRestoPago%2CunidadeGestora>

Acesso em: 15 Nov. 2022

